



**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado Acadêmico**

SILMARA OLIVEIRA MOREIRA

**MOBILIDADE E PLASTICIDADE DO TRABALHO: A REPRODUÇÃO DA
VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO/BA**

Vitória da Conquista/BA
2018

SILMARA OLIVEIRA MOREIRA

**MOBILIDADE E PLASTICIDADE DO TRABALHO: A REPRODUÇÃO DA
VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha: Produção dos espaços urbanos e rurais

Orientador: Prof. Dr. Janio Santos

Vitória da Conquista/BA
2018



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos CC BY do Creative Commons

M839m

Moreira, Silmara Oliveira.

Mobilidade e plasticidade do trabalho: a reprodução da vida dos trabalhadores no município de Belo Campo/Ba. / Silmara Oliveira Moreira, 2018. 156f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Jânio Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 141 – 148.

1. Mobilidade do trabalho – Dinâmica socioeconômica. 2. Plasticidade do trabalho – Município Belo Campo/ Ba. 3. Reestruturação produtiva. 4. Urbanização. I. Santos, Jânio. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO. T. III.

CDD: 305.51398142

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

MOBILIDADE E PLASTICIDADE DO TRABALHO: A REPRODUÇÃO DA VIDA DOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO/BA

Silmara Oliveira Moreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: **10 de Setembro de 2018**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos
(Orientador) (UEFS/UESB)

Profa. Dra. Vanessa Dias de Oliveira
(Examinadora Externa) (UFS)

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara
(Examinadora Interna) (UESB)

Vitória da Conquista- BA

**À Laudelina Bitencourt,
minha mãe.**
Resistência, coragem,
sabedoria e amor.

**A Osmar Moreira, meu
pai.**
Simplicidade e doação em
forma de Amor.

AGRADECIMENTOS

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso,
Jogando meu corpo no mundo,
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
Luiz Galvão e Moraes Moreira

Início os meus agradecimentos com um trecho dessa bela canção de Luiz Galvão que representa um pouco do que sou e do que vivo a cada novo encontro. Há sempre um pouco a deixar e um pouco a receber.

Nesse período de dois anos fui muito agraciada pelos encontros que a Geografia me proporcionou e agradeço **a Deus** por estar o tempo todo ao meu lado com sua presença materializada no amor que me rodeia.

Esse Amor traduz-se constantemente na **minha família**, meu porto seguro que me apoia e com carinho, durante muitas vezes mesmo sem saber, dão o impulso para ir muito mais longe. Agradeço em especial **à minha mãe e amiga Laudelina** que sempre está ao meu lado. Ao **meu Pai Osmar e meu irmão Zenildo, à Elha e João Otávio**, obrigada pelo incentivo e carinho.

Agradeço ao meu companheiro de tantas batalhas que embarcou comigo nessa jornada solitária, que é o Mestrado, sendo companhia nas horas de solidão, ajudando no trabalho de campo, emanando cuidado e zelo por mim. Enfim, sendo o Amor traduzido em forma de esposo. Que sorte a minha tê-lo ao meu lado **Washington!**

À Janio, ser humano de tamanha grandeza revelada na humildade e amor que exala por aqueles que o rodeiam. Pesquisador que ama a ciência que produz, pela qual consome seus dias e por meio da qual o faz o Geógrafo brilhante que é. Sou grata a esse Ser de luz pelos aprendizados desde a graduação, por me ensinar a amar a Geografia e a pesquisa acadêmica, por me acolher como orientanda durante esses dois anos de mestrado compartilhando seus conhecimentos me levando a amadurecer enquanto pesquisadora e enquanto ser humano. Tê-lo conhecido foi condição essencial para que me tornasse a Mulher e Geógrafa que sou hoje. Muita Gratidão!

Agradeço ao **Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia** ao qual faço parte desde a graduação, no qual iniciei os aprendizados e que me deu base para iniciar a pesquisa na Geografia.

Ao CEDASB, família linda que a vida me presenteou, agradeço por todo apoio e carinho durante esses dois anos. Poucas pessoas neste mundo podem ter no ambiente de trabalho um espaço que seja capaz de olhar o ser humano para além das suas atribuições, acolher e lutar junto pelas suas conquistas. Eu sou uma dessas que encontra nos companheiros e companheiras de trabalho colo, afago e amor para enfrentar os desafios que a vida apresenta.

Agradeço à **Rízia e Eliane** amigas, irmãs que a Geografia me agraciou que se fazem tão presentes em minha vida, de quem recebo tanto amor manifestado no cuidado e com quem tenho compartilhado tantas alegrias.

Sou muito grata aos encontros que o mestrado me proporcionou com aqueles que se tornaram especiais no meu caminhar. Agradeço a **Débora, Patrícia**, pela partilha e de maneira especial agradeço ao grupo de estudos de amigos de longa data: **Marília, Joscimara, Manara, Vera, Joelisa e Wanderson**. Vocês fizeram esses dois anos mais leves sendo companheiros e amigos nas horas de angústia, mas também compartilhando risos e alegrias a cada encontro.

À **Valquíria, Marta, Edney**, amigos que em Belo Campo foram tão essenciais para a realização do trabalho de campo. Agradeço a **Dona Bel, Dona Zilda e Paulo**, da comunidade Sussuarana, **Rogério, Carol e Valdo**, na região de Marimondo que me acolheram em suas comunidades, acompanharam durante a aplicação de questionário e entrevistas, à **Eduardo**, técnico de Assistência Técnica do CEDASB que, juntamente com as lideranças comunitárias foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço à **Vanessa Dias e Fernanda Alcântara** que fazem parte da minha banca. Geógrafas por quem tenho grande admiração, com as quais tive a oportunidade de aprender tanto na vida acadêmica. Agradeço por partilharem o conhecimento e pelas contribuições tão valorosas para a minha pesquisa.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facção -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Vinícius de Moraes.
O operário em Construção

RESUMO

A dissertação que se apresenta tem como objetivo central analisar a plasticidade do trabalho por meio da leitura sobre a mobilidade e a reprodução das relações de trabalho, para pensar como esse processo se configura ao longo do tempo no espaço e na vida dos sujeitos, tendo como foco um estudo de campo sobre trabalhadores das comunidades rurais de Marimbondo e Sussuarana, e na área urbana do município de Belo Campo/BA. Compreende-se que a mobilidade do trabalho, enquanto um processo, é marcada pela falsa ideia de liberdade de escolha do trabalhador e se revela enquanto resultado da submissão da força de trabalho ao capital. O município de Belo campo reflete as transformações no mundo do trabalho no período atual de reestruturação produtiva, marcado pela desregulamentação do trabalho frente à crise estrutural do capital. Os procedimentos metodológicos utilizados têm como base uma pesquisa qualitativa composta por instrumentos de investigação como a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa documental, observações, registros fotográficos e mapeamentos. Belo Campo possui relações de trabalho marcadas pela precarização do trabalho e por uma intensa mobilidade de trabalhadores que se ocupam de trabalhos temporários e precarizados. O modelo de desenvolvimento urbano industrial adotado pelo Brasil reflete-se no esvaziamento do campo dos pequenos municípios em detrimento do aumento de pessoas vivendo na cidade. Os deslocamentos temporários de trabalhadores pelo território coadunam com a reprodução contínua da condição de força de trabalho mobilizada. A plasticidade do trabalho, portanto, se revela atrelada à mobilidade em um processo degradante de disponibilização dos sujeitos em constante readequação no mercado de trabalho para atender à demanda do capital.

Palavras-chave: Plasticidade do Trabalho, Mobilidade do Trabalho, Reestruturação Produtiva, Belo Campo, Urbanização.

ABSTRACT

This dissertation has a central objective to analyze labor plasticity by reading about the mobility and the reproduction of work relations and thinking about how this process is shaped over time and space in people's lives, focusing on a field study of workers in the rural communities of Marimbondo and Sussuarana, and in the urban area of the municipality of Belo Campo, Bahia, Brasil. Work mobility, as a process, is highlighted by a false idea of freedom of choice and reveals itself as the result of workforce submission to the capital. The municipality of Belo Campo reflects the changes in the work world in the current period of production restructuring, marked by labor deregulation because of the capital's structural crisis. The methodological instruments used are based on qualitative research, consisting of bibliographical research, notes, documentary research, observations, photos and maps. Belo Campo has work relations marked by the precariousness of work and is marked by intense mobile workers who are engaged in temporary and precarious jobs. The model of industrial urban development, adopted by Brazil is reflected in the emptying of the rural areas in the small municipalities, at the expense of the increase of people living in the city. The temporary movement of workers across the territory co-exists with the continuous reproduction of the mobilized workforce and its conditions. Labor plasticity is revealed, therefore, as a degrading process that has the availability of the people in a constant readjustment in the labor market to meet the demand of the capital.

Key-words: Labor Plasticity, Work Mobility, Productive Restructuring, Belo Campo, Urbanization.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Produto Interno Bruto, Belo Campo/BA, 1970, 1980, 1985, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2014	68
Gráfico 2: Dados sobre ocupação dos residentes, Belo Campo/BA, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.	69
Gráfico 3: Renda familiar da região de Sussuarana e Marimbondo, Belo Campo/BA, 2018.	104
Gráfico 4: Renda média mensal dos trabalhadores no período em que permanecem fora do domicílio, Belo Campo/BA, 2018.	112
Gráfico 5: Carga horária semanal dos sujeitos da pesquisa fora do domicílio, Belo Campo/BA, 2018.	124
Gráfico 6: Benefícios obtidos pelos trabalhadores fora do domicílio, Belo Campo/BA, 2018.	127

Lista de Figuras

Figura 1: Área urbana da sede do município de Belo Campo, Bahia, 2018.	102
---	-----

Lista de Fotos

Foto 1: Vista da chegada na comunidade Sussuarana I, Belo Campo/BA, 2018	93
Foto 2: Comunidade Sussuarana II, Belo Campo, BA/2018	94
Foto 3: Comunidade de Sussuarana III, Belo Campo/BA, 2018	94
Foto 4: Vista panorâmica da região de Marimbondo, Belo Campo/BA, 2018.	98

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização do município de Belo Campo no Território de Identidade Sudoeste Baiano, Bahia, 2017	61
Mapa 2: Percentual dos residentes na área rural com idade igual ou maior que 60 anos, Belo Campo, Bahia, 2017	66
Mapa 3: Percentual dos residentes na área rural com idade entre 15 e 29 anos, Belo Campo, 2017	67
Mapa 4: Renda média da população da zona rural, Belo Campo, Bahia, 2017	71
Mapa 5: Percentual dos residentes da zona rural sem rendimento, Belo Campo, Bahia, 2017	72
Mapa 6: Renda média da população urbana, Belo Campo, Bahia, 2017.	73
Mapa 7: Localização das comunidades de Marimbondo e Sussuarana no município de Belo Campo/BA, 2018	95
Mapa 8: Fluxo dos deslocamentos temporários para fora do estado na cidade de Belo Campo/BA, 2018	116
Mapa 9: Fluxo dos deslocamentos temporários para fora do estado na região de Marimbondo, Belo Campo/BA, 2018	117
Mapa 10: Fluxo dos deslocamentos temporários para fora do estado na comunidade de Sussuarana Belo Campo/BA, 2018.	118
Mapa 11: Destino dos trabalhadores na Bahia, Belo Campo, 2018.	120

LISTAS DE TABELAS E QUADROS

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de municípios e População nos Censos Demográfico por tamanho da população 1950-2010, Bahia	56
Tabela 2 - Número de cidades e População nas cidades nos Censos Demográficos por tamanho da população 1950 a 2010, Bahia.	57
Tabela 3 – Municípios baianos com população igual ou menor que 20.000 habitantes, dados econômicos, 2009 e 2010.	58
Tabela 4 – Belo Campo: População total rural, urbana e da cidade; e Percentual da população rural e urbana sobre a total, 1940 – 2010.	64
Tabela 5 – Belo Campo: Percentual da população por faixa etária sobre a população rural, 1991 - 2010.	65
Tabela 6 - Município de Belo Campo/BA fonte de repasses, 2000-2016.	69

Lista de Quadros

Quadro 1: Trajetória do camponês Carlos entre 2012 e 2014, Belo Campo/BA.	121
Quadro 2: Trajetória do Jovem Pedro entre 2012 e 2016, Belo Campo/BA.	122
Quadro 3: Dados sobre os trabalhos desempenhados pelos sujeitos, Belo Campo/BA, 2018.	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDASB – Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CEGET – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SUDENE – Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste
USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. MOBILIDADE DO TRABALHO E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE BELO CAMPO	27
2.1. MOBILIDADE DO TRABALHO E DIRECIONAMENTO DOS TRABALHADORES EM BELO CAMPO.....	28
2.2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS.....	39
2.3. BELO CAMPO: URBANIZAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS ..	60
3. PLASTICIDADE DO TRABALHO E SUA DIMENSÃO NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO	77
3.1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PLASTICIDADE DO TRABALHO: APONTAMENTOS TEÓRICOS.....	83
3.2. TRABALHADORES FRENTE À MOBILIDADE DO TRABALHO EM BELO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS	92
4. A REPRODUÇÃO DA VIDA DOS SUJEITOS E A PLASTICIDADE DO TRABALHO EM BELO CAMPO/BA	107
4.1. DIRECIONAMENTO DOS TRABALHADORES EM BELO CAMPO	111
4.2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RELAÇÕES DE TRABALHO EM BELO CAMPO	123
4.3. TRABALHADORES DE BELO CAMPO FRENTE A PLASTICIDADE DO TRABALHO.....	130
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
6. REFERÊNCIAS	141
7. APÊNDICES	149

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade do trabalho que, de acordo com Gaudemar (1977), é uma forma encontrada pelos indivíduos de garantir a sua sobrevivência, está arraigada no modo de produção capitalista. Esse processo é marcado pela falsa ideia de liberdade de escolha do trabalhador e se revela enquanto resultado da submissão da força de trabalho ao capital que leva cada vez mais ao enfraquecimento da classe trabalhadora e à incessante valorização do capital, pautada no lucro de alguns e na deterioração dos meios de vida de muitos.

Enquanto movimento espacial, a mobilidade do trabalho é uma forma de disponibilizar os trabalhadores para o mercado tornando-os versáteis, flexíveis, plásticos, adaptáveis às condições impostas pelo capital. Este movimento é, portanto, resultado da subjugação da força do trabalho, pois ao se submeter às condições impostas pelo capital o trabalhador é forçado a assumir não só a condição de móvel, uma vez que precisa se colocar à disposição para deslocar-se pelo território com a finalidade de vender sua força de trabalho, mas, também a assumir o caráter plástico, ou seja, precisa moldar-se para se adaptar ao trabalho que o mercado lhe oferece.

No Brasil, a mobilidade do trabalho está presente nos ciclos econômicos desde a sua colonização, e se tornou mais latente com o duplo processo urbanização/industrialização que, aos poucos, mudou o arranjo espacial e econômico do país. Conforme apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da década de 1970, esse passou de um país eminentemente rural, ou seja, com a maioria da população vivendo no campo, para um país urbano, que possui a maioria de sua população morando nas cidades (IBGE, 1970).

Os dados revelam ainda que, a partir da década de 1980 o Brasil no bojo das suas transformações rumo à construção de uma sociedade pautada no modelo urbano-industrial, apresentou mudança expressiva nos seus índices demográficos. A população urbana, que até a década de 1960 era de 32.004.817¹, no Censo de 1980 cresceu para 82.013.375, ou seja, em vinte anos o país que até então era eminentemente rural teve a sua população urbana duplicada.

¹ IBGE (1960,1980).

A cidade naquele momento histórico surge então, como o signo do moderno enquanto o campo passou a ser considerado como o sinônimo de atraso. O contexto do capitalismo brasileiro naquele momento revelava um processo de urbanização marcado pelo desenfreado crescimento das cidades em detrimento do rápido esvaziamento do campo.

Ainda que os dados não expliquem por si só, por se tratarem apenas de informações quantitativas, auxiliam na compreensão de como a saída dos trabalhadores do campo para a cidade trouxe significativas transformações. Esse processo é, portanto, característica fundamental para uma melhor compreensão acerca da mobilidade do trabalho no país.

O Brasil iniciara suas transformações devido à forte demanda do capital financeiro internacional pela sua modernização, pois só assim poderia deixar de ser apenas fornecedor de matéria prima e se inserir na economia mundial. Para isso, foi necessária a construção de indústrias e inserção da classe trabalhadora nos moldes que previam os investimentos estrangeiros. A mobilidade territorial do capital e do trabalho eram de fundamental importância para que houvesse a dinamização da economia.

Em escala regional, pode-se destacar o intenso fluxo migratório de pessoas de várias regiões do país, mas em maior número, da região Nordeste, muitas delas de origem camponesa, para trabalhar nas indústrias da região Sudeste onde, por questões políticas e de interesse do capital nacional, se instalaram as primeiras fábricas. Esse fato, conseqüentemente, fez com que a região se destacasse no contexto nacional com uma grande produção industrial. A mobilidade do trabalho se intensificou, uma vez que, as indústrias recém instaladas demandavam de força de trabalho e outras regiões, principalmente o Norte e Nordeste, consideradas como “atrasadas” que não dispunham de postos de trabalho suficiente começaram a ofertar essa força de trabalho no mercado.

A mobilidade do trabalho no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980 esteve essencialmente ligada à saída de trabalhadores do interior do país para as regiões metropolitanas. Por conseguinte, os pequenos municípios como Belo Campo, se orientavam nessa mesma perspectiva. Essa foi e ainda hoje é uma realidade, em que a mobilidade se manifesta tanto com o deslocamento de pessoas que saem em direção aos grandes centros, quanto os que saem da zona rural em

direção à sede do município e para as cidades da própria região.

O contexto de reestruturação produtiva, que decorre da crise estrutural do capital e se intensificou após a década de 1980, não se prende ao espaço do campo, mas se dissemina por todo o território, subjuga a força de trabalho, torna o trabalho flexível e precário. O trabalhador, nesse contexto, é impelido a adquirir a capacidade de adaptar-se, de moldar-se às necessidades do mercado. Essa habilidade é definida por Thomaz Júnior (2006) como plasticidade do trabalho, marcada por uma diversificação nas atividades laborativas realizadas pelo indivíduo que busca a todo custo se inserir nesse mercado, e torna a sua força de trabalho produtiva para o capital. Ressalta-se que o espraiamento dos sujeitos por todo o território em busca de espaços que lhe apresentem a demanda do capital por força de trabalho, é parte importante nessa plasticidade.

Essa realidade caracterizada pela intensa mobilidade do trabalho atrelada à plasticidade é constatada entre campo e cidade dentro do município de Belo campo. A mobilidade no interior do município se revela em várias faces, em caráter permanente, uma vez que muitas famílias deixam a zona rural para ir morar na área urbana do município e em caráter pendular ou sazonal, ou seja, muitos trabalhadores que residem na cidade ainda mantêm relações de trabalho com o campo, seja no período de plantio e colheita, ou mesmo aqueles que vão trabalhar na diária em comunidades rurais do município.

A história do município de Belo Campo é marcada pela mobilidade do trabalho. No decorrer dos anos, principalmente após a década de 1980, o município diminuiu a população da área rural em relação ao ganho de população na cidade. Em pesquisa realizada anteriormente² constatou-se que muitos dos moradores do distrito sede são oriundos do campo e esses possuem as suas trajetórias de vida marcadas pela mobilidade, pois saíram do campo para a cidade ainda quando o Brasil vivia o ápice do crescimento das grandes cidades e do surgimento de tantas outras, trajetória essa muito ligada à ideia da cidade como sinônimo do progresso, da melhoria nas condições de vida.

As comunidades rurais em estudo, Marimbondo e Sussuarana, sofreram reflexos desse processo, pois muitos trabalhadores naquele contexto iam em busca

² Moreira (2011)

de trabalho nas regiões metropolitanas e famílias deixavam a comunidade para ir morar na sede do município de Belo Campo. Desde esse período há um constante movimento das famílias que vivem nessas comunidades em busca de trabalho. Os trabalhadores camponeses, portanto, se dividem na realização do trabalho em sua dimensão concreta da lida com a terra e na dimensão abstrata nos trabalhos realizados fora da sua propriedade, ora como trabalhadores da construção civil, ora empregadas domésticas, ora catadores de café, ambas as dimensões enquanto condição para reprodução de suas vidas.

Essa mobilidade apresenta mudanças no direcionamento dos fluxos migratórios, pois diferentemente do que acontecia em meados do século XX, quando o destino dos trabalhadores primordialmente era para as grandes cidades e, embora os trabalhadores de Belo Campo ainda possuam uma ligação muito intensa com a Região Sudeste, observa-se que as sedes dos pequenos municípios e as cidades médias são cada vez mais atrativas para esses trabalhadores, com fluxo considerável nos últimos anos³.

O cotidiano dos sujeitos envolvidos nesse processo é totalmente modificado diante das suas “idas e vindas”, seus espaços de realização da vida são transformados e o próprio sujeito é transformado. Muitos deixam suas famílias, moradias e suas histórias de vida, para trás em busca de trabalho. É importante salientar que a precarização do trabalho é um fator preponderante nessa “nova forma do trabalho se organizar”, e revela-se de maneira diferente, seja pelas condições dos ambientes de trabalho, seja pela deterioração das condições objetivas de vida dos trabalhadores, com os baixos salários pagos⁴.

O trabalho se caracteriza por um intenso processo de adaptabilidade, pois os sujeitos às vezes desempenham atividades como trabalhadores rurais, em outros momentos como operários industriais ou ainda como prestadores de serviços. Para tanto, a decisão do tipo de trabalho que vão desempenhar não está em suas mãos, mas na determinação da demanda do mercado.

Portanto, o cerne deste trabalho é a necessidade em compreender as nuances e características da plasticidade do trabalho em Belo Campo como forma de disponibilização de trabalhadores para o mercado, no sentido de observar sua

³ Moreira (2014)

⁴ Moreira (2014)

ligação com a mobilidade do trabalho. Disso exposto, é importante destacar que o texto aqui apresentado passa pelo esforço em responder a seguinte questão: como a plasticidade do trabalho atrelada à mobilidade dos trabalhadores tem implicações na vida dos sujeitos e reverbera na configuração dos espaços urbanos e rurais dos pequenos municípios? São objetos de indagação a direção e a dimensão da plasticidade do trabalho que se revelam face ao deslocamento de trabalhadores, bem como a identificação e caracterização dos sujeitos envolvidos nesse processo no município de Belo campo, especificamente na cidade de Belo Campo e nas comunidades rurais de Marimbondó e Sussuarana.

Com isso, faz parte do texto a análise das relações de trabalho existentes no município, o que inclui os residentes nas áreas urbanas e rurais, a fim de compreender como tais trabalhadores se enxergam nesse processo, quais os imperativos que definem a reprodução da vida desses sujeitos.

A área urbana de Belo Campo é constituída, majoritariamente, por moradores camponeses que deixaram o campo e foram morar na cidade entre as décadas de 1980 e 1990⁵. As comunidades rurais de Marimbondó e Sussuarana se encontram em áreas bem distintas da sede. A primeira está inserida na área do município que, habitualmente, se denomina de região da caatinga e a segunda na região da mata-de-cipó e essas denominações são oriundas das características dos biomas predominantes nas áreas que as comunidades ocupam. Tais comunidades camponesas possuem sua economia voltada para a agricultura de subsistência e para a criação de pequenos animais para o consumo familiar e retiram sua fonte de sobrevivência do trabalho com a terra e dos trabalhos que desempenham temporariamente.

Observa-se tanto na área rural, nas comunidades de Marimbondó e Sussuarana, quanto na área urbana uma realidade marcada pela saída dos trabalhadores, sazonal ou pendular, para outros municípios e/ou regiões em busca de trabalho.

Convém ressaltar que a reestruturação produtiva pela qual passa o capitalismo contemporâneo corrobora para o diferente rearranjo espacial do trabalho. Essa reorganização é assinalada pela intensa precarização do trabalho e

⁵ Moreira (2014)

pelo esgarçamento das condições objetivas de vida dos trabalhadores, que cada vez mais se veem obrigados a se sujeitarem aos mandos e desmandos do capital e a se submeter incessantemente à exploração da sua força de trabalho.

Este estudo traz para as pesquisas relacionadas aos municípios baianos o aprofundamento no debate a respeito da mobilidade do trabalho, especificamente por meio de um esforço teórico, a fim de explicar como as condições impostas pelo mercado no contexto de reestruturação produtiva levam os trabalhadores a se adaptarem à sua demanda. Essa discussão tem como aporte teórico inicial a noção de plasticidade do trabalho proposta por Thomaz Junior (2006).

Sobre os autores com debate associado à essa temática, destacam-se as obras de Gaudemar (1977), com uma reconstrução do conceito de mobilidade do trabalho; as pesquisas do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), pelas análises com enfoque na temática trabalho; além de títulos importantes como as obras de Antunes (2005), Lessa (2005), Sampaio (2013), Bezerra (2012), dentre outros que têm se debruçado sobre o debate central aqui apresentado e contribuem para a discussão sobre o trabalho e a plasticidade.

A respeito dos estudos realizados sobre Belo Campo no âmbito da Geografia, tem-se as seguintes pesquisas realizadas: Lopes (2008) que fez uma pesquisa sobre a problemática do abastecimento de água na área urbana do município onde debateu a escassez, gestão, crescimento da cidade e os desafios do futuro; a pesquisa de Dias (2004) que debateu sobre as políticas públicas e desenvolvimento rural no município a partir da análise da execução do Pró-Gavião nas localidades de Timbó e Peri-peri; Cardoso (2011) se debruçou sobre a estruturação urbana, processos, forma e conteúdo; Moreira (2011) estudou a respeito do processo de urbanização, a mobilidade do campo para a cidade, bem como, a questão da mobilidade temporária na área urbana do município.

A mobilidade do trabalho em Belo Campo é proeminente, no que diz respeito a camponeses que saem do campo em direção à sede do município. Com isso, é possível inferir que a configuração dos pequenos espaços urbanos é produto direto, dentre outros aspectos, dessa dinâmica. No entanto, o município em estudo necessita de pesquisas que ajudem melhor compreender a sua dinâmica, particularizada na intenção de trazer um maior aprofundamento sobre as questões relativas à plasticidade do trabalho que é algo original e pouco investigado no Brasil.

Para as comunidades envolvidas na pesquisa, compreende-se que a relevância da dissertação está atrelada a uma melhor apreensão da realidade em que estão inseridos, por meio de estudo que permita aglutinar um arcabouço de informações, seguido da análise sobre a mobilidade, a plasticidade do trabalho e a reprodução da vida do trabalhador no município de Belo campo. Para a sociedade em geral, a contribuição deste trabalho será na perspectiva de trazer elementos para melhor compreender a dinâmica dos municípios baianos.

À comunidade acadêmica, este tema faz-se imprescindível para alimentar os estudos teórico-empíricos sobre os pequenos municípios, uma vez que as pesquisas sobre tal recorte na realidade baiana ainda são exíguas, sobretudo, na análise da plasticidade do trabalho atrelada à mobilidade.

A presente dissertação tem como foco um estudo de campo sobre Belo Campo com o recorte das comunidades de Marimbondo e Sussuarana, e na área urbana do município. Este tipo de pesquisa para Gil (2002) é caracterizado pelo aprofundamento das questões propostas, o que se torna pertinente ao estudo em desenvolvimento devido à necessidade em adentrar nas especificidades do fenômeno da plasticidade do trabalho, sobretudo por entender que a abrangência deste fenômeno está para além do recorte proposto para o estudo.

A escolha do município de Belo Campo enquanto área de estudo e do recorte dessas comunidades e da área urbana ocorreu ao levar em consideração dados de estudos anteriores⁶ a respeito da área urbana do município e das relações campo-cidade, que apontaram a intensa saída de pessoas dessas comunidades e bairros para outras localidades, periodicamente, em busca de trabalho perante as inúmeras dificuldades em garantir sua sobrevivência.

Cabe lembrar que esta dissertação parte do anseio de um sujeito/pesquisadora que é oriunda da zona rural do município de Belo Campo, de família camponesa, e que se encontra inserida no contexto da luta dos movimentos sociais atuantes na região do estudo e se debruçou ao longo da sua caminhada acadêmica, nas investigações sobre as contradições existentes na produção do espaço. Para tanto, iniciou as discussões sobre a mobilidade do trabalho durante a graduação quando se dedicou a estudar as relações campo-cidade em Belo Campo

⁶ Ver: Moreira (2011) e Moreira (2014).

frente ao processo de urbanização. Ao dar prosseguimento, propõe-se por meio do trabalho acadêmico a apresentar nesta dissertação contribuições para a análise do conteúdo das relações imbricadas no amplo processo da mobilidade do trabalho, particularizada na análise da plasticidade do trabalho.

Na perspectiva do que propõe Moraes e Costa (1987), a metodologia, é dividida em: método de interpretação, ou seja, a maneira que o sujeito interpreta o mundo, e método de investigação, os recursos metodológicos a serem utilizados na pesquisa. Para tanto, é importante lembrar que o entendimento aqui proposto é aquele da plasticidade do trabalho como uma das expressões da reestruturação produtiva do capital.

Para discutir a plasticidade do trabalho, com relação aos procedimentos metodológicos, têm-se como base uma pesquisa qualitativa definida como “[...] aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e, caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (MARTINS, 2004, p.289).

Inicialmente, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que é definida por Severino (2007) como aquela que se realiza com base em dos registros disponíveis, oriunda de pesquisas anteriores, e apresenta contribuições de autores que já se debruçaram sobre determinada temática. Na pesquisa de campo, que consiste naquela a qual o objeto/fonte é abordado em seu ambiente próprio, sem qualquer manuseio, e a coleta dos dados é concretizada no ambiente em que os fenômenos incidem (SEVERINO, 2007), foram feitas entrevistas semiestruturadas com amostragem selecionada e questionários com vista a englobar homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, que saíram para trabalhar em outras regiões e/ou municípios nos últimos cinco anos e que permaneceram pelo período igual ou superior a um mês.

Portanto, o trabalho realizado considera os sujeitos que se deslocam em caráter sazonal dentro do recorte temporal dos últimos 5 (cinco) anos. Para isso, foram realizadas em cada comunidade rural 2 (duas) entrevistas e 8 (oito) questionários. Na área urbana foram aplicados 16 (dezesesseis) questionários e 2 (duas) entrevistas, o que perfaz o total de 8 (oito) entrevistas e 32 (trinta e dois)

questionários com os trabalhadores e trabalhadoras⁷, pois compreende-se que o conteúdo a ser obtido com essas entrevistas e questionários se tornou suficiente para coletar as informações necessárias e atingir os objetivos da análise proposta.

Nas análises realizadas no decorrer do texto, a identidade dos entrevistados foi preservada. Para tanto, afim de caracterizar cada sujeito, atribuíram-se nomes fictícios a cada um, e elaborou-se um perfil de cada entrevistado⁸. É importante salientar que os questionários constam de perguntas objetivas e subjetivas. Com a intenção de qualificar os dados do questionário, as perguntas subjetivas foram gravadas.

Ademais, foram feitos estudos através de pesquisa documental em bancos de dados secundários do IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros, com o intuito de complementar as informações coletadas com as entrevistas realizadas em campo. Compreende-se que a pesquisa documental corresponde a todos os documentos em amplo sentido que não receberam nenhum tratamento analítico (jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais) (SEVERINO, 2007).

No intuito de fazer a análise da dimensão e o direcionamento dos fluxos migratórios no município, identificar, caracterizar os sujeitos envolvidos no processo, e reconhecer as morfologias da plasticidade do trabalho, foram realizadas pesquisas no banco de dados do IBGE, além da leitura dos dados qualitativos oriundos das entrevistas, no intento de fazer um estudo aprofundado a respeito do histórico dos fluxos migratórios do município e mapear o fluxo e direcionamento dos sujeitos envolvidos no processo.

A fim de investigar as relações de trabalho existentes no município de Belo Campo, como o trabalhador se enxerga nesse processo e os imperativos que definem a reprodução da vida dos sujeitos diante da plasticidade do trabalho, fez-se o uso de entrevistas semiestruturadas, caracterizadas por Minayo (2001) pela articulação entre a entrevista estruturada e a não estruturada. As entrevistas responderam sobre o tipo de atividade econômica desempenhada pelos trabalhadores urbanos e rurais e quais os motivos que os levaram a desempenhar determinadas atividades. Os dados apresentados foram relacionados com as

⁷Ver apêndices A e B

⁸ Ver apêndice C

características socioeconômicas do município.

Cabe ressaltar que também fazem parte da pesquisa de campo as observações e registros fotográficos feitos durante a aplicação de entrevistas para compor o texto, substanciados pelo uso de uma caderneta de campo. As observações foram feitas de maneira participante durante a ida às comunidades para a realização das entrevistas e teve como objetivo tomar nota das impressões da realidade e da vida dos trabalhadores.

Os mapas que compõem o estudo foram elaborados tendo como apoio as bases vetoriais em formato *shapefile* e os dados *rasters* obtidos através de pesquisa documental por meio de informações do IBGE e com a interpolação de informações coletadas em campo. Esses dados foram inseridos e processados no *software* livre de Sistema de Informações Geográficas QGIS, no qual utilizou-se o sistema de referência de coordenadas o SIRGAS 2000 UTM 24S.

Com o tratamento dos dados levantados em campo, a dissertação caminhou no sentido de sintetizá-los e organizar, a fim de passar para um estágio mais amplo de análise e produção de informação. Foram elaboradas, ainda, tabelas e gráficos, além da confecção de mapas a respeito das informações produzidas.

Procurou-se durante a elaboração da dissertação fazer a análise do espaço com base no entendimento das contradições existentes e historicamente constituídas. Portanto, optou-se pelo método dialético, mas de base materialista, que, de acordo com Severino (2007), se baseia na explicação da realidade face à práxis humana, da ação histórica e social que são norteadas pela intencionalidade, fortemente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana.

O texto está dividido em quatro seções, sendo que a seção I é composta pela Introdução e os demais capítulos estão organizados da seguinte maneira:

O capítulo II traz a discussão sobre a mobilidade do trabalho e a dinâmica socioeconômica no município de Belo Campo. Utiliza-se como base o debate teórico sobre o processo de urbanização no Brasil, bem como suas implicações nos pequenos municípios. Neste capítulo são apresentadas informações coletadas em banco de dados do IBGE, IPEA, dentre outros e faz-se, também, a análise de acordo com o material obtido na pesquisa sobre o direcionamento dos trabalhadores de Belo Campo frente à mobilidade do trabalho.

O terceiro capítulo é composto da análise sobre a plasticidade do trabalho e sua dimensão no município de Belo Campo. Inicia-se com o debate teórico a respeito do conceito de plasticidade do trabalho dentro do contexto de reestruturação produtiva. Ao prosseguir, o texto apresenta a caracterização das áreas de estudo e dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

As análises que seguem no quarto e último capítulo têm por base os dados obtidos a partir das observações, aplicação de questionários e entrevistas na pesquisa de campo nas comunidades de Marimbondo, Sussuarana e na área urbana de Belo Campo. Os dados estão articulados com a leitura teórica sobre o recorte empírico com a finalidade de construir uma análise do direcionamento dos trabalhadores, bem como nas relações de trabalho que se estabelecem no município de Belo Campo.

Por fim, a partir da leitura sobre os imperativos que definem a reprodução da vida dos sujeitos diante da plasticidade do trabalho, são apresentadas contribuições teóricas a respeito do tema, que ajudam a melhor entender a plasticidade e suas características no período atual de reestruturação produtiva, particularizada pela realidade dos pequenos municípios.

2. MOBILIDADE DO TRABALHO E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE BELO CAMPO

Neste capítulo apresenta-se ao leitor um debate sobre a mobilidade do trabalho e aspectos do processo de urbanização, suas implicações na estruturação dos pequenos municípios na Bahia e, no município de Belo Campo. Dessa maneira, faz-se a discussão teórica sobre esse processo, a sua dimensão no território brasileiro, o contexto histórico das transformações e suas implicações para o contexto atual.

Os dados coletados dizem respeito à dinâmica socioeconômica nos municípios baianos e são oriundos da pesquisa documental dos dados disponibilizados por instituições de pesquisa como IBGE, IPEA, dentre outros, além das observações realizadas em campo.

2.1. MOBILIDADE DO TRABALHO E DIRECIONAMENTO DOS TRABALHADORES EM BELO CAMPO

Na Geografia, as reflexões sobre os deslocamentos populacionais durante muitas décadas estiveram ligadas à concepção dos estudos demográficos que entendem essa dinâmica como um movimento migratório. Logo, as discussões realizadas não se assentavam ao conceito de mobilidade do trabalho tal qual propõe-se neste trabalho, mas como migração.

O conceito de migração está fundamentado principalmente em aspectos históricos e econômicos compreendidos como relevantes na transferência de pessoas de um dado lugar a outro. Essas análises não explicam o processo e sua profundidade, mas tratam o deslocamento de pessoas considerando apenas variantes ligadas às condições econômicas, aos aspectos históricos e prevalecem dados estatísticos, sem articulações mais sólidas por processos e interesses (DAMIANI, 2002). Portanto, ao fazer a leitura da migração sem as devidas articulações pode-se incorrer na falta do aprofundamento da análise sobre as condições históricas do processo de expropriação da classe trabalhadora como determinantes para constituição do modo capitalista de produção.

Nas últimas décadas há um número crescente de estudos na Geografia que se fundamentam na perspectiva da mobilidade do trabalho. Entretanto, as análises fundamentadas em dados estatísticos e em concepções clássicas ainda se mantêm, apesar de sofrerem influências de autores que leem esse processo

dentro de outras literaturas, como a marxista e a pós-estruturalista.

A perspectiva que compreende esse movimento enquanto mobilidade do trabalho se fundamenta numa leitura marxista pautada na análise da contradição capital X trabalho. Assim, a análise da mobilidade do trabalho se fundamenta nas condições históricas impostas pelo capital que ao subjugar o trabalho corrobora para que ocorra o deslocamento de trabalhadores pelo território.

Dentro do debate marxista, Alves (2007), assim como outros autores, entende que “[...] a categoria trabalho possui um significado histórico-ontológico. Nesse caso, trabalho significa intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza” (p.71). Para o autor, o homem, em função de suas necessidades vitais adquiriu a capacidade de modificar, através do trabalho, a matéria e transformá-la em segunda natureza. Entretanto, essa troca entre homem e natureza se tornou possível através do intermédio de três fatores: os objetos de trabalho, a dominação da técnica e a interação social. É, através dos objetos, ferramentas de trabalho, da dominação da técnica, do conhecimento adquirido acerca da produção de materiais, da cooperação social e da experiência em sociedade que o homem transforma a natureza e produz as condições de sua existência.

As determinações sociais do capitalismo, portanto, alteraram a natureza do trabalho. Sob o modo de produção capitalista, o trabalho perdeu o seu lugar como agente social no processo de produção e se transformou em termo intermediário entre o homem e a máquina com finalidade de produzir mercadorias, valores de troca para a acumulação de mais-valia e a valorização do capital. (ALVES, 2007).

O trabalho, diante das relações capitalistas de produção, tornou-se estranhado com mera busca de valor e, portanto, ele perde a sua condição ontológica, exterminado da relação homem-natureza é subvertido e torna-se trabalho abstrato (ALVES, 2007). O trabalho enquanto realização da vida não interessa à modernidade, pois interessa ao modo de produção em vigência o valor gerado pelo trabalho.

Para Netto (2006), “no modo de produção capitalista o trabalho é além de processo de criação de valor, processo de valorização do capital” (p.111). Ao mesmo tempo que o trabalho necessário gera capital para o detentor dos meios de produção é, através do trabalho excedente, que ocorre a valorização do capital. O autor afirma ainda que a relação de exploração do capital sobre o trabalho é

processo fundante para o modo de produção capitalista. A sua existência está condicionada à subordinação da força do trabalho. É através da exploração da força de trabalho que o capitalista consegue obter a mais-valia, sendo que o trabalhador recebe como salário um montante de valor que sempre é inferior àquele que é produzido na jornada de trabalho. O capitalista, portanto, se apropria do valor excedente criado pela força de trabalho.

Assim, com o modo de produção capitalista, o homem que estabelecia antes do capitalismo uma relação ontológica mediada pelo trabalho com a natureza vê-se condicionado a utilizar a sua força de trabalho enquanto mercadoria que é vendida aos capitalistas para a produção de da mais-valia.

Alves (2007), baseado em Marx aponta que para a efetivação do modo de produção capitalista foi essencial a transformação da força de trabalho em mercadoria, para tanto, a primeira condição foi a separação do homem dos meios de produção e, posteriormente, a sua subordinação ao capital. O autor destaca que a expropriação e espoliação dos pequenos produtores foram de extrema importância para o surgimento da força de trabalho enquanto mercadoria. Ao mesmo tempo em que esses trabalhadores do campo foram expulsos eles foram proletarizados e constituíram a gênese da civilização do capital. A transformação da força de trabalho em mercadoria ocorreu na modernidade quando constituiu-se o "trabalhador livre".

O capital revela então a sua essência, a contradição, pois o processo tal qual Alves (2007) retrata cria o simulacro da falsa ideia de liberdade. É justamente sob o erigir da ideia do trabalho livre que o capital se apodera do trabalho e o subjuga. O que se estabeleceu foi a subordinação do trabalho e a transformação de "trabalhadores livres" em detentores da mercadoria força de trabalho. Netto (2006) ressalta que diferente do trabalho escravo e servil, com o "trabalho livre" (assalariado) não é necessário o recurso da violência extra econômica, uma vez que as relações lhes são asseguradas pelo contrato, bem como a jornada de trabalho. Ademais, o capitalista é o detentor dos meios de produção e do espaço físico da produção, portanto ele controla o território. Sendo assim, alguns dos trabalhadores podem até sentir a exploração, mas não a compreendem adequadamente.

Sobre a liberdade dos trabalhadores Alves afirma:

Enfim, o sistema social do capital necessita de homens e mulheres dispostos a alugar (ou vender) sua força de trabalho, em troca de salário, para satisfazerem suas necessidades vitais. Mesmo que o capital não os utilize, excluindo-os, eles são, de certo modo, imprescindíveis à ordem sócio-metabólica do capital (ALVES, 2007, p. 86)

É indispensável para o sociometabolismo do capital que o mercado disponha da mercadoria força de trabalho em excesso, pois só assim se constitui o exército industrial de reserva e é dessa forma que os capitalistas podem pagar menos pelo tempo de trabalho necessário o que torna a exploração mais valorosa e, conseqüentemente, há uma elevação na extração do trabalho excedente, a mais-valia.

Netto (2006), à luz das ideias de Marx, afirma que "A mercadoria força de trabalho constitui-se uma mercadoria especial" (p. 99). O que faz da força de trabalho uma mercadoria especial é a utilização capitalista da mesma e a qualidade única que a distingue das demais mercadorias, é a capacidade de criar valor. "Ela cria um valor superior ao necessário para produzi-la, ou seja, cria um valor superior ao que custa" (p.100).

A partir do momento que o trabalhador é expropriado de sua terra, seus instrumentos de trabalho e do conhecimento sobre o processo de produção, esse trabalhador se torna despossuído dos meios de produção. Portanto, a sua condição de "trabalhador livre" o obriga a vender a única mercadoria que dispõe, a sua força de trabalho. A mobilidade surge, então, enquanto resultado da expropriação e transformação da força de trabalho em mercadoria. Trabalhadores despossuídos se deslocam pelo território em busca dos meios de subsistência tendo como única garantia a venda da sua força do trabalho.

É nesse contexto que se compreende a mobilidade do trabalho como um processo que está para além do deslocamento de pessoas pelo território dadas às condições econômicas, mas que precisa ser analisado na concretude do contexto de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção e a partir da transformação da força de trabalho em mercadoria.

Portanto, a mobilidade do trabalho é marcada pelo intenso deslocamento de trabalhadores por todo o território, num movimento que se configura como um

incessante ir e vir em busca de trabalho, de “oportunidades” e garantia de sobrevivência dos sujeitos e se revela como uma das expressões da plasticidade do trabalho, de sujeitos na busca por um espaço com condições mínimas de reprodução da vida.

Concorda-se com Perpétua quando o autor afirma que “compreender a plasticidade seja também compreender a mobilidade da força de trabalho” (PERPÉTUA, 2013, p. 111), pois o movimento da mobilidade do trabalho se manifesta na plasticidade do trabalho.

Gaudemar (1977), em sua tese, considera que “A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192). Essa mobilidade possui uma relação inseparável com o acúmulo do capital, pois o sujeito ao migrar muda a sua posição no contexto da divisão do trabalho. Para o mesmo autor,

[...] a mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

A força de trabalho mobilizada se torna produtora de mercadorias e, ao mesmo tempo, mercadoria que é vendida com a intenção da acumulação. “A liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Para que o trabalho seja transformado em capital, o capitalista precisa encontrar no mercado o trabalho livre em dois sentidos: o trabalhador deve dispor de sua vontade, da sua força de trabalho, como mercadoria que lhe pertence e deve ser totalmente carente, das coisas indispensáveis a realização da sua força de trabalho.

O trabalhador, de certa forma, pode escolher como utilizar da sua força de trabalho, mas vê-se obrigado a atender a uma lógica do mercado, que o impulsiona a se sujeitar a ocupação de cargos muitas vezes precários, a fim de manter sua sobrevivência. Ou seja, “Os capitalistas vendem os meios de subsistência para a obtenção da atividade de trabalho; os operários vendem suas forças de trabalho

para a aquisição dos meios de subsistência” (ROCHA, 1999, p.159). A mobilidade se revela, então, num movimento contraditório, que, para Ghizzo e Rocha:

[...] embora a mobilidade humana seja um fato presente na história do homem, foi com a introdução das relações capitalistas de produção no espaço geográfico que este fenômeno se acentuou. A mobilidade encontrou seu índice mais representativo quando as relações capitalistas foram introduzidas no espaço agrário, levando a expropriação da terra aos pequenos proprietários rurais (GHIZZO; ROCHA, 2008. p. 105).

Muitos sujeitos, devido à expropriação dos meios de produção no contexto do processo de urbanização pelo qual passa a sociedade, e pela não condição de sobreviver do trabalho ao qual está empregado, face à intensa precarização do trabalho, se deslocam em direção a outras localidades. Para os autores citados “este fato foi sentido de forma mais redundante pelos pequenos produtores rurais, os quais passaram a se proletarizar no espaço urbano” (GHIZZO; ROCHA, 2008. p. 105). Ou seja, a conjuntura da urbanização da sociedade obriga os camponeses expropriados de suas terras, que outrora se ocupavam de atividades agrícolas, a se deslocarem pelo território em busca de trabalho e retira das mãos desses sujeitos o controle da produção e da sua subsistência.

De acordo com as proposições de A. Santos (2006, p. 24), “[...] tanto a migração interna quanto a externa não decorrem de uma simples vontade de mudança de espaço, ainda que essa possa ocorrer”, o que determina o aumento desses deslocamentos é a dinâmica do mercado de trabalho. Esse, por conseguinte, apresenta condições cada vez mais distintas para os trabalhadores e molda os sujeitos às condições postas. Ao trabalhador, portanto, não lhe resta alternativa e é levado incessantemente a adaptar-se a essas condições impostas pelo mercado.

Antunes (2005), ao tratar das características da “nova morfologia do trabalho”, produto da reestruturação pelo qual o modo de produção capitalista passa, argumenta que essa realidade é caracterizada sempre pela busca incessante do trabalhador por condições que proporcione “melhoria nas condições de vida”, para si e para a sua família e tem como condicionante um maior valor agregado à venda da sua força de trabalho, seja nas funções que já desempenhavam no seu local de origem, ou em qualquer outra atividade que por

ventura venham a desempenhar.

Atrelada a tal fato, está a nova classe trabalhadora, que [...] “compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.07). Esse novo modo de ser no entanto não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas congrega também [...] “a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário” (ALVES e ANTUNES, 2004, p. 07).

Os deslocamentos temporários estão arraigados ao caráter do trabalho, compostos de pessoas “versáteis” e “multifuncionais”, capazes de se adaptar à demanda do mercado, não importam para isso os limites geográficos. Antunes enfatiza ainda que:

[...] pode-se ver que cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial. E, na marca da *superfluidade*, cada vez *mais* homens e mulheres encontram *menos trabalho*, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, “flexíveis”, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados (ANTUNES, 2008, p. 08 grifos do autor).

Diferentemente do período fordista, ainda que esse não seja completamente superado, a acumulação flexível, como o próprio nome sugere, o período da flexibilidade dos mercados faz com que a precarização do trabalho assumira uma nova face, pois o trabalhador cada vez mais se vê a mercê dos trabalhos temporários e incertos, se sujeitar a um regime de trabalho intenso e em muitos casos sem direitos. Entretanto, o modelo fordista de organização do trabalho não deixa de existir com o advento da acumulação flexível, ao contrário, está intimamente entrelaçado com as forças toyotistas (ANTUNES, 2008).

Para Thomaz Junior (2009, p.84) a mobilidade espacial do trabalho se configura como [...] “um dos elementos do capital para consolidar-se territorialmente”. Assim, além de reconfigurar os espaços mundiais, esse processo tem modificado também as identidades sociais e tem causado redefinições por dentro da classe trabalhadora.

Perpétua (2013) avalia que

[...] a mobilidade espacial, tanto do capital quanto da força de trabalho, não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra, numa relação que lhe confere sentidos profundos no sociometabolismo hegemônico vigente. É, portanto, causa e consequência ao mesmo tempo (PERPÉTUA, 2013, p. 01).

O autor enxerga o deslocamento de pessoas e de capitais como uma estratégia importante na manutenção e ampliação da acumulação, a fim de reduzir custos e reforçar o controle da força de trabalho. Com base no que propõe Gaudemar (1977), Perpetua (2013) elucida, ainda, que a força de trabalho submetida ao sistema produtivo assume a condição de mercadoria que pode ser produzida e consumida.

A. Santos (2006, p.06), ao discutir sobre as migrações no Brasil, relata o seguinte: “De fato, ao gerar trabalhadores excedentes no seu movimento contínuo de acumulação, o capital cria a necessidade de fluxos de deslocamento em busca de trabalho”, pois o capital precisa constantemente encontrar maneiras de efetuar a sua acumulação.

Para Alves (2007), o capital ao necessitar de força de trabalho para expandir o capital industrial no Brasil "atraiu"/estimulou a mobilidade interna de trabalhadores do Norte-Nordeste para o Sudeste do país. Por conseguinte, oportunizava uma superpopulação relativa que possibilitava aos capitalistas consumirem a mercadoria força de trabalho por um valor mais baixo.

A ocupação do território brasileiro até a década de 1930 estava concentrada em pontos isolados com uma população em sua maioria rural. Com o desencadear da crise econômica mundial de 1930 que atingiu o “ciclo do café paulista”, iniciou-se um grande processo de deslocamentos interno com características diferentes: nas décadas de 1940 e 1950 houve um fluxo de migrantes rurais que se dirigiram para as áreas rurais do oeste de São Paulo, norte e oeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e o Sudeste do Mato Grosso onde encontraram algumas vantagens para o desenvolvimento da agricultura como, proximidade aos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, dos Portos e, uma estrutura fundiária aprimorada para a época (MARTINE, 1994).

No período de 1940 a 1960 o incentivo governamental visou a transferência da fronteira agrícola para a faixa central do país, nos estados de Goiás, Mato

Grosso e Maranhão, bem como a construção da nova capital federal e a edificação de estradas e rodovias fez muitas pessoas se deslocarem para essa região. Na década de 1970, o Estado investiu no incentivo ao pequeno produtor e ao grande capital para migrar em direção à região Amazônica no intuito de ocupar aquela área e dinamizar a sua economia (MARTINE, 1994).

Martine (1994) ressalta que foi também a partir da década de 1930 que as cidades brasileiras passaram a receber um número maior de migrantes. Alguns fatores contribuíram para esse processo, dentre eles, a “quebra da economia cafeeira” que deixou de ofertar os empregos de outrora; o incentivo do Estado à atividade industrial após a Segunda Guerra Mundial concomitante à modernização da agricultura nas grandes fazendas que deixou de ofertar trabalho e passou a utilizar o trabalho mecanizado como discutido no tópico anterior; a abertura de estradas no território brasileiro proporcionou uma melhor circulação pelo país; a disparidade de investimentos para regiões como o Nordeste que fez com que as pessoas assoladas pelas condições climáticas saíssem de sua terra e a concentração da terra que impossibilitava ao pequeno produtor rural viver da sua própria produção.

Para M. Santos (1994), a partir da década de 1990 outro movimento que começou a acontecer no país e merece destaque é a migração de retorno, caracterizada pelo regresso das pessoas para os seus locais de procedência. Esses, mormente, voltam para as cidades sede dos municípios, ou até mesmo para as cidades médias (com mais de 20 mil habitantes), próximas aos seus municípios de origem que apresentam certa centralidade na rede urbana brasileira com o crescimento dos serviços e comércio. O autor já apontava na década de 1990 que com o contexto da reestruturação produtiva do capital a migração temporária no Brasil, apresentava alguns fatores como a diminuição do crescimento populacional das grandes cidades em relação às cidades médias e mudou o destino de muitos trabalhadores.

Aqueles que outrora saíram do campo para as grandes cidades passaram a desempenhar diferentes papéis no sistema de produção ao se adaptarem às condições do mercado flexível, quando o setor de prestação de serviços começou a ganhar proporções cada vez maiores e o trabalho na indústria sofreu significativa redução. Esses trabalhadores, portanto, começaram a conviver com outra forma de

precarização ao se tornarem cada vez mais maleáveis forçados a vender sua força de trabalho de maneira temporária e a se adaptarem as condições do mercado de trabalho.

O crescimento do agronegócio e a inserção de tecnologia no campo têm tornado o espaço do camponês cada vez menor. Esses sujeitos continuam a sair de sua terra para outras regiões, são expulsos para as cidades. Entretanto, Barcelos (1996) ressalta que os movimentos sociais têm lutado para encontrar alternativas para minimizar essa expulsão do trabalhador do campo. Observa-se que a dinâmica econômica e social dos pequenos municípios sofreu alterações ao longo dos anos com a saída de pessoas para outros destinos em busca de trabalho.

Conceição, ao analisar a inserção das políticas públicas na perspectiva da fixação do jovem no campo, argumenta que o discurso da modernização que, durante anos, assola o campo brasileiro, acentua a expulsão dos camponeses e reforça a monopolização e territorialização do capital. “Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

Sampaio, faz uma análise dos rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço regional intercalado em redes, e averigua a relação entre a mobilidade e as recentes transformações do perfil econômico regional no município de Vitória da Conquista, considerada cidade polo regional e defende a tese da [...] “centralidade urbana e a mobilidade do trabalho, enquanto um dos fatores que contribuem para promover o desenvolvimento regional desigual e contraditório na região do sudoeste baiano” (SAMPAIO, 2013. p.20). A autora argumenta ainda que o arranjo estrutural e espacial da rede urbana na região é caracterizado pela centralidade da cidade de Vitória da Conquista, resultado do desenvolvimento desigual na produção sobre o espaço.

Em trabalhos realizados outrora por Moreira (2011 e 2014), constatou-se que, por um lado, há uma mobilidade entre campo e cidade no município de Belo Campo tanto em caráter permanente, pois muitas famílias deixam a zona rural para ir morar na área urbana como em caráter pendular, ou seja, muitas pessoas que passaram a morar na cidade ainda mantêm suas relações de trabalho com o campo. Por outro lado, são muitas as maneiras como ocorrem esses

deslocamentos, bem como o tempo que os trabalhadores permanecem nos locais de trabalho.

Portanto, há a necessidade de adequação às condições de mercado além do curto período de permanência nos destinos de trabalho. Muitos se deslocam com pretensões de retornar, entretanto, fixam residência; outros ficam por pouco tempo, mas estão sempre nesse movimento de ida e volta entre Belo Campo e os municípios do entorno ou de outros estados. Outro aspecto relevante foi a existência de um intenso deslocamento do/no município para a Região Sudeste. Naquele momento de realização de pesquisa com trabalhadores da área urbana, do quantitativo de pessoas entrevistadas que foram morar na cidade de Belo Campo nas décadas de 1980 a 1990, 46% já haviam residido em outro estado ou município antes de fixarem residência na cidade e ao retornarem para o município fixaram residência na área urbana (MOREIRA, 2011).

A saída de Belo Campo para os municípios do entorno ocorre, principalmente, para o trabalho na lavoura de café ou de outras culturas, como é o caso de Barra do Choça. Todavia, cresceu nos últimos anos o deslocamento para a cidade de Vitória da Conquista, principalmente, para os trabalhadores da construção civil e os jovens que buscam conciliar o trabalho com os estudos, uma vez que essa cidade é próxima de Belo Campo (60 Km) e apresenta um significativo crescimento demográfico. Vitória da Conquista é uma cidade média⁹ com população urbana de 274.805¹⁰ pessoas que exerce influência enquanto polo regional com concentração de atividades no setor de serviços e comércio.

⁹ Apesar da discussão sobre as cidades médias não constituir o foco da dissertação que se apresenta, faz-se necessário expor as bases que nos assentamos para utilizar o referido termo. Compreende-se com base nas proposições de Sposito (2014) que tal conceito não se encontra definido, mas que se mostra enquanto uma noção que se mostra complexa. A autora propõe que a análise dos papéis e funções dessas cidades devem compor essencialmente quatro pontos: a situação geográfica, a natureza das relações da cidade média com o campo, a delimitação sob qual ponto de vista a análise será feita e a compreensão das articulações entre escalas que a cidade estabelece na sua rede urbana e/ou fora dela. Tais elementos contribuem para um melhor aprofundamento a respeito da noção de cidade média. Assim, compreende-se que Vitória da Conquista se caracteriza como uma cidade média pela sua importância regional, pois exerce importante papel econômico no Sudoeste Baiano com uma ampla concentração de atividades do comércio e serviços destacando-se educação, saúde, além do ramo imobiliário. Ademais Vitória da Conquista apresenta polarização com relação às pequenas cidades do entorno e abarca um número expressivo de cidades do norte de Minas Gerais.

¹⁰ Fonte: IBGE (2010)

Acrescenta-se a isso, a necessidade de força de trabalho na construção civil face os fortes interesses imobiliários, aspecto estudado por vários autores, como Rocha (2012), ao apontar que a cidade obteve nas últimas décadas um crescimento econômico considerável, sobretudo, quando a reflexão abarca ainda grande parte das prestações de serviços de saúde e educação voltadas para os municípios da região e do Norte de Minas Gerais (MOREIRA, 2014).

Pode-se afirmar que a cidade confere no modo de produção capitalista como o lócus da força do trabalho expropriada do campo. Esse sistema, como forma de manutenção da sua regulamentação e, com todo o seu aparato ideológico, suplanta no ideário da classe trabalhadora, enquanto mercadoria, como única alternativa se movimentar de acordo com as necessidades impostas pelo capital.

2.2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

O processo de urbanização assume no modo de produção capitalista o caráter vertiginoso. Em cada período histórico o espaço urbano foi se adequando ao contexto da produção, entretanto é no capitalismo, mais especificamente, a partir do momento que se iniciaram as revoluções que deram impulso às transformações tanto na produção quanto na circulação de mercadorias que a urbanização se agigantou transformando o conteúdo das relações sociais.

Mello (1998) ao analisar o período que corresponde à passagem da manufatura à grande indústria argumenta que a primeira revolução capitalista ocorreu com a passagem da cooperação simples à manufatura na Europa. A expansão de mercados sobre os continentes e a acumulação de capitais facilitada pelo aumento de metais do “Novo Mundo” foram condições de suma importância para a implantação da manufatura. Nas palavras do autor:

A manufatura é a primeira cria madura, no âmbito da produção, resultante do processo de expansão e dinamização internacional e intercontinental das relações de troca, da progressiva universalização desses atos num processo ininterrupto e sempre crescente de renovação (MELLO, 1998, p. 90).

A expansão do mercado mundial e as transformações no próprio modo de produção exigiram modificações na organização do trabalho. Foi a partir da manufatura que a produção começou a ser organizada tendo como base a divisão social e técnica do trabalho e funciona como “a fórmula encontrada pelo capital para aumentar a produtividade do trabalho e dimensionar a oficina aos patamares das sempre crescentes exigências do mercado mundial em expansão (MELLO, 1998, p. 93).

Para Singer, com a expansão da manufatura, se tornou possível empregar homens sem longo aprendizado anterior, que podiam ser adestrados ao ofício e que se inseriam no processo produtivo como assalariados. “A partir desse momento, estão postas as condições para se separar o produtor de suas condições de produção, subordinando-as ao capital” (SINGER, 1973, p. 24).

Com a aplicação da ciência e, conseqüentemente, a invenção da máquina enquanto ferramenta, a Primeira Revolução Industrial surgiu como resposta à necessidade de acumulação do capital que já não via na manufatura a possibilidade de aumentar a produtividade. Iniciou-se com o advento da grande indústria uma nova fase na história do capitalismo, bem como um novo campo de relações entre capital e trabalho, pois o capital enxergou naquele momento na invenção da máquina ferramenta a possibilidade da subsunção real da força de trabalho. É com a tal revolução que se pôde vislumbrar efetivamente a mundialização do capital.

Quando ocorreu a Primeira Revolução Industrial na economia mundial já havia uma ampla divisão internacional do trabalho que abrangia campo e cidade. Para que ocorresse a generalização da industrialização era necessário o aumento da demanda por produtos industrializados. Para tanto, a indústria fabril barateou os produtos para garantir o consumo da população rural e o advento da indústria tendeu a eliminar a produção de subsistência do campo e a promover a transformação do camponês em um agricultor especializado. A indústria passou a produzir os principais instrumentos de produção do campo (SINGER, 1973).

O duplo processo urbanização/industrialização fez com que o número de pessoas a viver nas cidades viesse a crescer progressivamente, pois as mesmas se tornaram o local de instalação das indústrias e, conseqüentemente, de seus trabalhadores. Porém, como argumenta Sposito (2004), não se pode entender a urbanização somente enquanto o crescimento no número de pessoas que passam

a viver nas cidades, mas deve-se pensar nas implicações e/ou transformações que esse processo provocou nas mesmas. Ao discutir sobre o assunto a autora afirma que:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas, sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades (SPOSITO, 1997, p. 50).

A cidade que se constituiu após o início da industrialização passou a ter de comportar um contingente muito grande de pessoas, contingente esse a qual não estava preparada para receber, diante das condições estruturais que a mesma apresentava. Também passou a desempenhar importante papel enquanto local de concentração da produção industrial e comercial. A sociedade, que antes era política, economicamente e socialmente regida pela aristocracia rural, com o surgimento do modo de produção capitalista e uma crescente aceleração nos processos de urbanização e industrialização passou então a ter a cidade como centro de comando (SPOSITO, 1997). Singer relata que esse processo de industrialização na agricultura fez com que cada agricultor diminuísse as culturas, destituiu os camponeses dos seus instrumentos de trabalho, uma vez que esses passaram a ser produzidos nas indústrias e permitiram a expansão das forças produtivas no campo. O capital agiu, inicialmente, com a expropriação dos trabalhadores camponeses e de seus instrumentos de trabalho. Isso fez com que além de não produzirem o suficiente para a comercialização, também passaram a depender da grande indústria.

O autor sugere ainda que pensar na urbanização em uma sociedade que se industrializa significa investigar qual o papel das classes sociais nesse contexto para não incorrer no erro de compreender a urbanização como um processo autônomo, o que pode levar a perda do seu sentido principal para o conjunto da sociedade. O processo de industrialização implica também numa ampla mudança de atividades e pessoas do campo para as cidades. No capitalismo esse processo ocorre em direção apenas a algumas regiões do país, o que ocasiona no esvaziamento das demais.

Essas transformações refletem na divisão técnica e social do trabalho entre cidade e campo, pois o processo de urbanização provocou mudanças significativas na organização do trabalho. Os grandes movimentos de trabalhadores do campo que foram destituídos de seus meios de produção para as cidades se orientavam pela lógica capitalista que precisava de força de trabalho excedente na cidade para constituir o exército industrial de reserva. Essa mesma lógica se repetia entre diferentes regiões de um mesmo país, pois para o capital era interessante o deslocamento da força de trabalho disponível em direção às regiões onde as indústrias seriam instaladas.

De acordo com Monte-Mór (2007, p.08), antes do nascimento da indústria fabril e sua centralização nas cidades o processo de urbanização se restringia a poucas áreas que eram o local onde o poder e/ou o mercado se concentravam. As aglomerações humanas que hoje poderiam ser chamadas de cidades eram poucas, no período que antecedeu à Primeira Revolução Industrial, logo, “a cidade industrial foi assim marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, o proletariado”.

O capitalismo enquanto regime de acumulação modificou o arranjo espacial e transformou a estrutura, o papel social e econômico das cidades. Outro aspecto relevante das transformações destacado por Sposito (1997) foi a forte mudança na divisão territorial do trabalho. A produção caracterizada pela divisão de funções entre o campo e a cidade, com o campo responsável pelo fornecimento da matéria prima e, as vezes, pela transformação da mesma em produtos, de maneira artesanal, e a cidade pela comercialização desses produtos, passou por profundas alterações.

Desse momento em diante, além de controlar e comercializar a produção do campo, a cidade começou também a agregar valor à essa produção. Logo, o campo passou a depender da cidade para produzir e deixou de ser autossuficiente. A lógica da industrialização subordina o espaço de reprodução da sociedade. Conforme Aponta Monte-Mor,

O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, a necessidade da reprodução coletiva da força de trabalho (MONTE-MÓR, 2007, p. 09).

Diante do grande contingente de trabalhadores que foram transferidos para as cidades, os espaços urbanos começaram a ser repensados com o objetivo de abrigar a essa massa de trabalhadores industriais de maneira que a força de trabalho pudesse se reproduzir. A demanda das indústrias por força de trabalho fez com que o Estado criasse meios de proporcionar condições para a garantia da produção, dentre elas a aglomeração de trabalhadores perto das fábricas.

A fábrica, enquanto resultado desse processo, é um fenômeno urbano que exige na sua proximidade a presença de grande número de trabalhadores. “Quando não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Mas é, em ambos os casos, uma cidade diferente” (SINGER, 1973, p. 17). Bem diferente da cidade comercial que infligia ao campo o seu domínio político com a finalidade de exploração, a cidade industrial se impõe graças a sua capacidade produtiva que era muito superior.

Com a industrialização, a cidade passou a ser não apenas o local da comercialização, mas a fazer também a transformação da matéria-prima em produtos, uma vez que foi nelas onde as indústrias normalmente se instalaram. O campo continuou como o provedor da matéria prima, mas, nos últimos anos, apresenta de certa maneira uma inserção tanto do agronegócio, quanto de prestações de serviços e comércio, o que faz com que seja necessário repensar a lógica da divisão territorial do trabalho entre campo e cidade (SPOSITO, 1997).

Volochko (2008) argumenta que a urbanização foi e ainda é muitas vezes compreendida enquanto crescimento quantitativo do tecido urbano, o que se traduz em um entendimento *stricto sensu* do processo. O autor deixa claro que tais abordagens são meramente descritivas e de caráter somatório, pois tendem a descrever o que há no interior das cidades ou da metrópole. Entretanto, a questão metodológica é um desafio a ser enfrentado na análise da urbanização contemporânea. É preciso compreender o arranjo espacial das cidades para além da sua estrutura física e dos números que pouco representam em seu aspecto qualitativo a magnitude do processo de urbanização. Faz-se necessária a construção de elementos que deem conta de explicar o conteúdo desse processo que tem na sua ampliação no modo de produção capitalista, como a proposta de análise mais crítica do processo proposto por Damiani (2009), que serve de aporte

no contexto desta pesquisa:

Nas imensas periferias, a dos centros históricos e expandidos das cidades, ou a do seu entorno, cada vez mais amplo e distanciado, metropolitano, prevalece a baixa composição orgânica do espaço, que aparece como falta de infra-estrutura urbana. Designamos por *urbanização crítica*. O movimento é ir distanciando os espaços periféricos e ir constituindo novas centralidades econômicas metropolitanas (DAMIANI, 2009, p. 54, grifo do autor).

Para a autora, a urbanização crítica se conforma como tal e faz com que haja uma impossibilidade do urbano para todos, nos marcos da economia em vigência e na reprodução da sociedade urbanizada (DAMIANI, 2009,). Essa tendência da urbanização, marcada pela periferização da classe trabalhadora, além de gerar conflitos, tende a acentuar os já existentes no espaço urbano. A urbanização, diante da maneira perversa como se estabelece para atender a lógica de interesses do capital, aguça, cada vez mais, as desigualdades.

Lefebvre (1991) considera que o processo de industrialização induziu uma transformação no processo de urbanização. Esse duplo processo, ao mesmo tempo em que possui uma unidade, por estarem intimamente ligados, também é conflitante, diante de “[...] um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial” (LEFEBVRE, 1991, p. 9). O autor utiliza o termo “sociedade urbana” para designar a sociedade que nasce da industrialização afirma que:

Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: *sociedade urbana*, que designa, mais que um fenômeno consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade (LEFEBVRE, 1999, p. 14, grifos do autor).

O mesmo autor levanta a hipótese da urbanização completa da sociedade e traz como argumento o fato da produção agrícola ter perdido sua autonomia nos países industriais, bem como sua transformação em um setor da produção industrial. Para tanto, “*O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. Ainda de acordo com o mesmo, essas palavras, “*o tecido urbano*”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1999, p. 15, grifos do autor). As relações urbanas penetram no campo e transformam o

conteúdo das relações nele estabelecidas.

A realidade social que começa a se compor diante desse intenso processo de urbanização tem um tecido urbano caracterizado por um “modo de viver” que ultrapassa os limites da cidade. Nas palavras do autor: [...] “trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Esse modo de vida é designado pelo autor como sociedade urbana, que deve, portanto, ser entendida como fruto da urbanização, mas que ainda está em formação, ou seja, [...] “não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver” (LEFEBVRE, 2008, p. 81). A sociedade que nasce da industrialização, a sociedade urbana contém em si um conteúdo próprio, o modo de vida urbano que não se limita ao espaço da cidade, mas que se espraia pelo território transformando o conteúdo das relações, adentra nos modos de vida e transforma o espaço das cidades e do campo.

Ao analisar o processo de acumulação capitalista no Brasil, Gorender (2013) retoma o histórico do domínio da propriedade da terra no país e destaca sua importância na economia após o fim do período colonial escravista. “A terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar dominar a própria economia” (p. 31).

Para Oliveira (2013), as sesmarias são parte importante na origem da maioria dos latifúndios no Brasil desde o período colonial. Com a libertação dos escravos e a independência do país, os governantes procuraram logo uma maneira de tornar legal a propriedade das grandes extensões de terra. Para tanto, criou a Lei de Terras, em 1850, que condicionava a posse da terra à compra/venda através do dinheiro, o que limitava e até impedia que escravos libertos pudessem ter o acesso à terra.

Após a abolição da escravidão, não havia possibilidades de remunerar a mão-de-obra agrícola de forma monetária devido à não existência de um exército de reserva. Então, os trabalhadores se fixaram dentro dos estabelecimentos como forma de garantir a sua permanência lá dentro. Os trabalhadores “recebiam” um pedaço de terra onde podiam produzir para a sua subsistência enquanto trabalhavam nas lavouras do proprietário fundiário. O salário era do tipo pré-capitalista, de condição, pago anualmente ainda que em parcelas, correspondia

não somente ao trabalho individual, mas ao trabalho da família. Para Gorender (2013), esse foi um “modo de produção plantacionista latifundiário, apoiado em formas camponesas dependentes” (p. 35). Para Becker e Egler (2010), a substituição dos escravos no século XIX por trabalhadores livres e a liberação de capitais criou condições para o surgimento da indústria no Brasil e “a formação do mercado de trabalho foi condição essencial para a capitalização da economia” (p. 71). Com um contingente grande de “trabalhadores livres” e o investimento de capitais estrangeiros a indústria nacional encontrou um espaço sem o qual não poderia se desenvolver no Brasil.

Singer (1973), ao analisar o papel da urbanização no processo de desenvolvimento capitalista de países que iniciaram sua industrialização tardiamente, faz um retorno às atividades econômicas brasileiras e argumenta que uma das características essenciais da economia colonial no Brasil era o desperdício da força de trabalho, pois essa possuía a capacidade de mobilização da força de trabalho reduzida, uma vez que importava sua mão-de-obra, os escravos, do exterior. Entre os anos 1888 e 1930, período que compreendeu entre a abolição da escravatura e a Revolução de 1930, o país passou por importantes modificações de cunho econômico, político e social. Nesse período, começou o processo de desenvolvimento com a construção de um parque industrial para produzir bens de consumo não duráveis.

Iniciou-se um tímido processo de urbanização com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros de mercados regionais: Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte (SINGER, 1973, p. 121).

Após a Revolução de 1930, algumas medidas tomadas pelos governantes, como a política de industrialização, o desarmamento dos exércitos do sertão e a criação de uma legislação do trabalho para as áreas urbanas, contribuíram significativamente para a criação de um exército industrial de reserva. “Surge desta maneira um sistema de incentivos que atrai uma parcela crescente dos trabalhadores rurais às cidades” (SINGER, 1973, p. 122).

Iniciaram-se, após 1930, os primeiros passos do capital industrial no Brasil impulsionados pelo Estado como representação da classe dominante no país que

financiava a instalação das indústrias e começara a incentivar a saída de trabalhadores do campo.

Para Oliveira (2003), a revolução de 1930 marcou na economia brasileira o fim do ciclo da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva urbano-industrial. Conforme aponta o autor, a regulamentação das leis de relação entre trabalho e capital, ou seja, a legislação trabalhista e os respectivos níveis do salário mínimo, fizeram parte de um grupo de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Ao mesmo tempo, o Estado na esfera econômica criou bases para a reprodução da acumulação capitalista industrial.

Fatores como abolição da autonomia dos estados, a construção da rede de rodovias, a queda da mortalidade e o aumento da população rural, a dicotomia latifúndio-minifúndio contribuiu não só para o crescimento do exército industrial de reserva como para o aumento das migrações internas, principalmente, no que concerne à migração rural-urbana (SINGER, 1973).

É claro que a mobilização do exército industrial de reserva, constituído pelas massas rurais submergidas numa economia de subsistência pré-capitalista, não se deu exclusivamente mediante a urbanização, porém esta foi sua forma predominante. O capitalismo industrial via de regra se origina nas cidades e daí penetra no campo (SINGER, 1973, p. 122).

O processo de urbanização não foi o único responsável pela constituição do exército industrial de reserva, mas no Brasil pode-se dizer que foi a forma mais expressiva. Posteriormente, esse movimento se afirmou com a mobilidade de pessoas entre as regiões.

A unificação do mercado nacional brasileiro “criou condições para uma crescente concentração do capital, antes impedida pela fragmentação regional do mercado” (SINGER, 1973, p. 123). A concentração das atividades industriais e do capital que no Brasil ocorreu num primeiro momento em São Paulo, dentre outros motivos, pela existência do parque industrial nela localizado e financiado preteritamente pelo capital gerado da cafeicultura, acarretou num amplo crescimento das atividades terciárias na região. Juntamente com as vantagens econômicas trazidas pela concentração das atividades das indústrias e do setor terciário na metrópole, também se mostraram as consequências de um crescimento

sem planejamento da cidade para atender às necessidades do capital. Nas palavras de Singer,

Uma das características da economia capitalista é que as desvantagens da aglomeração, embora causadas fundamentalmente pelas empresas privadas, acabam tendo seus custos socializados, já que a solução dos problemas assim suscitados cabe ao poder público, que financia as obras com fundos tributários arrecadados de toda a população (SINGER, 1973, p. 127).

Os trabalhadores que foram incentivados a irem para cidades, onde se concentravam as atividades industriais no Brasil, com a finalidade de ter sua força de trabalho explorada pelo capital se depararam com cidades que não haviam sido planejadas para receber tal quantitativo de pessoas. Entretanto, essa é uma característica intrínseca ao capital e sua voracidade pela expansão, exploração e detenção de mais-valia, pois a apropriação dos bens produzidos será privada, mas os custos serão socializados.

Nessa perspectiva, Singer (1973) tece uma crítica aos argumentos antiurbanos, àqueles que compreendem que o aumento da população da metrópole seja responsável pelo crescimento da demanda de serviços, pois, para o autor a demanda por serviços não se dá pelo crescimento da população, mas devido à elevação explosiva da renda urbana e a ineficiência dos mecanismos de mercado que não conseguem equilibrar a demanda e a oferta. Há outro argumento que traz o crescimento excessivo da população das cidades que se manifesta sob a forma de uma oferta da força de trabalho maior que a demanda como o responsável por um volume crescente de desemprego e subemprego. Assim, a problemática das áreas metropolitanas está ligada a concentração espacial de atividades e não de população.

Quando se elabora uma crítica à urbanização é necessário levar em consideração a característica essencial do capitalismo, pois os contrastes das metrópoles, “manifestam apenas as contradições de um sistema que, para desenvolver as forças produtivas, vai sempre suscitando novos problemas” (SINGER, 1973, p. 133).

De acordo com Lisboa (2007), o momento pós II Guerra Mundial foi conduzido por um diálogo assumido a fim de resolver a questão da pobreza das

nações e levava à um processo que acarretasse o modelo urbano-industrial. Naquele momento, observava-se a hegemonia norte americana que tentava se afirmar, bem como a luta anticomunista devido ao medo do poder de organização dos pobres. Os Estados Unidos procuravam difundir sua receita de alto padrão de crescimento e prosperidade.

“Há um ponto de partida ou a sociedade tradicional e um ponto de chegada que se traduz na situação de industrialização” (LISBOA, 2007, p. 69). Nesse momento, foram criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as comissões econômicas regionais, no caso da América latina a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

A CEPAL acreditava na industrialização como um caminho seguro para alcançar o desenvolvimento dos países. Entretanto, era preciso superar a economia do país, baseada no modelo agroexportador, pois essa não contribuiria para a aproximação do poder econômico dos países periféricos com os países centrais na economia mundial, pelo contrário, tornaria cada vez maior essa distância (LISBOA, 2007).

No caso brasileiro, para ampliar as exportações dos produtos industrializados e o próprio processo de industrialização do país, o Estado precisava resolver o problema da acumulação insuficiente do capital o que o tornou juntamente com os industriais agentes do desenvolvimento, oposição à indústria estrangeira. O governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi marcado pelo início do processo de industrialização ajustado aos interesses do capital internacional. O Estado nesse momento assumiu o papel de construir um consenso e consolidar a unidade da nação para a promoção do desenvolvimento a partir da nova aliança entre o capital nacional e o capital estrangeiro. O Estado ocupou o espaço de mediador no processo de reprodução ampliada das empresas privadas nacionais e internacionais, enquanto a burguesia se subordinava aos grupos internacionais na garantia dos seus interesses de classe (LISBOA, 2007).

Oliveira (2003), ao analisar o período que compreende o início do processo de urbanização no Brasil (após meados do século XX), enfatiza que naquele momento havia o compromisso em manter a agricultura ativa, mas sem estimulá-la como setor e unidade central do sistema. A conciliação entre o crescimento

industrial e o crescimento agrícola, diante da criação do novo “mercado urbano-industrial”, por um lado exigiu discriminatório e confiscatório sobre a agricultura e, por outro o crescimento industrial permitiu a permanência das atividades agropecuárias com um padrão “primitivo”, baseado na alta exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 45). A manutenção e a combinação do padrão primitivo com as novas relações de produção no setor agropecuário permitiram o crescimento tanto das indústrias quanto dos serviços, forneceram os contingentes populacionais para a criação do exército de reserva das cidades e abasteceram com excedentes alimentícios.

“A história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista” (OLIVEIRA, 2003, p. 61). No entanto, essa expansão não se reproduz como os modelos clássico de capitalismo nos países desenvolvidos e leva em consideração a articulação interna para os interessados na reprodução do capital uma questão se fez necessária – substituir as classes proprietárias rurais detentoras do poder pelas novas classes burguesas empresário-industriais.

Nesse interim, chegavam ao país financiamentos, empréstimos e investimentos para a instalação de novas empresas e a nação era convocada para superar o seu atraso. Entretanto, Lisboa (2007) ressalta que, ao receber o capital externo e as transnacionais, o Brasil construía uma relação de dependência com os países centrais, ao mesmo tempo em que essa era condição para alavancar a produção e a expansão da indústria nacional.

O projeto desenvolvimentista dos cepalinos sofreu duras críticas durante a crise da economia brasileira, pois revelava o caráter de dependência e mostrava os limites estruturais do processo de industrialização. Contudo, se transformou em programa econômico de 1950 (governo de Kubitschek) à 1984 (pelos militares) com a Aliança para o progresso. O desenvolvimento nesses moldes contou com o apoio de organismos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como saldo desse período tem-se a consolidação de opinião favorável por meio da ideologização do planejamento estatal, em que “a organização do espaço e a articulação com os interesses da reprodução capitalista se colocavam para os desequilíbrios regionais” (LISBOA, 2007, p. 84).

Do ponto de vista da articulação externa, o mundo se preocupava naquele

momento com a reconstrução das economias dos países ex-inimigos a fim de evitar a expansão do socialismo nos países desenvolvidos. Nesse bojo, restaurou-se a divisão internacional do trabalho e ficou para os países não industrializados como o Brasil, o papel de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas, durante muito tempo. Todavia, emergiu no Brasil a revolução burguesa que teve no populismo sua forma política. Ao se criar as condições para acumulação necessária à industrialização, a legislação trabalhista foi o aporte para um pacto de classes a fim de liquidar politicamente as classes proprietárias rurais (OLIVEIRA, 2003).

O país começou o seu processo de industrialização diante das condições favoráveis de investimento, entretanto, mesmo diante do modelo urbano industrial que se iniciou mantiveram-se as estruturas arcaicas.

Becker e Egler (2010) consideram também que as alterações na divisão internacional do trabalho foram de suma importância para a industrialização brasileira devido à maior facilidade de investimentos de capital estrangeiro na indústria nacional.

Estabeleceram-se, então, as bases do modelo do “tripé”: o capital privado nacional produzindo bens não duráveis, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção (BECKER; EGLER, 2010, p. 83)

Os investimentos do capital estrangeiro e do Estado, que dotou de infraestrutura, criaram novas indústrias, instalaram indústrias internacionais e instituíram empresas estatais, nos anos 1960 o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria ultrapassou a agricultura e “o desenvolvimentismo reforçou o papel da urbanização como base para a industrialização” (BECKER; EGLER 2010, p. 86). A urbanização do território brasileiro, portanto, “tornou-se uma estratégia para o desenvolvimento do país” (p. 146), que foi sustentada por uma enorme quantidade de mão-de-obra barata e pobre.

Após a Segunda Guerra Mundial no Brasil começaram a se aprofundar as investidas do capital. Nas cidades podia se observar a profunda transformação com a instalação das indústrias, enquanto no campo a Revolução Verde, marcava o incentivo à modernização da agricultura com a inserção de máquinas e insumos agrícolas e a expropriação dos trabalhadores.

No decorrer dos anos, a história das leis no país mostra claramente a perpetuação dos princípios que marcaram a concentração fundiária. As constituições de 1946 e a de 1967 facilitavam via autorização de governantes a venda de grandes extensões de terra, ou que se pudesse adquirir títulos por procuração de terceiros. Os inúmeros casos de grilagem marcam a história desse país e que contribui ao longo dos anos para o saque das terras dos indígenas (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), houve o aumento violento da concentração fundiária no país na segunda metade do século XX, com o avanço estarrecedor das grandes propriedades, principalmente, nas regiões Centro-oeste e Norte. Ao considerar somente os superlatifúndios, é possível observar que esses possuíam 3% do território brasileiro. Simultaneamente ao aumento do latifúndio, observa-se o aumento do trabalho assalariado no campo e o aumento do trabalho familiar no período em que compreendia as décadas de 1970 e 1980 (OLIVEIRA, 2013).

Gorender (2013) considera que no campo brasileiro, há historicamente duas linhas de desenvolvimento: a linha do latifúndio permeado por formas camponesas que se transformam, com maior ou menor lentidão, em empresa capitalista, e a linha da pequena exploração de caráter camponês-familiar independente, a qual, com a expansão geográfica e a intensificação dinâmica do mercado interno, aumenta seu grau de mercantilização e, por consequência, diminui seu grau de economia natural.

A linha do latifúndio com as transformações do capitalismo no campo representa uma mudança de relações de produção. O desenvolvimento capitalista não é resultado dos investimentos do Estado de forma a garantir o acesso de todos. Pelo contrário, o impulso ao desenvolvimento do capitalismo é feito de maneira discriminatória ao beneficiar os grandes proprietários, deu prioridade às regiões política e economicamente mais poderosas. Assim, a agricultura no Brasil necessita das intervenções do Estado por meio dos créditos. Às classes mais pobres fica reservado o ônus dos altos preços dos produtos agrícolas e a alta da inflação (GORENDER, 2013).

Oliveira (2013), ao analisar o desenvolvimento contraditório e desigual do

capitalismo brasileiro e suas manifestações no campo, considera que a produção do capital, no caso do campo brasileiro, o capitalista pode lançar mão de formas não capitalistas como a parceria para produzir o capital.

[...] estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que a sua produção seja possível, e com ela possa haver também o aumento, a criação de mais capitalistas (OLIVEIRA, 2013, p. 58).

Ainda de acordo com Oliveira (2013), é importante compreender que o Brasil está inserido em uma economia mundial. Para fazer parte dessa economia, o país precisa aumentar sua produção e tomar dinheiro emprestado. A fim de pagar a dívida, sujeita-se aos preços internacionais, com a baixa dos preços dos produtos agrícolas, precisa produzir mais para conseguir continuar a pagar a dívida, e para isso acaba se endividando cada vez mais. Para atender a essas exigências o país também, aumentou a produção das culturas de exportação (soja, laranja, e tantas outras).

[...] isso revela a nós todos que o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização, uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com a participação ou com o beneplácito do Estado, durante governos militares ou civis (OLIVEIRA, 2013, p. 62).

O capitalismo desenvolveu amarras ao campesinato, pois muitas vezes o camponês se sujeita a produzir exclusivamente para a indústria. “A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo também está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura” (OLIVEIRA, 2013, p. 62). Os processos contraditórios e desiguais do capitalismo são feitos no intuito de eliminar a separação entre cidade e campo, rural e urbano, e com a finalidade de formar uma unidade contraditória entres esses pares. “O que significa dizer que a compreensão

dos processos que atuam na construção/expansão das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (OLIVEIRA, 2013, p. 65).

Para Seabra (2000), a industrialização foi o principal motor da urbanização e teve o Estado como o suporte para a sua implementação. Os espaços nacionais foram redefinidos e as concentrações urbanas, com a formação das metrópoles nacionais e das grandes periferias, estavam associadas ao esvaziamento do campo. A autora argumenta, ainda, que a urbanização brasileira é um processo complexo que apresenta influência tanto de elementos externos, quanto de elementos internos.

M. Santos (1994), ao falar desse mesmo assunto, ressalta que o Brasil estaria entrando na urbanização do território, ou seja, “[...] a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos”. (SANTOS, M. 1994, p. 125). Nessa perspectiva, não só as cidades foram tomadas pela dotação da técnica, mas o território como um todo, o que perpassa o espaço da cidade, aspecto esse notado no campo com a crescente modernização da agricultura pela qual o país passou.

O autor considera que o Brasil, diante do intenso processo de urbanização em que vive, se divide em dois, o urbano e o agrícola, ambos caracterizados pelo amplo desenvolvimento da técnica. As transformações decorrentes do processo de urbanização acarretaram na alteração de algumas cidades, no surgimento de outras novas e em modificações profundas no campo.

Na Região Nordeste, diversos fatores corroboraram para as alterações do espaço regional. Para Lisboa, “a intensificação das relações capitalistas no Nordeste foi se ajustando por meio de práticas diretas de apropriação do território” (LISBOA, 2007, p. 108). O Estado se posicionava enquanto regulador da economia, assumia a política de planificação e afiançava objetivos econômicos e sociais.

A autora analisa a criação da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 e pondera que os relatórios elaborados pelos seus estudiosos apontavam a região como a porção tradicional no Brasil. A SUDENE foi criada a fim de promover o crescimento do Nordeste e integrar a região na economia nacional orientada para o desenvolvimento urbano industrial. Entretanto, a região tinha sua economia baseada na agricultura que até então se mostrava atrasada para aqueles que defendiam a proposta de desenvolvimento pautado no

modelo urbano-industrial.

Lisboa (2007) argumenta ainda que a solução apresentada pelo Estado, a partir dos planejamentos nacionais iniciados nos anos 1950, apontava para a modernização da agricultura através da inserção de máquinas e suplementos agrícolas, bem como a criação de uma base econômica regional dinâmica através da implantação de indústrias em algumas áreas a fim de garantir a autonomia regional. O início da industrialização nessa região primeiramente ocorreu pela instalação de indústrias nacionais e posteriormente pela chegada das indústrias estrangeiras, ambas incentivadas pelas isenções fiscais.

As mudanças ocorridas na região Nordeste face à inserção do planejamento estatal, baseado no modelo urbano industrial de desenvolvimento, acarretaram é claro na inserção mesmo que de maneira incipiente dessa porção do país no circuito da economia nacional, no entanto, isso não implicou em transformações positivas para a sociedade. A construção de rodovias para a integração do Nordeste com as regiões centrais do Centro Sul foi imprescindível não só para o escoamento da matéria-prima para as grandes indústrias nacionais, mas também para o fornecimento de força de trabalho barata.

A instalação de indústrias nos “pontos estratégicos” da região Nordeste, implicou no deslocamento maciço de trabalhadores do interior dessas regiões para as áreas metropolitanas. “As mudanças no setor agropecuário não representaram avanços sociais para o campo” (LISBOA, 2007, p. 123). É preciso considerar que os investimentos para a modernização da agricultura na região se concentraram no atendimento aos grandes proprietários de terra e incentivava a expansão de grandes áreas cultivadas voltadas para a exportação.

Os latifundiários detentores de grandes extensões de terra foram os que mais se beneficiaram com o financiamento estatal através dos projetos de irrigação, créditos para a aquisição de máquinas e suplementos agrícolas, enquanto aos pequenos proprietários restaram a intensificação da mobilidade do trabalho e a redução da produção de alimentos (LISBOA, 2007).

Portanto, mesmo com o duplo processo industrialização/urbanização introduzido no Brasil em meados do século XX a região Nordeste e conseqüentemente a Bahia teve suas mudanças mais precisas e visíveis a partir da década de 1980. Observa-se transformações relacionadas à emancipação

política de vários municípios e ao surgimento de muitas cidades. Nesse período, houve em todo o Nordeste a saída de um grande contingente de pessoas tanto das pequenas cidades, muitas ainda em processo de emancipação, quanto do campo para o Centro Sul do Brasil, à procura de trabalho, principalmente para o estado de São Paulo onde se concentrava a maior parte das indústrias nacionais, como apontado anteriormente.

Na Bahia, no entanto, ainda não havia uma forte implantação de indústrias, mas o estado sentia o reflexo das grandes transformações pelas quais passava o país diante da também crescente urbanização. A dinâmica dos municípios se transformou demasiadamente com a intensificação do processo de urbanização no estado, após a década de 1980, quando, assim como todo o território brasileiro, o território baiano foi atingido mais claramente por tal processo. Esse momento foi marcado, também, pela emancipação política de vários municípios o que justifica o aumento no número de municípios com população de até 20 mil habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de municípios e População nos Censos Demográficos por tamanho da população 1950-2010, Bahia							
Classes de tamanho da população	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Até 2.000 pessoas	-	-	1	-	-	-	-
De 2.001 a 5.000 pessoas	-	1	6	7	6	9	9
De 5.001 a 10.000 pessoas	15	20	87	67	68	61	60
De 10.001 a 20.000 pessoas	37	57	137	126	186	184	179
De 20.001 a 50.000 pessoas	81	102	92	110	122	123	126
De 50.001 a 100.000 pessoas	13	7	7	17	24	26	27
Mais de 100.000 pessoas	4	7	6	9	9	12	16
De 100.001 a 500.000 pessoas	4	6	5	8	8	11	14
Mais de 500.000 pessoas	-	1	1	1	1	1	2

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Elaboração: Silmara Moreira

Os rebatimentos do duplo processo de urbanização e industrialização nos pequenos municípios baianos foram expressivos. O mais significativo foi o êxodo rural, um processo que ao se desencadear mudou o rearranjo espacial não só das áreas urbanas, mas também das áreas rurais. É importante lembrar que houve em menor número, mas com grande expressividade, o movimento interno de saída de

trabalhadores do interior dos pequenos municípios para a Região Metropolitana de Salvador, bem como para cidades médias.

Os centros urbanos se tornaram o principal destino dos trabalhadores que se viam impelidos a vender sua força de trabalho. Conforme dados do IBGE apresentados acima, a Bahia teve uma mudança significativa no que concerne ao aumento da população nas áreas urbanas a partir da década de 1970. No início dos anos 1980 alcançou a taxa de urbanização de 59%, ou seja, a maioria da população passou a viver em áreas urbanas com concentração maior na Região Metropolitana de Salvador.

A quantidade de municípios com população urbana teve nesse período um crescimento significativo. Em 1950, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, apenas doze municípios apresentavam população urbana superior a 20.000 habitantes. Em 1970, esse número subiu para 30 municípios; e no último censo de 2010 registrou o total 126 municípios. É importante salientar que no interregno desse rápido crescimento das cidades baianas, frente ao processo de urbanização houve, igualmente, crescimento importante das cidades médias, que apresentam números significativos no que compete à demanda da força de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de cidades e População nas cidades nos Censos Demográficos por tamanho da população 1950 a 2010, Bahia.							
Classes de tamanho da população	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total de Cidades	150	194	336	336	415	415	417
Até 500 pessoas	3	3	7	4	1	-	-
De 501 a 1.000 pessoas	17	16	51	21	16	4	2
De 1.001 a 2.000 pessoas	53	51	81	69	63	30	13
De 2.001 a 5.000 pessoas	49	75	110	113	140	133	117
De 5.001 a 10.000 pessoas	14	25	45	67	95	124	142
De 10.001 a 20.000 pessoas	8	16	27	32	61	71	80
Mais de 20.000 pessoas	6	8	15	30	39	53	63
De 20.001 a 50.000 pessoas	5	5	8	21	24	32	39
Mais de 50.000 pessoas	1	3	7	9	15	21	24

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Elaboração: Silmara Moreira

Por um lado, a Bahia é o estado com maior população rural do Brasil com mais de três milhões de residentes no campo conforme os dados do último Censo

que apresentou um quantitativo de 248 municípios com população total menor que 20 mil habitantes. Por outro lado, as transformações não se limitam à dinâmica demográfica, mas se expressam, também, em outros setores como a economia que assim como o restante do Nordeste era em meados da década de 1950 baseada na agropecuária e após a década de 1980 demonstra crescimento nos setores industriais, de serviços e comércio.

Observa-se que os municípios com menos de 20 mil habitantes apenas sete apresentaram 50% ou mais do seu PIB proveniente do setor primário e, 236 possuíam mais de 50% do PIB proveniente do setor terciário.

Ao analisar os dados dos pequenos municípios, constata-se que o PIB do setor terciário apresenta números relevantes. No entanto, ao confrontar esses dados com aqueles sobre ocupação, pode-se afirmar que há uma discrepância (Tabela 3). É possível questionar até que ponto pode-se dizer que setor terciário cresceu efetivamente nos pequenos municípios, uma vez que a maioria dos trabalhadores estão ocupados no setor primário, setor esse que apresenta menor composição orgânica no valor do PIB

Tabela 3 – Municípios baianos com população igual ou menor que 20.000 habitantes, dados econômicos, 2009 e 2010.	
Total de municípios com mais de 50% da população ocupada no setor primário	128
Total de municípios com mais de 50% da população ocupada no setor Terciário	31
Total de municípios com mais de 50% do PIB Proveniente do Setor Primário	6
Total de municípios com mais de 50% do PIB Proveniente do Setor Terciário	226

Fonte: SEI (2009), IBGE (2010)

Elaboração: Silmara Moreira

Nota: Dados do PIB de 2009, demográficos de 2010 e de ocupação 2010.

J. Santos (2010) elabora uma reflexão a respeito das bases epistemológicas que contribuem para o entendimento da lógica da urbanização na contemporaneidade e utiliza como pano de fundo os processos de produção dos espaços urbanos localizados na Bahia. Para tanto, se embasa nas reflexões propostas por Lefebvre (1999, 2008) e sustentadas nas análises de Sposito (2004) e Carlos (2001), e nas observações trazidas das pesquisas realizadas.

Para o autor, as cidades baianas são espaços marcados pelos “conflitos de processos e interesses na reprodução de áreas centrais; pela suscitação de novos desejos habitacionais, e pela produção de uma hodierna modalidade do consumo do/no espaço urbano” (SANTOS, J., 2010, p.61) e chama atenção a respeito do limite das pesquisas realizadas e aponta a necessidade de ir ao âmago da discussão sobre o processo de urbanização: “a relação entre o trabalho, enquanto mediador seminal da relação sociedade-natureza, e o próprio devir da humanidade, que é marcado pela sua desumanização” (SANTOS, J., 2010, p.61).

Ao analisar as relações entre campo e cidade frente ao processo de urbanização na Bahia, J. Santos (2010) aponta a notória mobilidade rural-urbana do trabalho que de acordo com o mesmo, se explica por três processos não excludentes entre si: ausência de políticas para garantia do homem no campo, a modernização e mecanização da agricultura e em função dos períodos de crise na agricultura.

“No cerne desses três processos impõe-se o que é central na discussão: a questão da propriedade privada da terra rural e urbana” (SANTOS, J., 2010, p.63). O autor propõe que seja repensado, no plano epistemológico, as relações campo-cidade e eleger cinco aspectos que “são o cerne para a discussão sobre a natureza contraditória da urbanização”:

(1) apropriação privada do que é coletivamente produzido; (2) a relação entre consumo do/no espaço e sua negação ao produtor deste, materializando o fenômeno do estranhamento; (3) a proximidade da distância, que evidencia uma ruptura nas relações cotidianas; (4) a constituição de um ideal de cidadania que nega o indivíduo enquanto sujeito histórico; (5) a ideologia do desenvolvimento e do progresso que, no capitalismo, precisa ser questionada, pois só se realiza por meio da barbárie social (SANTOS, J., 2010, p.66).

O processo de urbanização acompanhou a estrutura estabelecida pelo capitalismo, em que a divisão social do trabalho influencia na maneira como o homem se apropria dos elementos que garantam a reprodução da sua vida. Essa continuidade da reprodução da divisão social do trabalho é garantida pela valorização das classes detentoras dos meios de produção e do capital e pela desvalorização da classe detentora da força de trabalho (SANTOS, J., 2010, p.68). O espaço é apropriado de maneira desigual pelos sujeitos. Nas palavras do autor:

Percebe-se ainda que, independentemente da parcela do espaço na qual se produza e se realize a reprodução da vida, na urbanização sobre o domínio do capitalismo, reforça-se o fato de que a apropriação do espaço pelos sujeitos sociais será sempre desigual, pois sinalizará a forma como cada um está inserido no processo, repercutindo na produção do espaço enquanto condição para repercussão de tal lógica (SANTOS, J., 2010, p.67).

“O ato de produzir é simultaneamente um ato de consumir espaço” (SANTOS, J., 2010, p.68). Se no capitalismo o espaço é produzido de maneira desigual, logo o consumo será de forma desigual. O espaço produzido nos pequenos municípios baianos frente ao processo de urbanização, é resultado, direto do embate entre produção e consumo do espaço, que por vez revela-se na desigualdade enquanto condição necessária para a reprodução da lógica do sistema em vigência.

2.3. BELO CAMPO: URBANIZAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Belo Campo está localizado geograficamente no sudeste da Bahia e a sudoeste da cidade de Salvador, a capital do Estado, mais precisamente no Território de Identidade Sudoeste Baiano (Mapa 1) limita-se com de Tremedal, Cândido Sales, Caraíbas e Vitória da Conquista e a sede do município fica às margens da BA-265¹¹. Enquanto município surgiu em meados da década de 1960, mais precisamente em 1962, com sua emancipação política, pois até então era distrito do município de Vitória da Conquista. Sua instituição se deu em um momento que o Brasil passava por profundas transformações e, por conseguinte, teve nos anos seguintes à sua emancipação política e administrativa os rebatimentos desse duplo processo de urbanização e industrialização.

¹¹ Fonte: IBGE, (2010).

Cabe ressaltar que, diante do intenso processo de urbanização que se iniciara, cabia a Belo Campo dentro do contexto nacional ser um município fornecedor de força de trabalho, como vários outros da Região Nordeste, a fim de alavancar o crescimento da indústria no Centro Sul, conforme discussões elaboradas no tópico anterior.

Igualmente a muitos municípios brasileiros, Belo Campo teve seu surgimento devido ao fato de ser local de parada para viajantes. Segundo Lettière:

O início real do município de Belo Campo remonta ao início do século XIX, quando começou a ser traçada uma estrada da 'Fazenda Vereda' à São Felipe, passando antes pelo 'Jacaré' e pelo 'Brejo'. Essa 'estrada' na verdade, não era mais do que um caminho para a passagem de viajantes, de tropas e boiadas. (LETTIÉRE, 2008, p. 137)

De acordo com o autor, o povoado, no início, foi denominado Chapada das Cacimbas e até o final do século XIX “[...] não passava de lugar com construções precárias, à beira da estrada, apenas para atender os viajantes e aqueles que moravam nas fazendas próximas” (LETTIÉRE, 2008, p. 141). O local era parada obrigatória para quem ia descer ou subir a Serra do Jataí, estrada antiga que ligava a Chapada das Cacimbas à Tremedal.

O município, mais especificamente na região de mata-de-cipó, onde se localiza o distrito sede, foi povoado inicialmente pelos índios Ymborés, que ocupavam o planalto da conquista. O primeiro colonizador a fixar-se nessa região, com o intuito de “conquistar as terras”, foi o Capitão-Mor João Gonçalves da Costa¹².

De acordo com o que escreve Lettière (2008) em sua obra, sobre a história do município de Belo Campo, em 1906, o Capitão Napoleão Ferraz de Araújo, proveniente do 2º Distrito de Bom Jesus do Tremedal, atual município de Tremedal, veio para a região da Chapada das Cacimbas, com o intuito de fundar uma cidade. O Capitão adquiriu propriedades onde estava localizado o povoado das Cacimbas ao seu redor e passou a chamar o local de Belo Campo, nome atribuído devido à beleza do local, onde construiu uma casa residencial e comercial, em 1907.

¹² Moreira (2011)

Segundo relatos¹³, aumentava a cada ano o número de estabelecimentos comerciais e de moradores que vinham para o então distrito (MOREIRA, 2011).

O município de Belo Campo teve sua emancipação política e administrativa no dia 22/02/1962, quando desmembrou-se do município de Vitória da Conquista¹⁴ e passou a ter dois distritos, o distrito sede (Belo Campo) e o distrito de Quaraçu. O último deixou de fazer parte do município de Belo Campo em julho do mesmo ano, com a emancipação política e administrativa de Candido Sales.¹⁵

Ao analisar de maneira mais criteriosa a dinâmica interna do município, é possível enxergar reflexos do processo de urbanização muito latentes. Belo Campo acabara de se formar e tinha como principal atividade econômica aquelas ligadas ao setor primário, como os cultivos agrícolas de subsistência, que não possuía políticas e investimentos no campo para que garantissem aos camponeses as condições para continuarem a trabalhar e permanecer em suas terras.

A dinâmica demográfica foi modificada ao longo dos anos. Conforme pode ser observado, em 1940, ainda enquanto distrito Belo Campo, possuía uma população urbana de apenas 367 habitantes, enquanto que sua população rural era de 4.506 habitantes (Tabela 4). A partir da sua emancipação política e administrativa em 1962, o peso da população urbana passou a adquirir maior expressividade, uma vez que, em 2010, chegou a ser superior à população rural. Essa é uma expressão de como o processo de urbanização reflete na dinâmica dos espaços urbanos na Bahia, a partir da década de 1980.

O município de Belo Campo apresenta crescente Taxa de Urbanização. Em 2010, conforme dados da contagem populacional, feita pelo Censo Demográfico, a Taxa de Urbanização atingiu 56% e revela uma tendência das cidades brasileiras frente ao intenso processo de urbanização no país.

Enquanto o país passava por uma forte industrialização, a partir de meados do século XX, o que fez com que todos os olhares se voltassem para a cidade e os investimentos se concentrassem cada vez mais na agricultura de mercado voltada para o agronegócio, o camponês que produzia apenas para garantir sua subsistência foi esquecido e isso acentuou cada vez mais a saída do trabalhador

¹³ Moreira (2011)

¹⁴ Lei Estadual nº 1623

¹⁵ Lei estadual número 1703, de 05/07/1962, o qual faz parte até hoje Fonte: IBGE (1958).

do campo para a cidade. Durante muito tempo, não se ouviu falar em investimentos para o camponês na Bahia. Em meados da década de 1990 surgiram, os programas do governo federal de financiamento para o camponês como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tabela 4 – Belo Campo: População total rural, urbana e da cidade; e Percentual da população rural e urbana sobre a total, 1940 – 2010.					
Períodos	Total	Rural	Urbana	(%) população rural sobre o total	Taxa de Urbanização
1940*	4.873	4.506	367	92,5%	7,5%
1950*	6.143	5.604	539	91,2%	8,8%
1960*	7.554	6.172	1.382	81,7%	18,3%
1970	9.969	8.236	1.733	82,6%	17,4%
1980	12.692	9.506	3.186	74,9%	25,1%
1991	14.301	8.588	5.713	60,1%	39,9%
2000	17.655	9.573	8.082	54,2%	45,8%
2010	16.026	6.990	9.036	43,6%	56,4%

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Elaboração: Silmara Moreira

Notas: 1 - Percentual da população urbana sobre a total;

*Os dados de 1940 a 1960 são referentes ao período em que Belo Campo era distrito

Belo Campo foi e é marcado por uma intensa relação cidade-campo claramente demonstrada pela mobilidade entre esses dois espaços e pela intensa precarização do trabalho. Os camponeses, desapropriados de seus meios de produção, diante do trabalho desvalorizado e da forte propagação da ideologia da cidade como o sinônimo de “desenvolvimento”, tenderam a largar sua terra e ir viver na área urbana, bem como em outros estados. Enquanto a população rural diminuía no município, aqueles que continuavam a residir no campo enfrentavam problemas relacionados ao acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e energia elétrica, além das precárias condições de trabalho dos camponeses.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população que residia no campo correspondia a 6.990 habitantes. Ao fazer a análise desses números e confrontá-los com os dados do Censos realizados em 1991 e 2000 (Tabela 5) é possível observar que o município desde a década de 1990 apresenta o mesmo percentual de jovens no campo. Entretanto, uma análise mais apurada desses

números deixa claro que, embora em Belo Campo não tenha ocorrido uma diminuição no percentual de jovens residentes sobre a população total, ainda assim, os números colhidos, revelam que houve a saída significativa de jovens da zona rural nos últimos vinte anos.

A população de residentes em 1991 na faixa etária entre 0 e 14 anos era de 41% da população, logo os números do Censo de 2010 tenderiam a apresentar um percentual maior de jovens residentes no campo, pois nesse período grande parte daqueles residentes de 1991 estariam com idade entre 19 e 30 anos. No entanto, o último censo apresentou uma população de jovens de apenas 27% da população rural.

Tabela 5 – Belo Campo: Percentual da população por faixa etária sobre a população rural, 1991 - 2010.

Faixa Etária	Ano			Variação nos últimos 20 anos
	1991	2000	2010	
De 0 A 14 anos	41,4%	32,1%	26,7%	-14,7%
De 15 A 29 anos	27,2%	29,1%	27,4%	0,2%
De 30 A 44 anos	13,5%	17,9%	19,4%	5,9%
De 45 A 59 anos	9,9%	11,1%	13,1%	3,2%
Com 60 anos ou mais	8,8%	9,9%	13,2%	4,4%

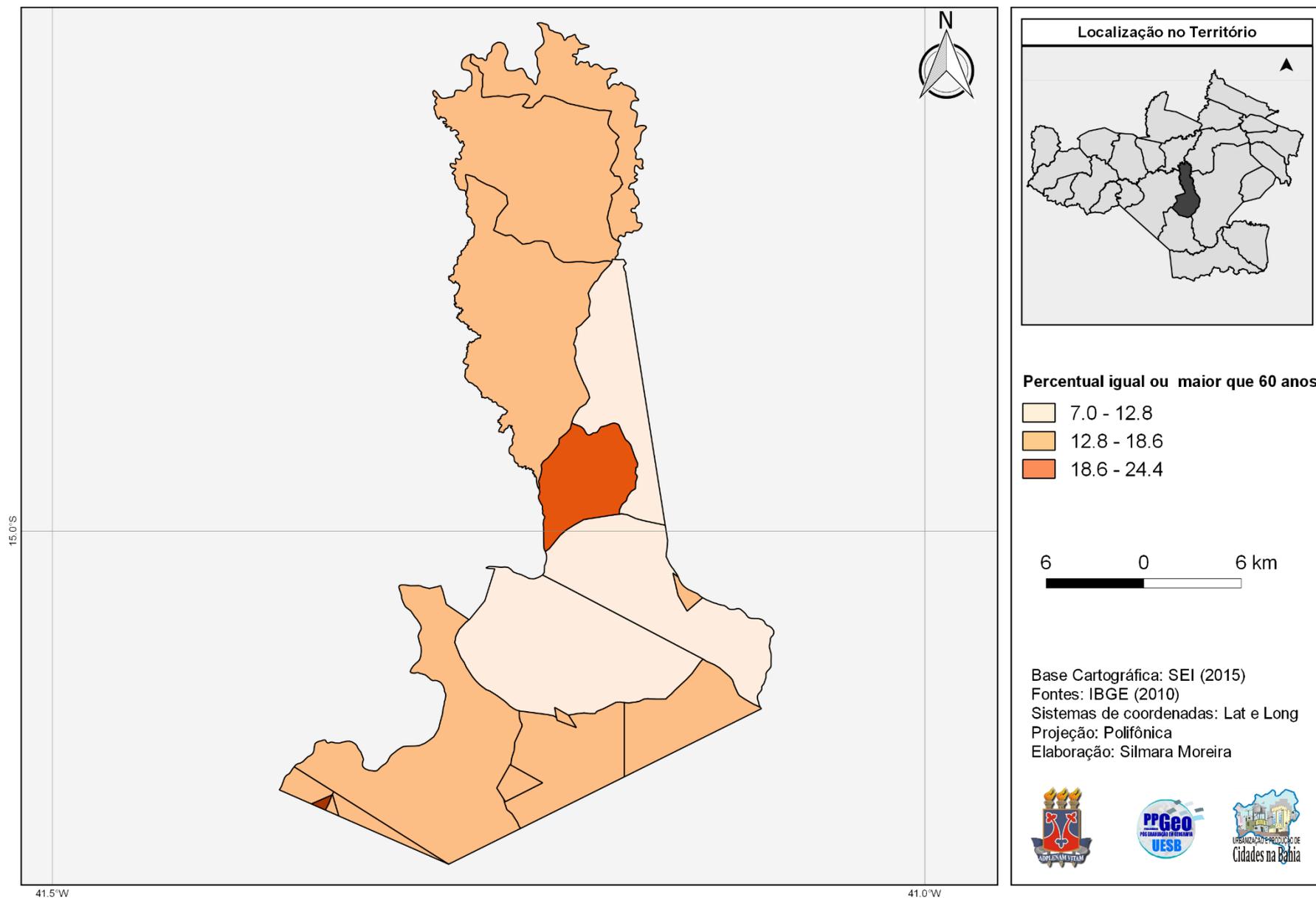
Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)

Elaboração: Silmara Moreira

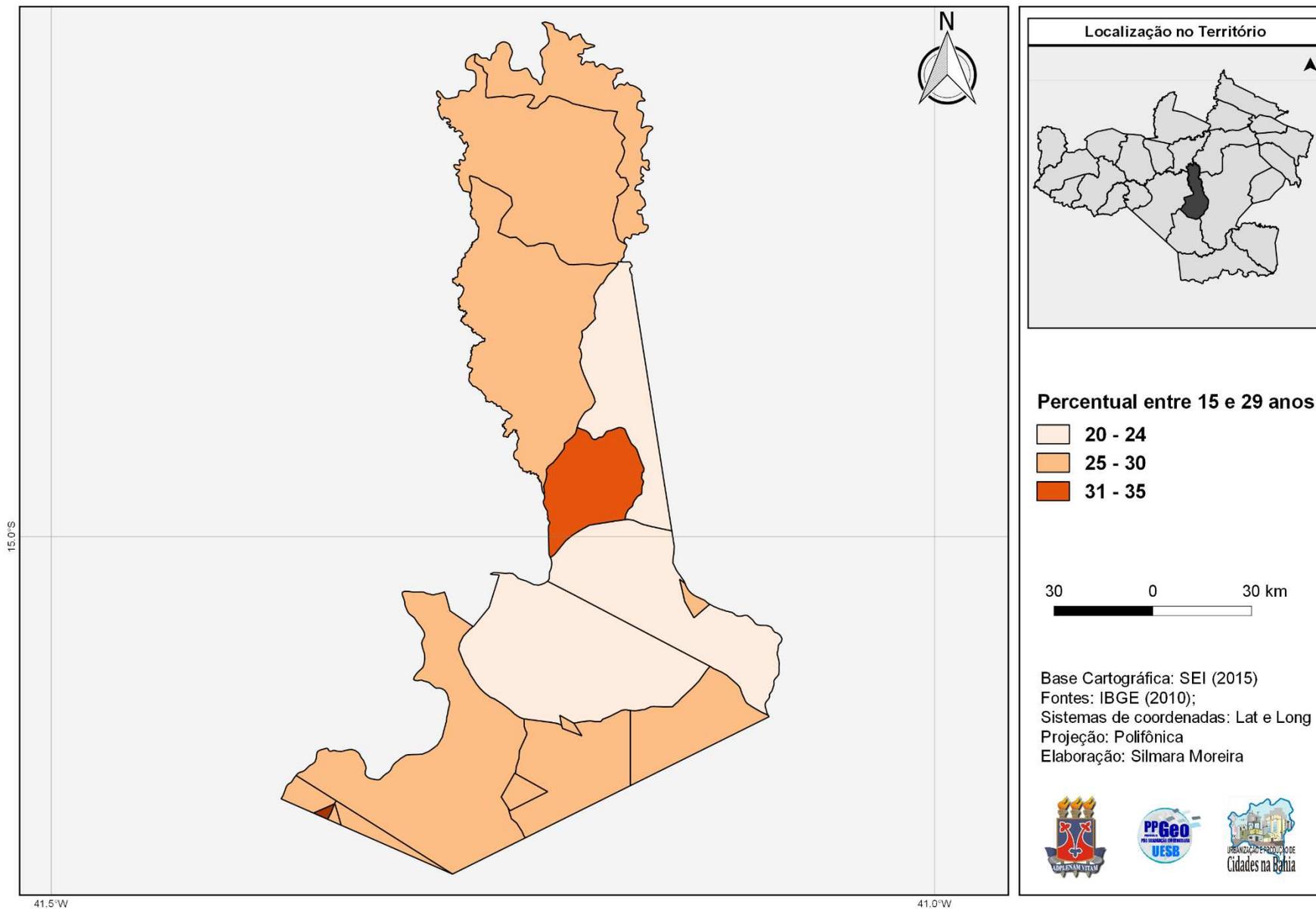
Houve no decorrer dos anos na área rural o aumento do percentual de residentes na faixa etária acima de 45 anos. No Censo de 2010, Belo Campo apresentou um percentual de 13% da população rural com idade igual ou superior a 60 anos. Os idosos apresentam um percentual maior na parte do município denominada de região da caatinga (Mapa 2) e o percentual de jovens residentes no campo na faixa etária entre 15 e 29 anos apresenta maior concentração em percentual sobre a população total também na mesma região (Mapa 3).

Conforme os dados, o percentual de crianças de 0 a 14 anos entre 1991 e 2010 teve uma queda de 15%. Com a diminuição da população jovem e no número de crianças que nascem, é possível afirmar que Belo Campo apresenta um envelhecimento da população rural, marcado pelo esvaziamento do campo que ocorre concomitante ao rápido processo de urbanização em escala nacional, que interfere diretamente no contexto dos pequenos municípios.

MAPA 2: PERCENTUAL DOS RESIDENTES NA ÁREA RURAL COM IDADE IGUAL OU MAIOR QUE 60 ANOS, BELO CAMPO, BAHIA, 2018

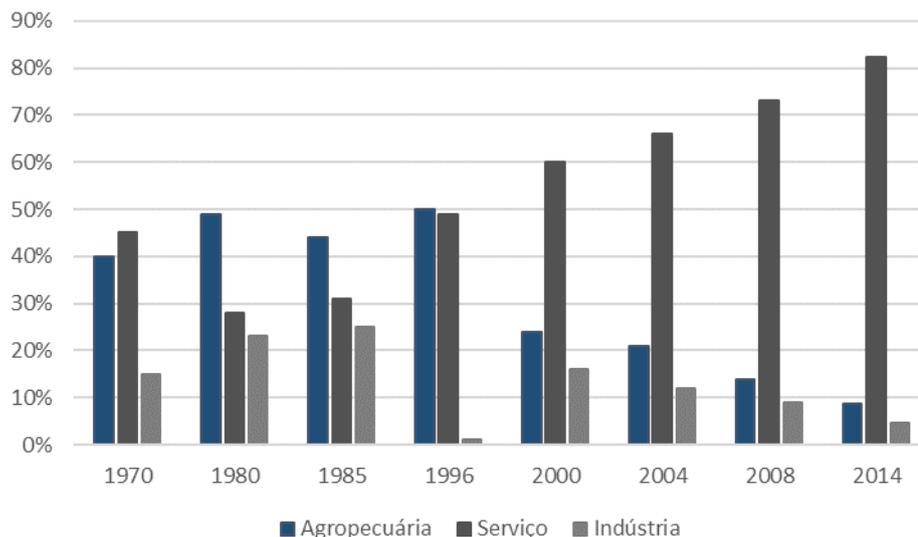


MAPA 3: PERCENTUAL DOS RESIDENTES NA ÁREA RURAL COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS, BELO CAMPO, BAHIA, 2018



Nessa mesma direção, a dinâmica econômica do município também sofreu alterações, conforme os dados apontados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto, Belo Campo/BA, 1970, 1980, 1985, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2014



Fonte: IPEA (2017)

Como pode ser observado, nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) no setor de comércio e serviço apresenta um crescimento significativo. Em 2014, mais de 80% do PIB advinham dos serviços e do comércio. Dentro desse percentual, estão inclusas as receitas geradas pela prefeitura e, também, recursos advindos das aposentadorias.

Ressalta-se que o município desde o ano 2000 aumentou a sua receita e para isso, além da arrecadação interna, tem como principal fonte de repasse os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (Tabela 6).

Enquanto o setor terciário no total dos valores gerados pelo PIB aumentou, o setor primário, no qual estão inseridos a agricultura e a pecuária, representa apenas 8,72% dos valores gerados. O município desde a década de 1970

apresenta oscilações nas arrecadações no setor primário com aparente tendência à estagnação.

Tabela 6 – Município de Belo Campo/BA fonte de repasses, 2000-2016

ANO	FPM	FUNDEB
2000	R\$ 2.071.963,07	R\$ 1.067.138,92
2010	R\$ 6.633.018,50	R\$ 6.160.856,99
2016	R\$14.415.697,06	R\$ 11.926.799,58

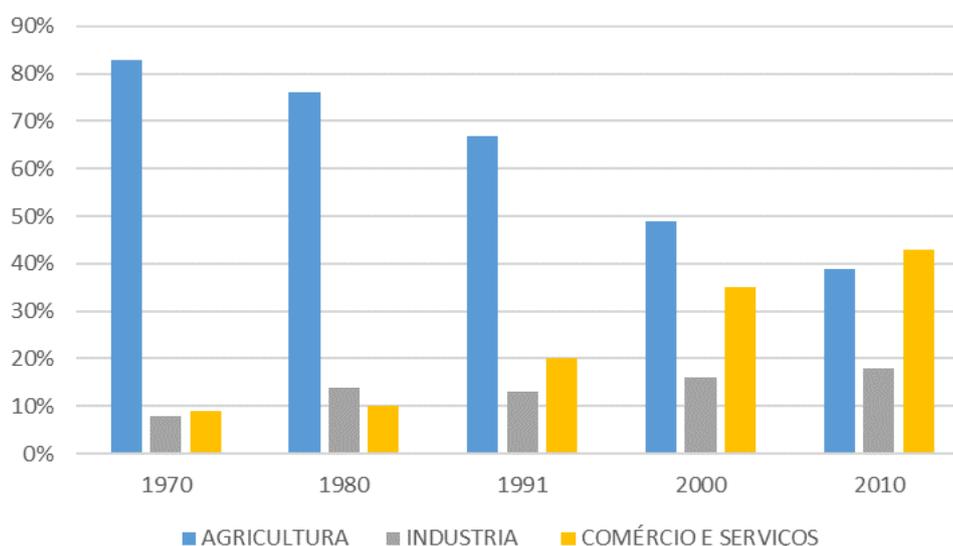
Fonte: TESOURO NACIONAL (2017)

Elaboração: Silmara Moreira

Esses dados, portanto, revelam que Belo Campo apresenta no setor de serviços, em termos de valor agregado, uma importante fonte de renda. Essa renda, mormente, é composta pelas receitas geradas pelo setor público, ou seja, trabalhos da prefeitura e do estado, além da aposentadoria e de uma pequena movimentação no comércio local.

Entretanto, uma análise mais apurada desses dados revela, contraditoriamente, que apesar do setor terciário ser o principal responsável pelas riquezas geradas no município, esse não alcança a mesma proporção no que diz respeito à ocupação, pois, de acordo com os dados do IBGE, o setor primário empregava 39% dos trabalhadores (Gráfico 2).

Gráfico 2: Dados sobre ocupação dos residentes, Belo Campo/BA, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

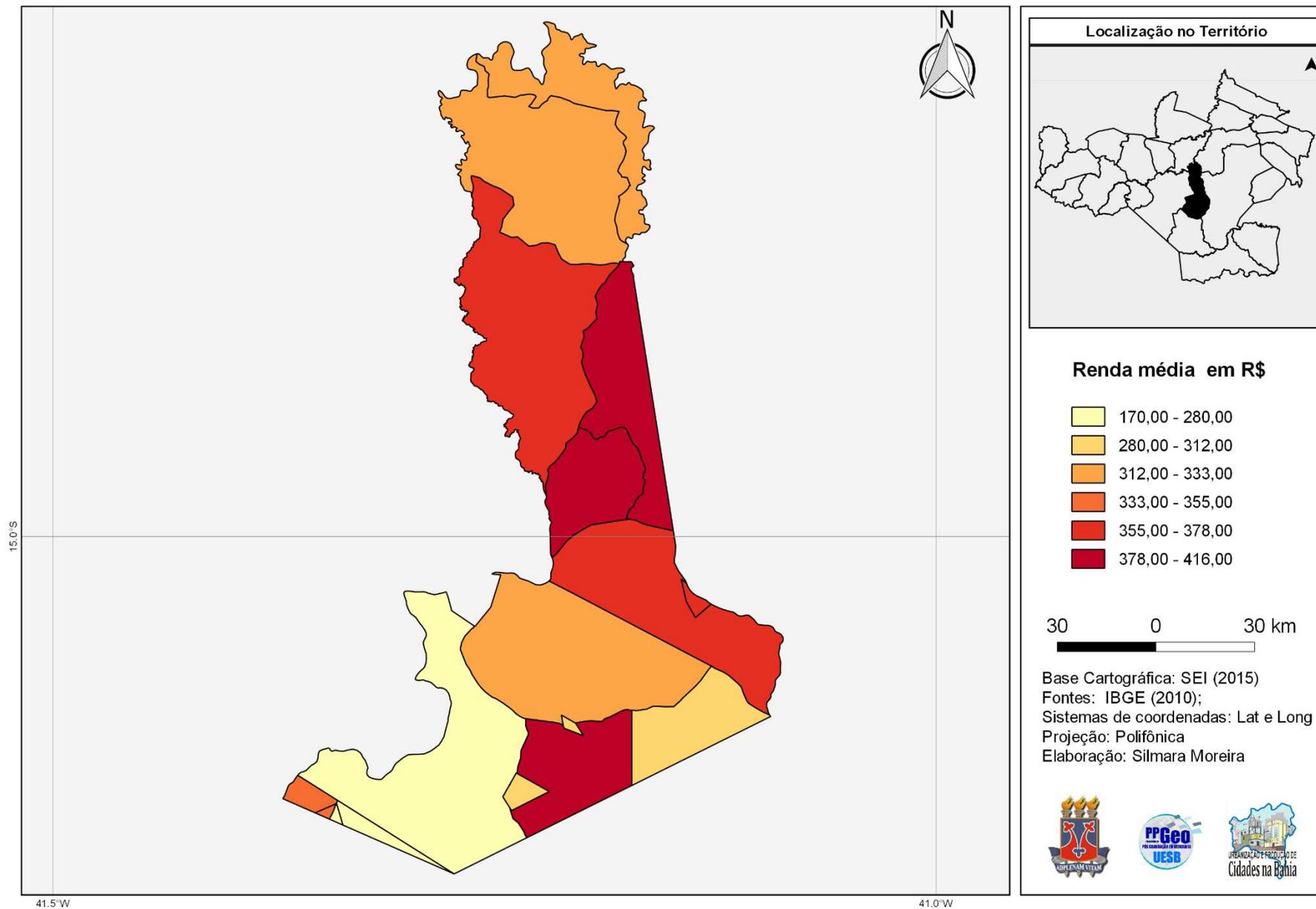
Portanto, é intrínseca a necessidade em fazer a leitura dos dados numéricos não somente pelo que eles dizem representar, mas é necessário buscar compreender para além das cifras. O fato do PIB em valores absolutos em Belo Campo apresentar maior expressividade no setor terciário, pode-se afirmar que não corresponde à realidade no que diz respeito da ocupação dos trabalhadores do município, pois esses ainda têm na atividade primária importante expressividade no que tange à alocação de força de trabalho, seja para aqueles que vivem na cidade ou para aqueles que vivem no campo. Isso se deve, principalmente, pela forte relação cidade-campo, conforme constatado por Moreira (2011) ao verificar que muitos trabalhadores que vivem na cidade ainda têm o campo como espaço de trabalho e de garantia de sua subsistência.

Ao aprofundar a análise sobre as condições objetivas de vida dos trabalhadores no município, constata-se que a renda média dos moradores da zona rural de Belo Campo, de acordo com o IBGE, em 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00, variava entre R\$ 170,00 e R\$ 416,00 (Mapa 4), o que revela uma baixa renda da população do campo.

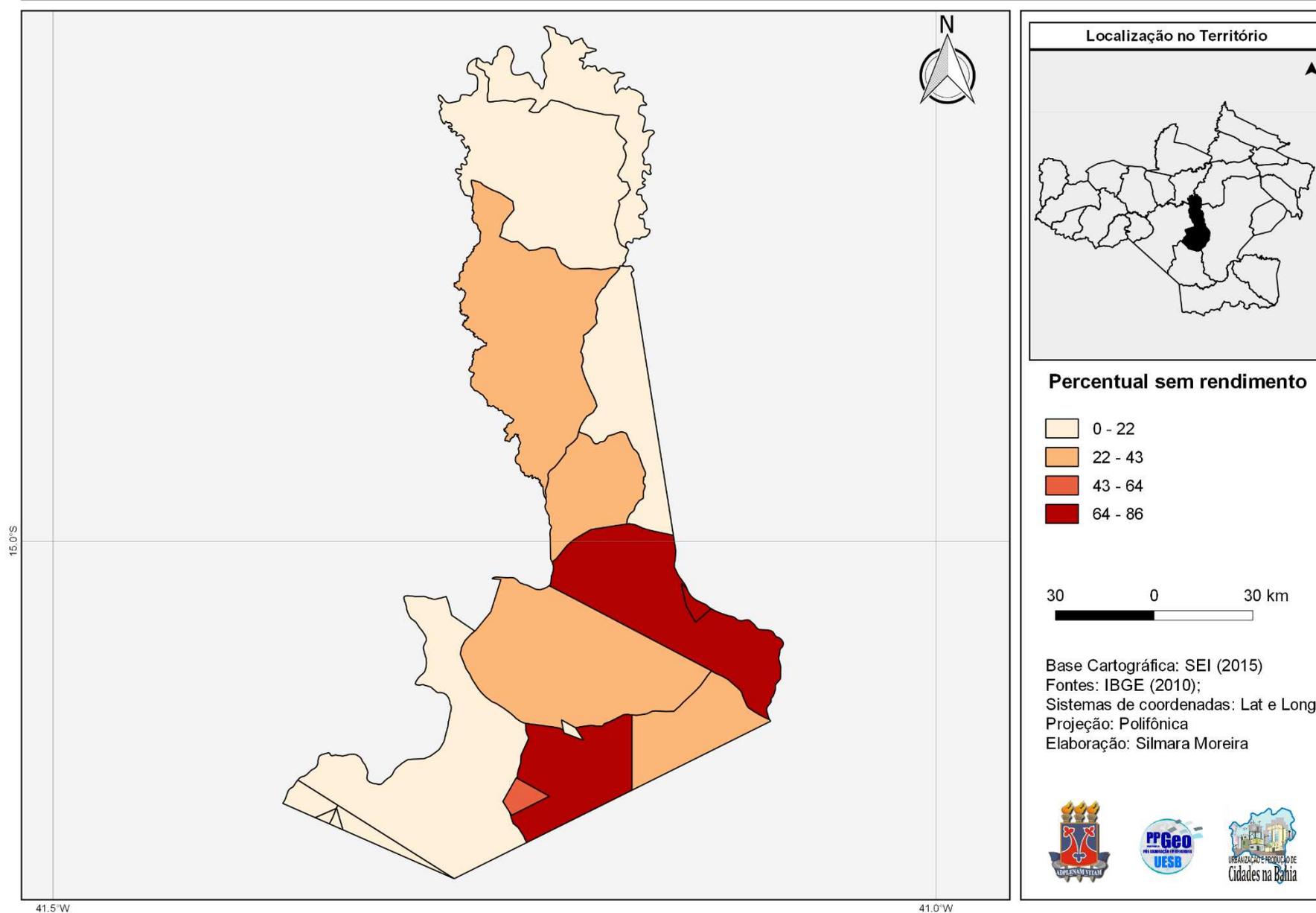
Ao analisar os dados do censo observam-se outros registros significantes a respeito da renda. O primeiro deles a se considerar é a respeito daqueles que não possuem renda (Mapa 5), que correspondem a 38% da população rural. Outro dado que precisa de atenção é sobre aqueles que possuem renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo que somam 19%. É preciso compreender que se somados esses percentuais respondem a mais de 57% da população rural a viver em 2010 sem renda nenhuma ou com pouco mais de R\$ 250,00 por mês, conforme renda declarada oficialmente.

Ao deslocar esse diagnóstico para a área urbana do município, constata-se que há uma mudança de comportamento dos dados que já apresentam renda média entre R\$372,00 e R\$1.154,00 (Mapa 6). No entanto, assim como no campo, também se constata o percentual alto de pessoas que vivem sem nenhuma renda, pois 31% dos moradores declararam não ter renda e demonstram que, ao contrário do que a ideologia propagada no contexto da urbanização contemporânea da, “ideia de cidade como sinônimo de melhoria condições de vida”, a área urbana se apresenta também como espaço de esgarçamento das condições objetivas de vida dos trabalhadores.

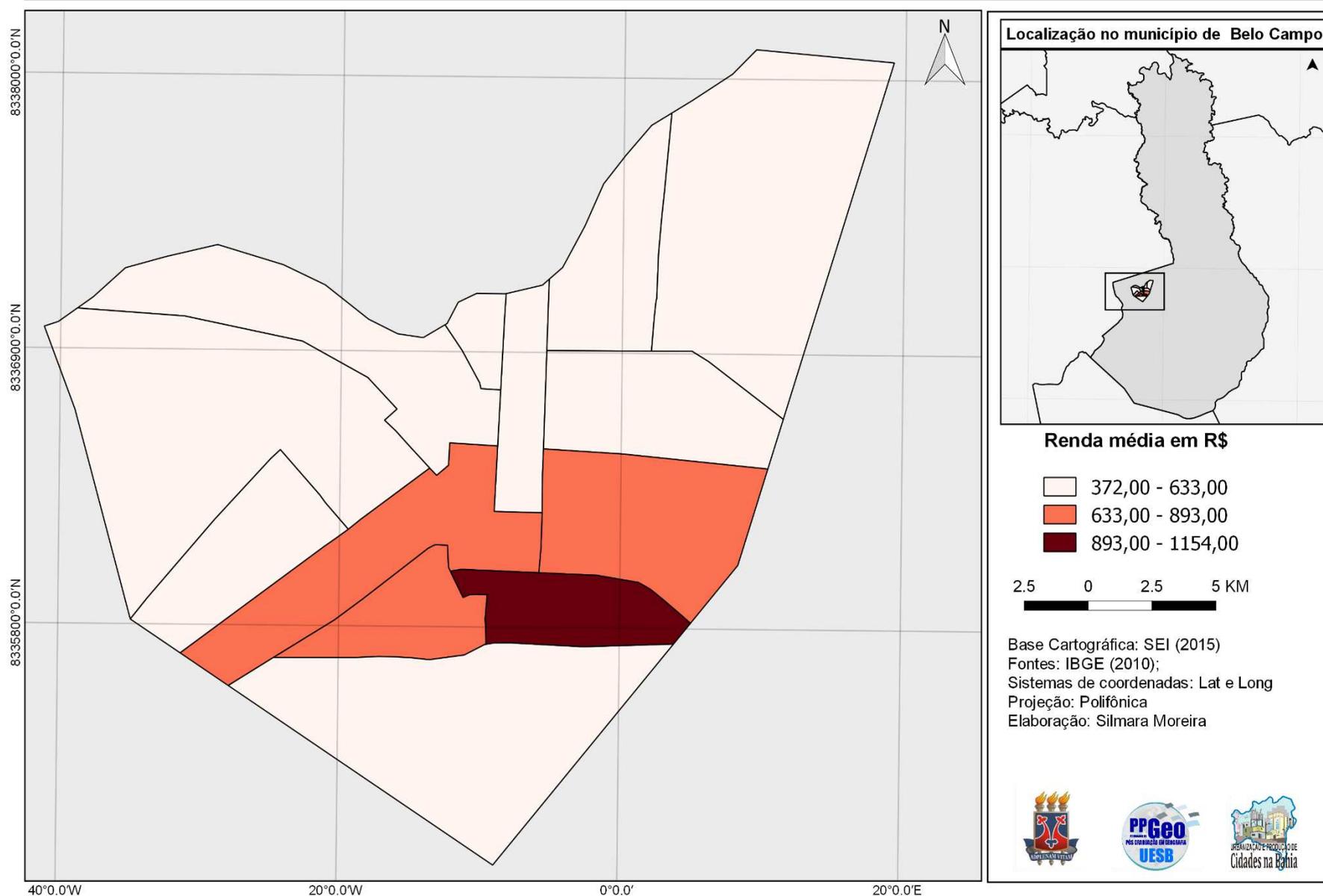
MAPA 4: RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO DA ZONA RURAL, BELO CAMPO, BAHIA, 2018



MAPA 5: PERCENTUAL DOS RESIDENTES NA ZONA RURAL SEM RENDIMENTO, BELO CAMPO, BAHIA, 2018



MAPA 6: RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO URBANA, BELO CAMPO, BAHIA, 2018



É pertinente ressaltar que as pequenas cidades desempenham papéis importantes na rede urbana da Bahia. Sua economia, normalmente, está ligada aos empregos gerados pelo setor público e/ou às atividades atreladas à prestação de pequenos serviços e ao comércio. Compreende-se que o contexto histórico em que se constitui uma cidade é essencial para conseguir vislumbrar como que o processo de urbanização se faz presente e como interfere na sua dinâmica na atualidade. Portanto, é pertinente fazer algumas exposições a respeito do processo de formação da área urbana do município de Belo Campo.

Belo campo possui uma área urbana que, de acordo com Lettière (2008), ainda enquanto Vila, no Censo de 1940,

[...] todos aqueles que residiam próximo ao açude Municipal do Colégio Municipal no Loteamento Alvorada; próximo ao final da Rua Lauro Flores e nas imediações do cemitério Municipal, na entrada da cidade, era considerado como habitante rural (LETTIÉRE, 2008. p. 82).

Ao levar em consideração o trecho descrito, pode-se levantar a questão de que o então distrito de Belo Campo, em 1940, talvez apresentasse uma população na vila (e no seu entorno mais próximo) um pouco maior do que os dados apresentados pelo Censo Demográfico.

Conforme aponta Lettière (2008), as pessoas que saíam dos povoados vizinhos para morar na vila de Belo Campo iam a procura do que a vila tinha a oferecer, pois o então capitão Napoleão Ferraz providenciou professores, com a finalidade de alfabetizar as crianças que moravam na vila, bem como outros atrativos, como uma Sociedade Construtora, que tinha por finalidade construir casas para vender às pessoas que chegavam.

Essas casas eram pagas com pequenas parcelas, a fim de que houvesse a fixação dessas pessoas, além de uma pequena fábrica de descaroçar algodão, que atraiu fazendeiros da região a estarem sempre presentes no local e da sociedade sertaneja, uma espécie de sindicato, que tinha por objetivo reivindicar melhorias para as pessoas da região. Com a implantação desses benefícios, surgiram também pequenos estabelecimentos comerciais como bares, lojas de tecidos, mercearias e pequenos serviços como, o pedreiro e o carpinteiro (LETTIÉRE, 2008).

Pode-se afirmar que, mesmo enquanto vila, a pouca infraestrutura em Belo Campo levava as pessoas a conceberem o espaço urbano como o lugar que, ainda precariamente, oferecia “melhores oportunidades”, devido ao fato que esses serviços citados anteriormente não eram oferecidos na área rural.

Com o decorrer dos anos, a cidade de Belo Campo também aumentou a sua extensão territorial. De acordo com Leriére (2008), em 1963, apresentava os seguintes limites:

Saindo da antiga igreja, descendo a Rua São Sebastião [Rua da Igreja], até a esquina e desta, descendo a praça Frei Adiano Cognini [Rua da Sociedade ou Debaixo], até o beco de João Ferreira; subindo por este, até o Mercado Municipal [Praça do Mercado] e, daí, entrando pela Praça João Ferreira [do lado do comércio de Enedino de Oliveira Santos]; seguindo pela Rua Honorina Dantas [Rua do Centenário] até a Rua São Sebastião [Rua do Cemitério] e desta descendo até a antiga igreja, ponto de partida.

Fora desse perímetro, havia as atuais ruas Arthur Fernandes, rua 15 de Novembro, Lauro Flores, Vitória da Conquista, Almiro Ferraz de Almeida [parcial], 1º de Janeiro, Coronel Pilício e avenida Domingos Dias (LETTIÉRE, 2008, p. 77)

Ao realizar uma pesquisa sobre a estruturação urbana de Belo Campo, Cardoso (2011) concluiu que:

[...] se caracteriza pela relação entre o centro e a periferia, mais precisamente, entre a área central e as áreas periféricas. Denominamos de área central o local onde concentram os serviços e comércios; e as áreas periféricas porque houve a expansão em duas direções, oeste e nordeste em relação ao Centro. (CARDOSO, 2011, p. 108)

Essa estruturação, além de ter sido influenciada pelos agentes externos à cidade, movidos pelo amplo processo da urbanização brasileira, foi caracterizada pela mobilidade das pessoas do campo para a cidade, o que trouxe consequências econômicas, políticas e sociais (CARDOSO, 2011, p. 108). Ainda de acordo com a autora:

O Estado, de certo modo, incentivou a mobilidade campo-cidade, talvez pela falta de incentivos para a fixação do homem no campo; e também pelo provimento de benefícios, como aposentadorias, pensões ou bolsas família. Muitas pessoas do campo se deslocaram para a cidade por achar que não tinham condições de ficar no campo. Ambos os fatores, além de outros, contribuíram

para a formação de grupos consumidores e trabalhadores na cidade de Belo Campo, logo para o crescimento de serviços e comércio. Nesse sentido, esses são um dos indícios que mostram que o Estado está adjunto ao capital. Assim, a atividade econômica é concentrada em torno do setor terciário. (CARDOSO, 2011, p. 110)

Moreira (2011) afirma a realidade da cidade de Belo Campo não se difere das demais cidades brasileiras marcadas por uma forte mobilidade campo-cidade. Ademais, o espaço urbano de Belo Campo, além de ter como predominância moradores que saíram do campo para viver na cidade, também é composto por moradores que, nas décadas de 1980 e 1990, foram para a Região Sudeste a procura de uma vida melhor e, quando resolveram retornar para Belo Campo, mormente, passaram a morar na cidade e não no campo, pois, para esses, o campo, embora seja considerado um lugar bom pra se viver, devido a sua tranquilidade, na maioria das vezes, é considerado o local do atraso, diante das péssimas condições de acesso a serviços básicos. A mobilidade do trabalho é notada como um aspecto preponderante no processo de urbanização de Belo Campo.

Assim, pode-se afirmar que a urbanização agregada à industrialização ocorreu de maneira distinta e teve rebatimentos diferentes em amplas dimensões do território brasileiro. Trouxe transformações econômicas e sociais que mudaram o rearranjo espacial do país desde os pequenos municípios até as grandes metrópoles e demarcou o início de um novo período de acumulação do capital. Sua expressão mais recente do início do século XXI requer uma leitura mais aguçada e que dê conta de explicar a atual fase de reestruturação do capital que se revela nas microescalas da reprodução da classe trabalhadora e no aguçamento da exploração da força de trabalho.

**3. PLASTICIDADE DO TRABALHO E SUA DIMENSÃO NO MUNICÍPIO DE
BELO CAMPO.**

O homem através do trabalho modifica o espaço em que vive e é também transformado por esse. O meio pelo qual essa transformação ocorre é pela realização do trabalho que, na história da humanidade, de acordo com os modos de produção, assumiu diversas formas a cada tempo histórico. Marx (2006) define essa forma intrínseca do ser humano de se relacionar com a natureza como trabalho. Para o autor, a ontologia do ser social é [...] “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2006, p. 2011). O ser humano ao mesmo tempo em que transforma a natureza através das forças naturais do seu corpo é também transformado por ela.

[...] Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2006, p. 2011).

Dessa forma, o trabalho, enquanto realização do ser, nada mais é que a capacidade do ser humano de transformação, de (re)criação em função dos meios que a natureza lhe disponibiliza. Marx (2006) considera que por meio do trabalho, o ser humano transforma a natureza, constrói coisas, modifica espaços, relações, situações e pessoas. Ao se envolver nesse processo, o ser humano transforma a si mesmo e o ambiente onde está inserido. Assim, os elementos que constituem o trabalho enquanto categoria são: possuir a dimensão teleológica, ou seja, a capacidade do ser social de estabelecer finalidades e criar possibilidades de materialização dessas projeções; modificar o meio natural e social; e, associar capacidade física e intelectual, mesmo na produção capitalista.

O trabalho enquanto processo adquire sua forma mais precisa em três momentos: a atividade orientada para determinado fim, os objetos de trabalho e os meios de realização do trabalho. No processo de trabalho estão incluídas as condições objetivas para a sua realização e sem tais condições o trabalho não pode se realizar, ou torna-se incompleto. “No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto

do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início (MARX, 2013, p.330). Portanto, a objetivação do trabalho é o produto, como resultado da pré-ideação do homem e da sua ação concreta sobre os objetos de trabalho.

Marx chama atenção ainda para o fato de que “[...] os produtos não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2013, p.331). É a preexistência de determinados produtos já transformados pelo homem que condiciona a produção de outros, ou seja, são essenciais para a efetivação do trabalho enquanto processo. O contato com o trabalho vivo, força de trabalho e única mercadoria capaz de criar valor, é a maneira exclusiva de manter como valores de uso os produtos que são resultados de trabalhos anteriores.

Lessa (2005), à luz das ideias propostas por Marx, argumenta que “[...] “os homens são os únicos animais cuja interação com a natureza tem um desenvolvimento que não mais depende do desenvolvimento biológico” (LESSA, 2005, p.19). O autor compreende, portanto, que os homens constroem a sua história através das relações sociais, das diferentes maneiras que se organizam e transformam o ambiente em que vivem. Esse desenvolvimento independe da evolução biológica do homem e se torna possível porque o ser humano antes de transformar o mundo material ele possui ideações prévias. Em suas palavras,

[...] É esta capacidade de operar prévias ideações que possibilita que, ao transformar o real, além de produzir novos objetos, os homens também adquiram novos conhecimentos e novas habilidades, num processo de acumulação objetiva e subjetivamente independente do desenvolvimento biológico da espécie (LESSA, 2005, p.19).

Moraes e Costa (1987), também dentro de uma leitura marxista, pontuam o trabalho enquanto elemento de intercambio material entre o homem e a natureza. Esse intercâmbio pode ser observado nos diversos contextos históricos: nas sociedades primitivas, nas quais o trabalho estava ligado à retirada da natureza do necessário à subsistência humana, momento que o espaço se configurava enquanto riqueza natural e o homem ainda não havia se apropriado da natureza; a partir da fixação do homem perante às mudanças nas relações de trabalho e, principalmente, na organização social quando houve o aprimoramento nas técnicas de produzir, o que levou a diversificação das atividades produtivas que durou por

muitos séculos com pouca produção de excedentes, até o momento que o aumento da produtividade e a expansão do comércio passaram a direcionar a produção.

O momento de transformação e de maior complexidade do intercâmbio material ocorreu a partir do aumento da produtividade e da expansão do comércio. Por conseguinte, o período mercantilista, assinalado pelo estabelecimento da primeira grande divisão do trabalho entre cidade e campo e as especialidades para a produção de mercadorias, foi marcado pelas transformações latentes na relação homem-natureza que foi profundamente distinta pela separação e transformação da natureza em segunda natureza transformada e subjugada aos mandos do capital. Começou-se então a produzir de acordo com a lógica da submissão do valor de uso em relação ao valor de troca e foram instituídas as mercadorias que aparecem no modo de produção capitalista como unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca (MORAES, COSTA, 1987).

Essa contradição baseia-se basicamente no fato de que a qualidade, o uso de cada mercadoria será determinante para que ela tenha um valor de troca e justifique a sua circulação. Portanto, enquanto para o capitalista determinada mercadoria possui valor de troca, para aqueles que a adquire, ela precisa ter um valor de uso.

Marx (2013) afirma que o capitalista almeja produzir um valor de uso que tenha valor de troca, ou seja, uma mercadoria que possa ser vendida. Dessa forma, o processo de produção é um processo de formação de valor no qual o capitalista pretende obter além do valor de uso uma mercadoria que seja capaz de gerar mais valor. A força de trabalho é vendida como mercadoria e o seu excedente é apropriado pelo capitalista. O valor a ser pago por essa mercadoria vai corresponder ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que garantem a subsistência do trabalhador e o valor excedente do seu trabalho será apropriado pelo capitalista sob a forma de mais valor.

Para Moraes e Costa (1987), o que levou Marx a definir o que se constitui como modo de produção está intimamente relacionado com as relações sociais de produção, pois toda produção envolve relações sociais entre os indivíduos ou entre grupos de indivíduos.

A produção de bens, de acordo com Netto (2006), é possível com o processo de trabalho que envolve as forças produtivas constituídas pelos meios de

trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho. Dessas, entretanto, a força de trabalho é o elemento mais importante das forças produtivas, pois é o que viabiliza a existência dos meios e instrumentos de trabalho. As forças produtivas não operam sozinhas, mas estão relacionadas às relações de sociais de produção. O modo de produção, portanto, é resultado da articulação entre as forças produtivas e as relações de produção.

De acordo com Bottomore (1970), “O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho” (p.255). Assim, o desenvolvimento da maquinaria e modificações do processo do trabalho são compreendidos como fenômenos históricos dentro do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas.

As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho (BOTTOMORE, 1970, p.255).

Esses dois elementos: relações de produção e forças produtivas constituem, assim, o modo de produção. No capitalismo, as forças produtivas se desenvolvem com base na exploração da força de trabalho por meio do assalariamento da classe trabalhadora, da manutenção da propriedade privada e dos meios de produção sob o comando da burguesia. A detenção dos meios de produção pelos capitalistas faz com que a classe trabalhadora necessite vender sua força de trabalho como mercadoria que, enquanto valor de uso, é capaz de criar outras mercadorias para circular no mercado.

No modo de produção capitalista, o trabalho nada mais significa do que o meio pelo qual o sistema encontra de produzir o lucro traduzido na forma de riquezas e mercadorias. Para tanto, a expropriação do ser passa pelo desprendimento do trabalhador do seu autoconhecimento e o leva ao processo alienante de mero “produtor de coisas”. Para isso, o próprio trabalho se torna uma mercadoria que pode ser vendida no mercado – a força de trabalho - e o Modo de produção capitalista fundamenta-se na exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores (MOREIRA; SANTOS, 2016).

Marx (2013) exemplifica que o trabalhador na jornada diária de trabalho

além de produzir as condições de sua existência, o trabalho necessário, produz também o resultado do trabalho excedente, o mais valor. O mais valor no capitalismo é extraído do trabalhador por meio da exploração de sua força de trabalho, pois metade da sua jornada de trabalho está inclusa no salário que recebe, mas a outra metade pertence ao capitalista.

Com base nas proposições de Marx (2013) pode-se afirmar, portanto, que o trabalho é condição essencial para a reprodução do homem na sua dimensão ontológica. No entanto, o capital sujeita o ser humano à alienação, que é a não capacidade do trabalhador de se enxergar como parte do processo na produção, pois o trabalho que realiza é individual, fragmentado e não mais relacionado à reprodução enquanto ser humano, mas tem como propósito a garantia da produção da mercadoria. A relação de produção capitalista é baseada na separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, os meios de produção. Ao mesmo passo que torna o trabalhador “livre” (despossuído dos meios de produção) para vender sua força de trabalho.

Ao tratar das “formas contemporâneas do trabalho”, Lessa ressalta: “[...] desde o trabalho informal até o trabalho que opera tecnologias de ponta, são expressões das necessidades da produção de mais-valia nesse momento em que predomina a produção destrutiva peculiar à crise estrutural do capital” (LESSA, 2005, p. 23). Compreende-se que há um processo degradante de subordinação do trabalho e do trabalhador ao mercado.

Para Alves e Antunes, [...] “nas relações trabalho X capital, além e apesar do trabalho ‘subordinar-se’ ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista” (ALVES; ANTUNES, 2004, p.350). Ao medir forças com o capital o trabalho é subjugado o tempo todo ao sistema vigente, ao passo que delinea uma relação dialética entre a sua dimensão ontológica e a dimensão lucrativa do capital. Portanto, pensar o trabalho numa dimensão ontológica é considerar, principalmente, as condições objetivas de sobrevivência do trabalhador e nos imperativos que o condicionam enquanto “ser”.

Assim, o trabalho, enquanto mediação das relações que se estabelecem entre o homem e a natureza, ou seja, enquanto componente essencial na produção do espaço, com o advento das relações capitalistas foi e é transformado ao mesmo

tempo que transforma o espaço e a sociedade. Entretanto, pode-se afirmar que o trabalho na atual fase de crise estrutural e reestruturação do capital é tomado e se encontra subjugado por tal sistema negando sua condição ontológica ao subsumir às demandas do mercado capitalista.

3.1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PLASTICIDADE DO TRABALHO: APONTAMENTOS TEÓRICOS

A reestruturação produtiva, enquanto um conjunto de transformações no regime de acumulação e no modo de regulamentação, implica em mudanças na forma como o trabalho se organiza, mas principalmente na vida, nas relações, nos costumes do trabalhador.

Harvey (2013) analisa o período após 1970 e enfatiza que essas transformações só podem ser compreendidas, mais claramente, com a análise dos grandes eventos do pós-guerra. O autor defende a ideia de uma transição no regime de acumulação, ou seja, uma série de transformações na forma como o trabalho era organizado e no modo de regulamentação social, no conjunto de leis e normas que sedimentariam essas transformações.

Para o autor, o fordismo, enquanto regime de acumulação, no início, foi marcado não só pela estipulação do dia de trabalho de oito horas, mas também pelo total conhecimento do seu criador, Henri Ford, de que “[...] produção de massa significava consumo de massa” (HARVEY, 2013, p. 117). Nas palavras do mesmo:

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 2013, p. 122).

O fordismo, portanto, se manteve forte por muito tempo, ultrapassou os anos que seguiram o período pós-guerra, enfrentou grandes dificuldades na manutenção da força de trabalho como a rejeição dos trabalhadores aos sistemas de trabalho rotinizado. Para Harvey (2013), a rigidez nos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, nos mercados de alocação e nos contratos

de trabalho, deixou evidentes as dificuldades que viriam a assolar o fordismo e anunciaram a reestruturação econômica que o mundo viria a sofrer após a década de 1970.

A essa nova forma de organização da sociedade e da economia mundial o autor chamou de acumulação flexível, “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2013, p.140). O mercado de trabalho, portanto, passou por uma intensa reestruturação e culminou na “[...] redução do trabalho regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 2013, p. 143).

Conhecido também como toyotismo, devido à sua origem na busca pela produção flexível das fábricas automobilísticas da Toyota no Japão, a acumulação flexível surgiu, portanto, como uma resposta à crise da superprodução e uma expressão da mundialização do capital em um momento que os regimes tayloristas/fordistas de acumulação já não davam conta de responder sozinhos aos anseios do mercado capitalista diante da supervalorização da força de trabalho e do crescente desemprego estrutural.

Alves (2005) ao analisar o toyotismo argumenta que o regime de acumulação foi desenvolvido a partir da crise capitalista que gerou novos padrões na produção de mercadorias. Para o autor, o toyotismo assim como o taylorismo e o fordismo têm como objetivo "incrementar o capital por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria que dominou o século XX" (ALVES, 2005, p. 36). Ao voltar seu olhar para dentro da fábrica e para as mudanças no sistema produtivo do regime de acumulação toyotista, ainda destaca que há nesse regime a captura da subjetividade operária pelo capital a partir dos seus protocolos organizacionais que tem como princípio o processo de produção intrafábrica.

Para Alves (2005), com o princípio de automação inaugurou-se uma nova concepção de linha de produção e um novo perfil de operário no qual a organização do trabalho na fábrica se dá através de postos de trabalho polivalentes. São substituídos operários especializados por operários polivalentes, capazes de operar várias máquinas e máquinas capazes de executar mais de uma função.

O autor considera o caráter da polivalência dos operários como ponto de

ruptura fundamental entre o fordismo e o toyotismo, pois no fordismo o operário era responsável por um único posto de trabalho e uma única função especializada, já no toyotismo há a busca pela polivalência e a plurifuncionalidade dos homens e das máquinas. Ademais, o operário não é condicionado a repetição de um único trabalho, mas é incentivado para que, além de executar o trabalho com as máquinas, participe na construção dos projetos e processos de produção o que aumenta suas responsabilidades e intensifica a exploração do trabalho (ALVES, 2005).

Ainda de acordo com as proposições de Alves, o *just-in-time / kaban* - ou seja, o princípio toyotista da produção na hora certa, do estoque mínimo, da produção com base na demanda, da gestão pelos estoques é utilizado não somente para a racionalização no que diz respeito à dispensa de estoques, mas, também, na dispensa de pessoal e equipamentos. Nas palavras do autor: “É por isso que o toyotismo apenas reproduziria com rigor técnico (e político), a solução clássica do capital em crise: reduzir o pessoal da produção e cortar os custos da produção, atingindo o trabalho vivo” (ALVES, 2005, p. 46).

Para que o operário se dedique, a fim de garantir a produtividade, lhe são “oferecidos” incentivos salariais, além de estratégias como a organização do “trabalho em equipe” dentro das fábricas. Como resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, surge um estranhamento pós-fordista devido à capacidade muito mais manipulatória do fordismo. Assim, a “disposição intelectual-afetiva” do operário é constituída para cooperar com a lógica da valorização e o sujeito é “encorajado” a pensar proativamente. O autor ratifica ainda que Ford procurava resolver o dilema da organização capitalista através de iniciativas “educativas” extra fábrica enquanto o toyotismo [...] “procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias” (ALVES, 2005, p. 55).

Santos Neto (2013) observa que o toyotismo veio ao mundo num momento em que o capital passava por uma profunda crise estrutural, portanto, pensado para [...] “extrair o máximo de trabalho excedente (mais-valia) do proletariado mediante a produção diversificada e parcelada” (SANTOS NETO, 2013, p. 140). Ou seja, mais uma vez, o capitalista encontrou como estratégia para a superação da crise a atenuação da exploração do trabalho para aumentar a extração do valor.

Para Gonçalves (2001), as mudanças advindas da reestruturação produtiva levaram a uma ampla transformação na gestão do processo produtivo e sobremaneira na exploração da força de trabalho. Dessa forma, por mais que essas transformações sejam mais visíveis num primeiro momento “no chão da fábrica”, é preciso compreender que houveram mudanças mais profundas [...] “transformando e dando novas características ao par antagônico que o compõe, (o capital e o trabalho) diversificando ainda mais a divisão social do trabalho em escalas locais e mundiais” (GONÇALVES 2001, p. 2). As transformações ocorrem por dentro do sistema produtivo o que implica em mudanças sociais e territoriais.

Ainda de acordo com Gonçalves (2001), essas inovações, entretanto, se disseminam pela economia capitalista mundial de maneira diferente nos territórios. Nos dias atuais há uma combinação entre o toyotismo, a flexibilização do trabalho e a ideologia neoliberal com o propósito de remodelar o padrão de Estado que prega a ideologia do mercado livre regido por suas próprias leis. Há a ampliação das mazelas sociais nos países mais pobres diante da remodelação da economia desses países pela economia mundial. As desigualdades são intensificadas e perpetua a estrutura social marcada pela concentração da renda. Por um lado, essas economias se voltam para o mercado mundial conforme querem as elites e os governos com o discurso da liberalização da economia e por outro lado, os trabalhadores socializam os prejuízos destas ações. Nas palavras do autor,

É de acordo com esta nova lógica, que grande parte dos trabalhadores destes países tem que se contentar com as péssimas condições sociais em que vivem, tendo que trabalhar sempre mais por menos salário, isto se encontrarem emprego, ou então buscarem empregar-se em atividades ainda mais precárias para garantir a sua sobrevivência, o que diversifica e expande as atividades econômicas informais, o trabalho precário, o informal e o subemprego (GONÇALVES, 2001, p. 4).

Os governos, ao se voltarem para o mercado mundial, sacrificam os trabalhadores reduzem investimentos em áreas básicas como saúde, educação e demais serviços públicos. Como reflexo há o aumento do desemprego, o crescimento do trabalho informal e precário (GONÇALVES, 2001).

Antunes (1994) argumenta que o mundo do trabalho passou a sofrer após a década de 1980 profundas mudanças nos sistemas de produção e nas relações

de trabalho face à flexibilização não só na produção de mercadorias, mas também nas relações de trabalho. Há, portanto, a expansão do desemprego estrutural. Em suas palavras, “Pode-se dizer, de maneira sintética que há uma processualidade contraditória, que por um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços” (ANTUNES, 1994, p. 33). Essas transformações, ainda de acordo com o autor, são claras e contundentes com o aumento dos postos de trabalho precarizados, temporários, *part-time*, subcontratados, marcados pela negação de direitos que modificaram a classe trabalhadora [...] “tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada (ANTUNES, 1994, p. 63).

Thomaz Junior (2002) faz uma reflexão sobre as transformações que a reestruturação produtiva tem provocado no âmbito da sociedade brasileira e do trabalho. O autor argumenta que os “primeiros impulsos” da reestruturação produtiva no Brasil se manifestaram a partir dos anos 1980. Todavia, foi “[...] a partir do início da década seguinte que atingiu nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos”. (THOMAZ JUNIOR. 2002 p. 6). O autor elege dois pontos que considera importantes para discutir a respeito do trabalho no Brasil: 1 – a degradação dos trabalhadores face à precarização e dilapidação dos sujeitos; 2 – A degradação do ambiente pelo capital que destrói conseqüentemente o homem. A reestruturação produtiva que ao repercutir sobre o trabalho age de forma diferente e no caso do Brasil, porque se reproduz o estigma de subordinado e dependente o que coloca o país numa condição subalterna.

Ainda de acordo com o autor, a classe trabalhadora atual é muito mais complexa de ser analisada do que o proletariado industrial, pois no período de acumulação flexível assume nuances muito mais complexas. Assim, a estratégia utilizada pelo capital para alienação do trabalho territorialmente dá conta de alienar os trabalhadores não somente do produto do seu trabalho, mas, também, da sua identidade de classe ao não se reconhecerem mais como um trabalhador, todavia como se estivesse inserido numa determinada categoria (bancários, professores, médicos etc.). As lutas se fragmentam também no âmbito dos sindicatos e demais representatividades.

Então, enquanto o capital se vê e se “lê” na abrangência do empreendimento econômico, o trabalho se vê mediante a fragmentação corporativa das especializações e das profissões/atividades, e se “lê”, já no plano da subjetividade através dos filtros do ordenamento territorial que prescreve os limites da compreensão operária (THOMAZ JUNIOR. 2002, p. 10).

O autor ressalta ainda que o que se vive na sociedade atual não é a crise do trabalho na sua dimensão ontológica, que compreende o trabalho como mediador na relação homem-natureza, mas as transformações advindas da crise do capitalismo que se revelam numa incessante demanda pela redefinição dos postos de trabalho.

Vejamos, muito se fala do fim do trabalho, todavia é o emprego que está moribundo, ou seja, com a diminuição do operariado industrial tradicional, temos ao mesmo tempo a desproletarização do trabalho manual, a heterogeneização, a subproletarização do trabalho, ou ainda sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas, bem como outras formas de organização do processo de trabalho (THOMAZ JR. 2002, p. 11).

O trabalhador na reestruturação do capital se encontra inserido no processo de degradação das suas condições objetivas e da desproletarização que o coloca diretamente na posição não somente de despossuído dos meios de produção, como desde outrora reza a “cartilha” do modo de produção capitalista, mas, também, é obrigado a conviver com a impossibilidade de posse e, portanto, a venda da única mercadoria que lhe “pertence”, sua força de trabalho, é a tônica.

Nesse bojo de transformações no mundo do trabalho frente à reestruturação produtiva que interfere na vida e nos espaços de realização da vida da classe trabalhadora, Thomaz Jr., um dos fundadores do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho (CEGET), inicia na Geografia Brasileira, especificamente na Geografia do Trabalho, a construção de um conceito que se compreende caro para elucidar a produção do espaço nesse início do século XXI. Refere-se aqui à ideia de plasticidade do trabalho.

Essa ideia centra esforços em explicar a essência do trabalho pela via da compreensão de sua mutabilidade e adaptabilidade que se impõe no contexto do

capitalismo atual. Para tanto, a fim de tratar desse conceito, inicialmente, julga-se necessário elucidar a respeito da etimologia da palavra “plasticidade”, que, de acordo com o dicionário Aurélio¹⁶, significa “qualidade de plástico, do que pode tomar ou receber diferentes formas pela moldação ou modelação”. Ao tomar como base essa etimologia, pode-se afirmar que a plasticidade se refere à capacidade de conformação/adaptação às condições postas.

O termo plasticidade é oriundo da Física e é definido como o comportamento de corpos materiais que, ao serem submetidos às ações extremas sofrem deformações e não retornam mais à sua forma inicial¹⁷. Entretanto, esse termo é utilizado por várias ciências. Na Neurociência, utiliza-se o termo “plasticidade neural” para designar a capacidade dos neurônios de constituírem novas conexões a partir de novas experiências (DIAS, 2010). A Biologia faz menção à plasticidade como “a habilidade de uma espécie em tirar proveito de uma fonte alimentar mais vantajosa em um dado tempo” (GERKING, 1994, *apud* ABELHA 2001). Ademais, o termo plasticidade também é utilizado por outras áreas como as Artes Plásticas, a Arquitetura e a Educação.

Na ciência geográfica, de acordo com Thomaz Jr. (2011), a plasticidade do trabalho pode ser entendida em função das observações do cotidiano, mas também das singularidades, das ações que podem levar à construção de referências a fim de romper com o capital e com o estranhamento. Esse movimento pode ser percebido face à observação e ao entendimento das contradições produzidas no capitalismo e que são inerentes à dinâmica territorial. Ou seja, é preciso se atentar para

A frequência, o ritmo, a intensidade com que mudam de lavra (habilitação/profissão/enquadramento sindical), migram cotidianamente em busca de emprego e melhores condições de vida, se constantemente (cultural, social e geograficamente), se empobrecem etc. Enfim, há toda uma mobilidade e fluidez do trabalho, que revela os ataques constantes do capital e dos Estados, mas também está refém da rigidez dos postulados e daqueles que não querem enxergar e aceitar a necessidade de ampliar os horizontes dos sonhos e da utopia emancipadora, para além dos manuais e, possivelmente, das cartilhas. Esse processo incide tanto sobre os assalariados “puros”, trabalhadores

¹⁶ Ver referências dicionário Aurélio (2018).

¹⁷ Ver referências de Lima (2004).

temporários, por conta própria, informais, agricultores camponeses, quanto sobre os contingentes que estão à frente das ações de luta pela terra (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 313).

Portanto, para o autor, é preciso atenção às formas de expressão do trabalho que cotidianamente demonstram nas entranhas do conteúdo da vida social e individual dos sujeitos esse conteúdo da plasticidade, resultado da flexibilização e da nova morfologia do trabalho.

Para Thomaz Jr. (2006), somente o entendimento da totalidade viva do trabalho e da sua plasticidade que envolve a materialidade e subjetividade são capazes de desvelar o caráter revolucionário do trabalho, pois as predefinições que não se pautam na centralidade do conflito de classes não dão conta de sustentar esse caráter. É preciso compreender que a plasticidade do trabalho se expressa no conteúdo da vida social através de especificidades simbólicas da classe trabalhadora, sejam elas do campo (camponeses e operários urbano ou rural) ou da cidade (operários urbanos). Nas palavras do autor:

[...] estamos seguros de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI, só pode ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento constata de (des)realização do trabalho que qualifica a plasticidade existente entre as diferentes formas de materialização do trabalho, sob a regência das relações contraditórias da luta de classes (THOMAZ JR., 2006, p. 39)

O movimento da classe trabalhadora é redefinido constantemente, o que expressa uma realidade contraditória na produção do espaço dos dias atuais. Disso exposto, há uma complexidade nas transformações do mundo do trabalho que precisa ser repensada e compreendida na sua totalidade. Para isso, é preciso avançar e romper com os pressupostos teóricos que não dão conta de explicar aquilo que [...] “marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem dos fetiches que lhe é intrínseca” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 32). O autor ressalta ainda que é preciso rever os instrumentos teórico-conceituais que são utilizados para compreender essa realidade, pois tais instrumentos devem privilegiar a práxis histórica, social e ontológica do trabalho.

Ainda de acordo com o que propõe Thomaz Junior (2009), há uma constante remodelação dos sentidos e significados do ser que trabalha e essa plasticidade se manifesta territorialmente tanto nos campos como nas cidades. Ao

se permitir enxergar essa realidade tal qual está posta, há o enriquecimento e a ampliação acerca da compreensão sobre o mundo do trabalho.

Bezerra define a plasticidade do trabalho como “um aspecto das relações sociais de produção e de trabalho diante da nova configuração do capitalismo” (BEZERRA, 2012, p. 59). De acordo com o autor, a discussão sobre a plasticidade não está pautada na centralidade do papel de cada trabalhador no contexto da produção, mas é preciso alçar novos olhares sobre outras maneiras que o trabalho se expressa sem necessariamente contestar a marca de classe. Dessa forma, os trabalhadores são obrigados a se adaptar diante das exigências do capital.

Para o autor, perante às diversas experiências laborais dos trabalhadores, há uma dialética na plasticidade que se expressa na negatividade/positividade. Por um lado, a negatividade é percebida [...] “no constante movimento dos trabalhadores na troca entre diferentes empregos, seja do circuito formal ou informal e mesmo experiências de desemprego e de completo descarte” (BEZERRA, 2012, p. 62). Por outro lado,

No nosso ponto de vista, o caráter positivo numa relação de constante intercâmbio entre experiências laborais pode se dar quando essa transição/mutabilidade de experiências ocorre no sentido do resgate (ou o primeiro encontro) do trabalho como valor de uso, como fonte de identificação e liberdade. Podendo, em situações de conflito, empreender formas de expressão do trabalho representativas da busca por uma ruptura com as práticas capitalistas, tendo como corolário ações emancipatórias, também compreendidas como expressão da plasticidade do trabalho (BEZERRA, 2012, p. 62).

A perspectiva da positividade que o autor aborda enxerga, dentro do movimento da plasticidade do trabalho, a possibilidade de emancipação da classe trabalhadora. Entretanto, a reflexão que se propõe a realizar não está de acordo com esse aspecto de positividade trazido pelo autor, uma vez que se questiona em que medida a plasticidade do trabalho pode ser entendida como expressão da busca pela emancipação da classe trabalhadora. Ao contrário, compreende-se que a plasticidade do trabalho aparece no contexto de reestruturação produtiva do capital como verdadeira expressão das circunstâncias de espoliação dos trabalhadores, dos seus espaços de realização da vida, de sua identidade, aspecto esse trazido pelo autor como a negatividade. Portanto, a compreensão da

plasticidade do trabalho não deve perder de vista esse contexto, nem pode ser compreendida enquanto aspecto da emancipação da classe trabalhadora.

Embora esse tema ainda seja pouco discutido na sua dimensão conceitual, ao debruçar sobre as análises que têm tentado dar suporte à sua definição, é possível enxergar que a realidade da plasticidade do trabalho se conforma como uma das expressões da reconfiguração do trabalho diante das agudas transformações no modo de produção capitalista num período que se vive a flexibilização das relações e, sobremaneira, da precarização nas relações de trabalho.

Thomaz Junior, apesar de ter introduzido o debate sobre a plasticidade do trabalho na ciência geográfica e de se preocupar nas suas discussões com a importância de compreender o movimento da plasticidade no contexto atual da classe trabalhadora, não formula um conceito sobre a plasticidade do trabalho, mas apresenta elementos que compõem uma noção elementar sobre o termo, e coloca o que compreende-se como um desafio para quem se propunha a adentrar às pesquisas na temática do mundo do trabalho, que é desvelar a capacidade do trabalhador em moldar-se e, ao mesmo tempo que se adapta, resiste às condições impostas pelo capital.

Dessa maneira, desvelar o caráter da plasticidade requer ao mesmo tempo que aprofundar o debate teórico sobre a condição ontológica do trabalho, entender, dimensionar esse fenômeno tal qual se expressa na realidade concreta da classe trabalhadora. Essa afirmação se faz necessária, pois, assim como Thomaz Jr. (2006), entende-se que para compreender a plasticidade do trabalho, primeiramente, é preciso entender a essência dessa dinâmica e as manifestações específicas da classe trabalhadora.

3.2. TRABALHADORES FRENTE À MOBILIDADE DO TRABALHO EM BELO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

A área delimitada para a pesquisa abrange trabalhadores do município de Belo Campo que residem na área urbana do município nos bairros centro, Alvorada e Cidade Nova e na área rural abrange as comunidades de Sussuarana I, II e III, a

região de Marimbondo que engloba Serrinha, Três Lagoas, Poço do Abílio e Poço do Gato.

As comunidades rurais de Marimbondo e Sussuarana fazem parte do recorte empírico e se distinguem tanto pela sua localização no município (Mapa 7), como pelas suas características socioespaciais. São comunidades camponesas que tiveram suas povoações ligadas à rota dos tropeiros que percorriam o então município de Vitória da Conquista. Posteriormente, com o desmembramento e emancipação político-administrativa política de Belo Campo, a região veio a se tornar parte do município. Para tanto, cabe trazer alguns elementos do trabalho de campo que servem para caracterizar de maneira geral essas comunidades¹⁸.

Sussuarana é um povoado localizado na região da mata-de-cipó, na divisa entre os municípios de Belo Campo e Tremedal e a aproximadamente 10 km da sede do município de Belo Campo. De acordo com a convenção e costume dos moradores, a comunidade é subdividida em Sussuarana I, II e III (Fotos 1, 2 e 3).

Foto 1: Vista da chegada na comunidade Sussuarana I, Belo Campo/BA, 2018



Foto: Silmara Moreira
Fonte: Acervo Pessoal

¹⁸ Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017.

Foto 2: Comunidade Sussuarana II, Belo Campo, BA/2018



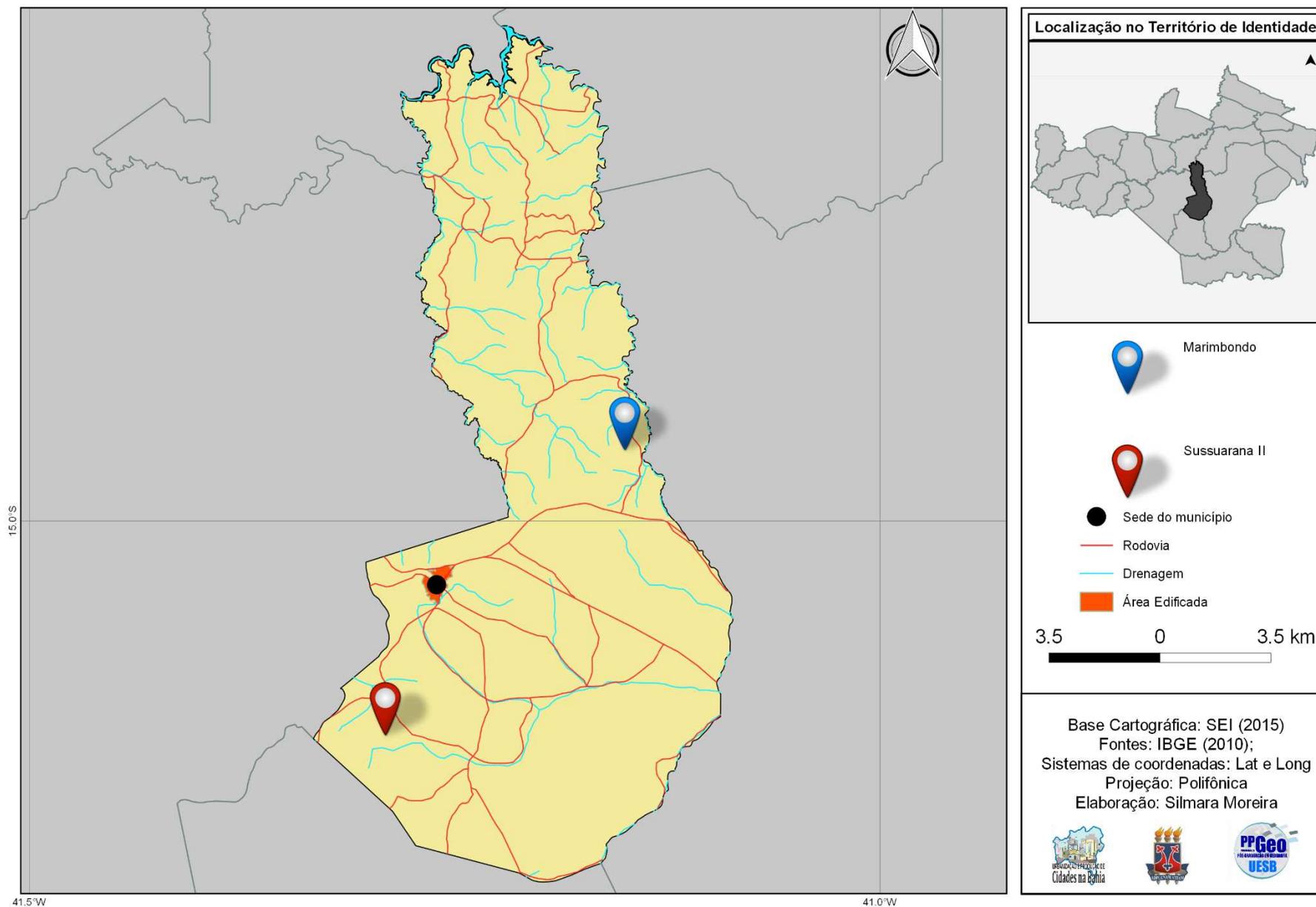
Foto: Silmara Moreira
Fonte: Acervo Pessoal

Foto 3: Comunidade de Sussuarana III, Belo Campo/BA, 2018



Foto: Silmara Moreira
Fonte: Acervo Pessoal

MAPA 7: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE MARIMBONDO E SUSSUARANA NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO, BAHIA, 2018



A comunidade possui uma associação local, chamada de Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Sussuarana, que, atualmente, tem 65 famílias de agricultores associados. Dentre os equipamentos públicos da comunidade há uma escola que atende aos moradores com capacidade para receber mais de cem alunos até o quinto ano do Ensino Fundamental, além da Unidade de Saúde da Família (USF), que é responsável pelo atendimento médico básico dos moradores. Há um espaço comunitário utilizado para realizar as reuniões da comunidade e que recebeu computadores para acesso à internet através do Programa Estação Digital do Governo Federal¹⁹. Foi construída, também, uma fábrica de farinha com recursos do Governo Federal²⁰ para o beneficiamento da mandioca, mas que não está em funcionamento²¹.

As principais atividades econômicas da comunidade são a agricultura e a criação de animais. A produção agrícola está voltada, basicamente, para a agricultura de subsistência com a produção para o consumo familiar e a venda do excedente na comunidade local e em comunidades vizinhas. A produção é caracterizada pelo roçado intercalado com o quintal produtivo e destaca-se, primordialmente, o cultivo de hortaliças. Apesar de possuir algumas áreas de baixadas com solos argilosos e rasos, a maior parte das propriedades na comunidade é composta por áreas planas, solos profundos, geralmente pobres em matéria orgânica e sem presença de pedras, o que favorece o cultivo de culturas anuais, principalmente, o cultivo da mandioca que é característico da região²².

A criação de animais ocorre em menor quantidade e é voltada, basicamente, para a criação de animais de pequeno porte, como suínos, aves e, em menor quantidade, de bovinos. As principais fontes de água da comunidade são as cisternas de consumo e cisterna de produção construídas através do Programa

¹⁹Programa Estação Digital – Programa de Inclusão Digital da Fundação Banco do Brasil que tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, culturais e políticas das comunidades por meio do acesso às tecnologias de informação e comunicação (Fonte: Conquistaneuws e Portal AMM).

²⁰Projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (IPEA, 2007).

²¹ Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017

²² Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017

Água para Todos²³, poço artesiano, e alguns açudes²⁴.

Outra característica da economia do povoado é a existência de pequenos supermercados/mercearias, bares e padarias, além de fábricas de farinha familiares, onde é beneficiada a mandioca produzida na comunidade. Ademais, algumas famílias da comunidade ainda permanecem ao longo dos anos com as olarias que são responsáveis pela confecção de tijolos de barro comercializados para uso na construção civil do município²⁵.

A região de Marimbondó está localizada na caatinga (Foto 4), a aproximadamente 33 km da sede do município e faz divisa com o município de Vitória da Conquista. A associação local, Associação dos Pequenos Produtores de Marimbondó, Serrinha, Três Lagoas e Poço do Abílio, está em processo de regularização e possui 28 associados. Essas comunidades não possuem um aglomerado de casas e, portanto, são caracterizadas pela presença de propriedades afastadas umas das outras.

As propriedades em sua maioria são pequenas e a principal fonte de renda dos moradores é advinda da produção agrícola. Na produção, destacam-se as áreas de baixadas que são de fundamental importância para cultivo do feijão, milho, abóbora, melancia e maxixe. As propriedades são de terrenos com solos argilosos e rasos, mas na sua maior parte é constituída por pequenos morros e áreas de declive com florações rochosas, o que requer cuidado na hora de trabalhar com a terra²⁶.

As principais fontes de água da região são as cisternas de consumo, cisterna de produção do Programa Água para Todos do Governo Federal e o rio intermitente do qual no período de estiagem é feita a retirada da água do subsolo para manter os animais e alguns pequenos açudes nas propriedades. A produção de animais centra na criação de bovinos, suínos, ovinos e aves. As famílias trabalham na produção no roçado, no quintal produtivo, na criação dos animais e a sua produção

²³“O Água para Todos, que integra o Plano Brasil Sem Miséria, foi concebido pelo governo federal a partir da necessidade de se universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso” (BRASIL, 2015).

²⁴ Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017

²⁵ Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017

²⁶ Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2018

é utilizada para a alimentação familiar. Quando há excedente, os alimentos são comercializados na feira livre do município. No entanto, de acordo com relatos durante a pesquisa de campo²⁷, há alguns anos os moradores já não conseguem produzir o suficiente para comercializar, diante dos longos períodos de estiagem que dificultam a produção²⁸.

Foto 4: Vista panorâmica da região de Marimbondo, Belo Campo/BA, 2018.



Foto: Silmara Moreira
Fonte: Acervo Pessoal

A dificuldade para manter a produção contínua na região se deve, principalmente, a pouca existência de ações do Estado para subsidiar os cultivos dos camponeses do semiárido dadas às especificidades dessa região. As famílias trabalham por meses na preparação da terra para o plantio e quando chega o período da colheita não conseguem obter a produção esperada. Muitas dessas famílias perdem a sua lavoura por completo. Essa realidade tem se repetido ao longo dos últimos anos e leva muitos camponeses ao desânimo com relação à

²⁷ Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2018

²⁸ Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2018

produção agrícola, o que influencia na saída de muitos de suas comunidades. A pouca atuação do Estado com políticas adequadas, ou até mesmo a sua efetiva ausência, é um fator que expulsa os camponeses de suas terras.

Na região que engloba as cinco comunidades há poucos equipamentos públicos. Há apenas uma escola de ensino fundamental até o 5º ano e uma USF com atendimento regular às famílias. Não há presença de mercados, padarias ou outros serviços disponíveis. Há apenas alguns bares/mercearias onde os moradores vão para comprar alguma coisa que falte. Normalmente, as famílias fazem suas compras na cidade de Belo Campo ou no distrito de Bate-pé, que fica no município vizinho, em Vitória da Conquista²⁹.

Para os moradores entrevistados na região de Marimbondo, com o decorrer dos anos houve algumas melhoras para as famílias da comunidade. Entretanto, essas transformações que trouxeram acesso a alguns serviços básicos, não foram suficientes para garantir a condição de reprodução da vida desses camponeses. Há uns vinte anos, por exemplo, a vida era muito mais difícil, não havia energia elétrica em todas as propriedades, o acesso à informação era difícil, pois não tinham celular, televisão ou internet.

Embora muitas famílias já saíssem para trabalhar no café na época da colheita, a produção agrícola era maior. Com os anos, a produção começou a diminuir, pois as áreas agricultáveis da comunidade já não produzem a mesma quantidade, devido ao desgaste do solo ao longo do tempo, à falta de técnicas adequadas de recuperação dessas áreas para cultivo e, principalmente, ao tamanho reduzido das propriedades. Ademais, os camponeses não têm subsídios para acesso às orientações e os insumos agrícolas adequados para garantir a produção. Nesse contexto, o que produzem hoje não é suficiente para manter a família. Muitas famílias vivem da renda obtida do trabalho no café e de programas do governo.

As transformações e inovações tecnológicas advindas do planejamento estatal de meados do século passado, que tiveram como base o modelo urbano industrial, conforme analisa Lisboa (2007), não subsidiaram os camponeses do semiárido, pelo contrário, intensificou a mobilidade do trabalho e reduziu a

²⁹ Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2018

produção de alimentos. Em Sussuarana, o plantio da mandioca e seu beneficiamento nas casas de farinha, durante muito tempo, formavam a base da economia da comunidade. De acordo com os sujeitos entrevistados, as terras já não conseguem produzir como antigamente. O beneficiamento nas casas de farinha diminuiu significativamente ao longo dos anos, devido à falta da matéria prima, muitas já deixaram de funcionar e o Estado não os subsidia com ações que dinamizem a produção local.

É evidente em Belo Campo o aprofundamento das condições históricas que mantêm a reprodução capitalista e que conduzem ao aumento da intensidade de deslocamentos nas comunidades. Isso ocorre pela via do cerceamento das condições de reprodução da vida do campesinato, pois, uma vez que esses trabalhadores não conseguem se reproduzir através do trabalho com a terra, os deslocamentos pelo território se configuram como a única alternativa.

A área urbana de Belo Campo começou a ser mais densamente povoada a partir da década de 1980 com a constituição de loteamentos públicos e, posteriormente, loteamentos privados. Os moradores são na maioria oriundos da área rural do município e de municípios vizinhos, conforme aponta Cardoso (2011).

Ao estudar a estruturação urbana de Belo Campo, a autora verificou que o crescimento populacional da cidade até o ano de 2000 foi em direção aos bairros Alvorada e Cidade Nova. Identifica ainda que a estruturação da cidade de Belo Campo se caracteriza pela relação centro-periferia e que as mudanças na sua estruturação foram marcadas pela atuação do Estado. Em alguns bairros, há desigualdade com relação ao uso e a apropriação do solo que pode ser observada na maneira como as casas são construídas. Há diferença no padrão das casas e isso reflete por exemplo, na infraestrutura, com maior concentração de ruas pavimentadas em alguns bairros. As praças dos bairros da área periférica são mais simples, boa parte de suas ruas não possui calçamento e as calçadas estão por fazer. Em outros, como o Alvorada e centro, as moradias são mais requintadas e a maioria das ruas possuem calçamento ou asfalto. (CARDOSO, 2011).

Na área urbana (Figura 1) concentram-se os principais equipamentos públicos de saúde do município, como USFs para o atendimento dos moradores nos bairros, o hospital do município, as principais escolas públicas que atendem a rede

municipal e estadual de ensino da cidade³⁰. Esses equipamentos se distribuem pelos bairros, enquanto os estabelecimentos comerciais, serviços privados, órgãos públicos estão concentrados na área central da cidade. Daqueles sujeitos entrevistados na área urbana, a maioria, 53%, reside no bairro Alvorada, onde estão localizados o Hospital Municipal Vicente Vieira, O Colégio Municipal de Belo Campo, a Unidade de Saúde Básica Alvorada que atende a moradores do bairro e de bairros do entorno, dentre outros equipamentos. Os demais, residem no Centro da cidade (13%) e no bairro Cidade Nova (34%).

Os dados coletados no trabalho de campo apresentam no município de Belo Campo uma área rural composta principalmente por adultos com famílias que possuem entre 3 e 7 membros, majoritariamente, por pessoas com idade entre 18 e 59 anos e com maioria de seus integrantes do sexo masculino.

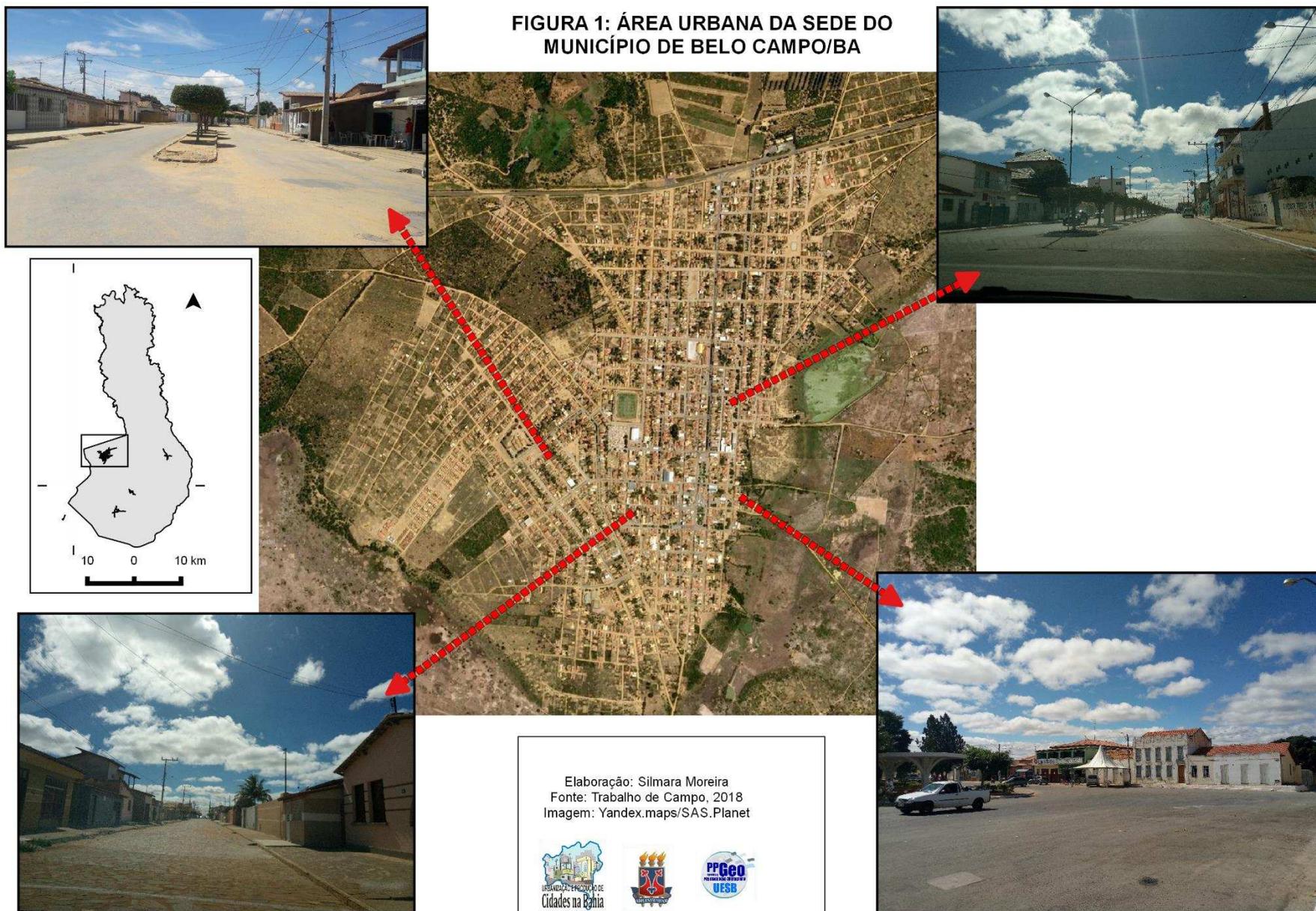
A atividade principal das famílias que vivem no campo é a agricultura de subsistência. Entretanto, as propriedades são pequenas, possuem, em média, menos de meio módulo fiscal. Em Belo Campo, de acordo com o INCRA, o módulo fiscal corresponde a 35 hectares³¹. Das famílias entrevistadas, a maioria possui a posse da terra, mas há uma parcela significativa que trabalha em terra de herança e/ou emprestada.

As famílias enfrentam dificuldades para manter a produção agrícola durante todo o ano, devido à pouca existência de ações adequadas à região do semiárido baiano a qual o município de Belo Campo faz parte, como elencado anteriormente. O regime de chuvas da região semiárida é concentrado em alguns meses do ano, de outubro a março e, embora seja grande o volume de chuvas nessa época, os reservatórios de água que as comunidades possuem ainda são insuficientes para manter a produção durante todo o ano. Para complementar a renda familiar, normalmente, os trabalhadores fazem diárias na própria comunidade como ajudantes de pedreiro e/ou no roçado dos vizinhos, pois o que retiram anualmente do trabalho com a terra não é o suficiente para suprir as necessidades da família.

³⁰ Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2018

³¹ Dados disponíveis no site do INCRA.

FIGURA 1: ÁREA URBANA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO/BA



É importante ressaltar que todas as famílias da área rural que participaram da pesquisa foram e/ou são beneficiadas com algumas políticas públicas que foram implementadas nos últimos vinte anos. Embora essas políticas não sejam o foco da pesquisa, os dados do campo mostraram atuação do governo federal e/ou estado com implementação de políticas públicas na zona rural de Belo campo como: o Programa Água para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural (PNATER), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) o Bolsa família e o garantia safra³².

Mesmo que sejam importantes, essas políticas públicas ainda são incipientes, seja pelo fato de não atingirem a todas as famílias, ou pela própria política que em alguns casos não se constituem efetivamente como subsídio para as famílias camponesas. Assim, passam-se os anos, mudam-se os sujeitos, mas o Estado brasileiro não enxerga o semiárido, as suas especificidades e as alternativas que realmente podem resolver os problemas que assolam há séculos os camponeses. Não o faz porque não é do interesse do grande capital.

Constatou-se, também, que há diferença no acesso às políticas públicas entre as famílias que residem no campo e aquelas que vivem na cidade. Essa diferença se deve à auto-organização das famílias camponesas que, devido às

³² PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que financia projetos individuais ou coletivos com a finalidade de gerar renda para agricultores familiares e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2018).

PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que objetiva melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável (BRASIL, 2018).

PNHR – “Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida*, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente”. (BRASIL, 2018).

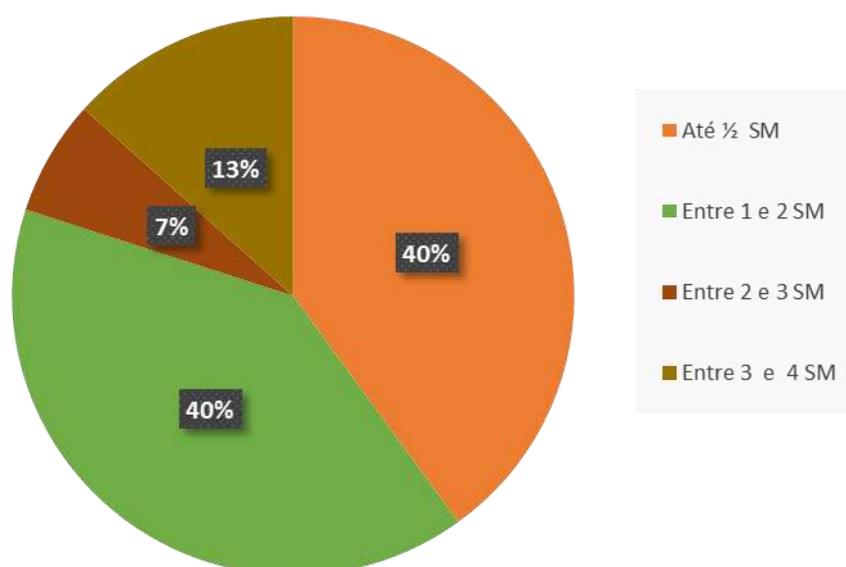
Bolsa família – “Programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos, articulação com outras ações” (BRASIL, 2018)

Garantia safra – “uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) inicialmente voltada para os agricultores familiares que vivem no Nordeste do Brasil e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A região é a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida e que sofre perda sistemática de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas” (BRASIL, 2018).

associações e grupos de produção, conseguem viabilizar o acesso a algumas políticas públicas, realidade essa que não é observada na cidade.

A renda das famílias entrevistadas é composta também pela aposentadoria rural e por recursos do bolsa família. Constatou-se que 40% das famílias possuem renda³³ média de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 40% recebem entre 1 e 2 salários (Gráfico 3). Esses dados atuais são importantes para fins de comparação com aqueles apontados no segundo capítulo sobre a renda na área rural de Belo Campo, conforme o Censo do IBGE de 2010, quando o percentual de pessoas vivendo com até $\frac{1}{2}$ salário era de 19%. Os dados obtidos em campo, mesmo que em uma escala menor, afirmam que, atualmente, há um número significativo de famílias no campo que vivem com até R\$468,50 mensais.

Gráfico 3: Renda familiar da região de Sussuarana e Marimbondo, Belo Campo/BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

A escolaridade dos membros das famílias revela o sistema educacional ainda inacessível para o campo. Dos trabalhadores entrevistados, 60% possuem faixa etária entre 21 e 40 anos. Desses, 61% não possuem sequer o ensino

³³ Esse valor é composto pelo valor recebido pelo trabalho e os benefícios (bolsa família)

fundamental completo, sendo que dentre os entrevistados não haviam pessoas que chegaram a ingressar no nível superior. Esse fato demonstra como o camponês não consegue ter acesso à direitos básicos, como a educação. Para os mais jovens, é garantido o acesso à educação até o ensino médio, mas após a conclusão dessa etapa ficam sem perspectiva.

Os trabalhadores entrevistados na área urbana são na maioria (60%) jovens, que estão na faixa etária entre 21 e 30 anos. As famílias são compostas por uma média de 2 a 3 membros, majoritariamente adultos (65,45%), e a maioria das famílias possui casa própria.

Há na cidade diferenciação na ocupação dos trabalhadores entre o sexo feminino e masculino. As mulheres, normalmente, trabalham como autônomas com a revenda de confecções e oferecem serviços de salão de beleza, reforço escolar, ou são empregadas no comércio local como atendente, como empregadas domésticas e na Prefeitura. Os homens também desempenham atividades autônomas na construção civil como pedreiros, possuem um pequeno comércio, trabalham na zona rural do município na diária, no comércio local e na prefeitura.

Nas áreas urbanas de pequenos municípios, como Belo Campo, também são reveladas as faces da fase de reestruturação produtiva do capital. A maioria das ocupações são marcadas pela intensa precarização do trabalho. Homens e mulheres que não conseguem trabalho se tornam autônomos. Aqueles trabalhadores que estão empregados em casa de família ou no comércio local, na maioria dos casos, não têm garantia dos direitos trabalhistas e o valor que recebem não chega a um salário mínimo.

As famílias possuem em média dois membros responsáveis pela sua manutenção, sendo que 27% vivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Diferentemente das famílias da zona rural, na área urbana apenas 33% das famílias recebem benefícios externos como o bolsa família, além daquelas que têm em casa um aposentado e estão inseridas no grupo que recebem entre 1 e dois salários.

Os motivos que levam os trabalhadores tanto na área urbana quanto na área rural a saírem para trabalhar em outros locais sempre estão relacionados com a necessidade em conseguir manter a família com o trabalho e obter renda, pois o ganho que conseguem no município não é suficiente. Aqueles que residem na cidade se deparam com a falta de trabalho, pois a cidade de Belo Campo não tem

postos suficientes para atender a demanda da oferta de força de trabalho disponível, uma vez que a sua principal fonte empregadora é a Prefeitura e o setor de comércio e serviços não absorve a força de trabalho restante, além de receberem pouco quando conseguem trabalho.

Os espaços rurais e urbanos do município de Belo Campo são caracterizados por uma intensa mobilidade do trabalho, que se realiza com base nos condicionantes sociais e econômicos impostos pelo capital na sua fase de reestruturação e aos quais a classe trabalhadora do campo e da cidade estão subjugados.

Dessa maneira, no capítulo que segue, há a necessidade em analisar as histórias de vida desses trabalhadores, numa perspectiva não linear, que não necessariamente apresenta a vida dos trabalhadores, somente como resultado do processo em que estão inseridos, mas, é preciso compreender que esses sujeitos estão inseridos no processo da mobilidade e, ao mesmo tempo em que finalizam um ciclo de deslocamentos e de saídas da sua comunidade, seja ela urbana ou rural, tão logo estarão de volta à estrada num movimento que se repete por anos afinco.

4. A REPRODUÇÃO DA VIDA DOS SUJEITOS E A PLASTICIDADE DO TRABALHO EM BELO CAMPO/BA

Neste capítulo são apresentadas, com base no recorte empírico, as observações e constatações com relação ao olhar que os trabalhadores têm sobre a realidade em que estão inseridos no município de Belo Campo, especificamente, nas comunidades que residem. Consta de um esforço em explicar as impressões apuradas em entrevistas e questionários sobre o contexto que os trabalhadores fazem parte e como compreendem os seus espaços de realização da vida. Ademais, através das constatações ao longo da pesquisa, são expostas contribuições sobre o caráter da plasticidade do trabalho, particularizada na análise do fenômeno voltada para os pequenos municípios.

Para tanto, as discussões sobre a mobilidade e a plasticidade do trabalho às quais são desenvolvidas se assentam nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho no sistema mundo a partir da década de 1970, momento denominado por Harvey (2013) como o início do período de acumulação flexível, conforme observado no capítulo 3.

Alves e Antunes (2004) argumentam que a partir de 1970 começaram a haver transformações que acarretaram na diminuição do proletariado fabril, tal qual se apresentava a classe trabalhadora do período fordista/taylorista, que cedeu lugar as maneiras desregulamentadas do trabalho. Concomitantemente a esse movimento, houve aumento de um novo proletariado fabril e de serviço. “São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (p. 337).

Tais mudanças, elencadas por Alves e Antunes (2004), se devem à desestruturação do *Welfare State*³⁴ e do crescimento do desemprego estrutural nos países centrais na economia mundo e teve rebatimentos em países como o Brasil, que diante da sua desindustrialização começou a expandir outras formas de trabalho. De acordo com os autores supracitados, a classe trabalhadora hoje em sua complexidade é composta por uma miríade de sujeitos que integram o proletariado precarizado, moderno, fabril, de serviços, mas, também aqueles trabalhadores que estão inseridos no *part-time*, caracterizado pelo vínculo de trabalho temporário e que se expande juntamente com a terceirização.

Sene (2005) caracteriza a precariedade do mundo do trabalho no início do

³⁴ Estado do bem-estar social.

século XXI em função do aumento da taxa de trabalhadores temporários no mercado, pois, ao mesmo tempo em que se constata o crescimento no volume de contratações, aumenta-se o número de desempregados. Para o autor, neste início de século, está em curso a crise do trabalho abstrato, marcada pelo desemprego estrutural. Essa crise, portanto, não é de eliminação do trabalho, mas de transformação das formas de assalariamento diante das condições impostas pelo mercado. Dessa maneira, a força de trabalho está disponível de diversas formas enquanto mercadoria, por tempo determinado, terceirizada e acima de tudo, precarizada. O início do século XXI apresenta, portanto, novas formas de conflito entre capital e trabalho.

O trabalho, no entanto, continua como central no processo de produção e reprodução da vida humana, porém sob novos avatares. Sob o sistema do capital o que aparenta acontecer é uma separação cada vez maior entre o trabalho enquanto apenas abstração socialmente combinada e o trabalho enquanto utilidade real (SENE, 2005, p. 107).

As transformações no mundo do trabalho e no modo de acumulação do capital perante a sua crise estrutural, levam o trabalhador cada vez mais se afastar do trabalho na sua dimensão concreta. Há uma busca incessante pelo trabalho e ao mesmo tempo, um afastamento da sua essência enquanto reprodução da vida.

Viana (1997), ao falar do trabalho temporário do final do século XX inserido num projeto de lei que tramitava nas instancias do poder Legislativo do Brasil desde 1995 na forma possível da lei de terceirização³⁵, argumenta que essa proposta não é apenas uma forma de modernizar as relações de trabalho, mas de tornar as leis trabalhistas, assim como o mercado, flexíveis. O autor tece uma crítica à terceirização ao dizer que a mesma leva à intensa precarização das relações de trabalho e favorece somente à classe dominante, enquanto os trabalhadores tendem a sofrer o descarte do seu trabalho e as graves consequências, tais como a redução dos postos de trabalho, a degradação das condições de trabalho, a redução salarial e o desmonte da organização da classe trabalhadora em sindicatos, que faz cair por terra as lutas coletivas e as lutas de classe.

Entretanto, a lei da terceirização no Brasil, após mais de duas décadas

³⁵ Lei 13.429, de 31 de março de 2017.

tramitando no poder legislativo foi aprovada em 2017³⁶. *Pari passu* com a terceirização foi aprovada, também, a Reforma Trabalhista³⁷ que alterou artigos da Consolidação das leis Trabalhistas (CLT). Com a aprovação dessas leis há uma regulamentação pelo Estado das condições de trabalho temporários, *part-time*, já observados no contexto mundial. É a vitória da classe dominante, representada por empresários à frente do Estado brasileiro tornando legal processos de precarização do trabalho.

Antunes³⁸, ao conceder entrevista a uma revista sobre a Lei da Terceirização no Brasil, afirma que a precarização que no final do século passado era uma exceção, hoje se tornou uma regra. O autor completa ao fazer alusão ao regime de escravidão:

Por que eu faço uma alusão à escravidão? Na escravidão o trabalhador era vendido. Na terceirização ele é alugado. É uma locação de força de trabalho [...].

É evidente que não estamos voltando ao trabalho escravo de 1500, estamos falando de uma escravidão inclusive digital, do trabalho terceirizado, precarizado, informal, do trabalho sem direitos, de uma dependência do sistema perverso de metas, que tem levado a suicídios e adoecimentos do trabalho (ANTUNES, 2017).

A realidade da classe trabalhadora no contexto atual é de profundo esgarçamento. A vida dos sujeitos e sua subjetividade são capturadas e degradadas para o lucro das grandes corporações. São novas formas reinventadas pelo capital para explorar a força de trabalho e dela auferir riqueza.

Desse modo, há uma mudança também no caráter da mobilidade do trabalho no Brasil. Diferentemente do que ocorria até a década de 1980, quando havia um forte deslocamento de trabalhadores frente ao processo de urbanização e esses, normalmente, ao encontrarem trabalho permanente, acabavam por residir no destino de trabalho, hoje, há a prevalência do trabalho temporário e, portanto, de deslocamentos temporários.

Na medida em que se fortaleceram nos últimos trinta anos o *part-time*, o

³⁷ Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.

³⁸ Entrevista concedida por Ricardo Antunes a Dimalice Nunes para a revista Carta Capital (NUNES, 2017).

trabalho temporário, formas de relações de trabalho como a mobilidade e a plasticidade do trabalho são fortalecidas no contexto da reestruturação produtiva, aspectos que permitem compreender a realidade dos trabalhadores de Belo Campo.

4.1. DIRECIONAMENTO DOS TRABALHADORES EM BELO CAMPO

O projeto desenvolvimentista no qual o Estado brasileiro se pautou a partir de meados do século XX para planejar ações no país com base na cidade industrial, um Brasil urbano com sua produção voltada para o mercado externo e a modernização do campo reflete desde então na intensa mobilidade territorial de trabalhadores. Atualmente, essa mobilidade dentro do contexto de reestruturação produtiva do capital assume novas nuances. Permanecem velhas estruturas e aparecem novas formas encontradas pelo capital para subjugar a classe trabalhadora.

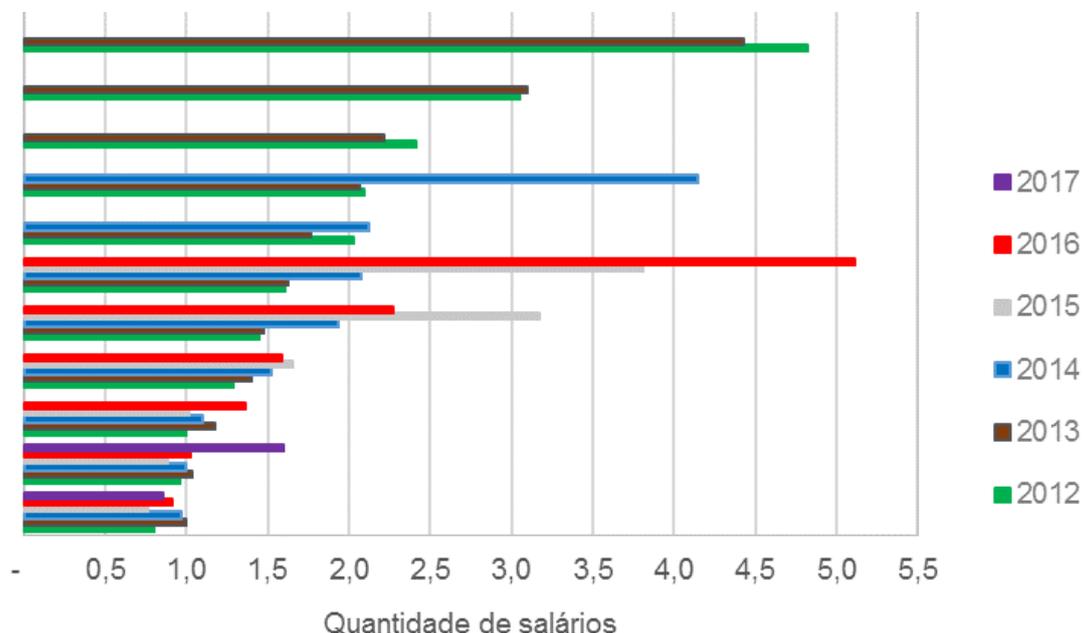
A estratégia do sistema capitalista em sua gênese de expropriar os trabalhadores dos seus meios de produção e transformar a força do trabalho em mercadoria, trabalho livre no mercado para venda, é condição para que haja uma mobilidade constante de trabalhadores pelo território. Nos pequenos municípios a renda é um dos condicionantes que impulsiona a saída desses sujeitos.

Em Belo Campo, de acordo com os dados coletados em campo, 80% dos trabalhadores entrevistados da área rural possuem renda familiar máxima 1 salário mínimo e metade desses (40%) possuem renda de até meio salário, conforme gráfico apresentado no terceiro capítulo. Na área urbana, 53% das famílias têm a renda entre 1 e 2 salários. Entretanto, quando os trabalhadores saem para outros municípios para trabalhar esse valor, tanto para aqueles que vivem no campo, quanto os que vivem na cidade, é bem diferente. Os trabalhadores declararam que, nos últimos cinco anos (entre 2012 e 2017), quando saíram para fora do município, esse valor variou entre 1 e 5,5 salários (Gráfico 4).

A renda, ou melhor, a não existência de renda para os trabalhadores de Belo Campo é fator indispensável para que esses se desloquem pelo território para vender sua força de trabalho. A dinâmica do mercado de trabalho é determinante

para que haja tais deslocamentos, pois, o trabalhador vai em busca de espaços nos quais consiga vender seu trabalho por um preço maior daquele que consegue no seu município.

Gráfico 4: Renda média mensal dos trabalhadores no período em que permanecem fora do domicílio, Belo Campo/BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo

Elaboração: Silmara Moreira

Conforme aponta Perpétua (2013), a mobilidade é ao mesmo tempo causa e consequência da dinâmica da acumulação ampliada do capital. Ao mesmo tempo em que o sociometabolismo do capital impulsiona a mobilidade dos trabalhadores e do capital, também, necessita dessa mobilidade para se reproduzir enquanto hegemonia.

Muitos dos trabalhadores começaram a se deslocar para fora de Belo Campo ainda muito cedo e suas vidas são marcadas por essa dinâmica constante de deslocamentos em busca de trabalho para manter as condições mínimas de sobrevivência. A necessidade criada pela dinâmica do mercado faz com que os sujeitos extrapolem os limites territoriais do seu município e/ou do estado. Em entrevista, André relatou o seguinte:

Quando tinha 12 anos comecei a ir para o café para trabalhar e

ajudar meu pai a criar meus irmãos mais novos e vou até hoje com 49 anos. Todo ano na época da colheita eu vou. Às vezes vou pra Barra do Choça e até mesmo pra outros estados. Semana que vem vou pro Espírito Santo. Antes ia pra ajudar meu pai a criar meus irmãos, hoje vou para manter meus filhos (grifo nosso)³⁹.

Há uma reprodução constante que atravessa gerações, ao longo dos anos, da condição de força de trabalho mobilizada. Essa condição é essencial para que se amplie a acumulação capitalista e para a sua manutenção, pois reduz os custos da força de trabalho e a mantém controlada.

Muitos trabalhadores não conseguem contar quantas vezes ao longo de suas vidas precisaram sair para trabalhar em outros municípios. O trabalhador André, da região do Marimbondo, afirmou ainda que consegue contar no mínimo 37 idas e vindas para as roças de café. Enquanto o Jovem Luiz relatou que aos vinte anos de idade já tinha ido para São Paulo 10 vezes. Os deslocamentos para a colheita do café ocorrem sazonalmente, enquanto os trabalhadores que vão para o estado de São Paulo se deslocam em qualquer época do ano.

A mobilidade é, portanto, resultado da expropriação de trabalhadores para assim transformá-los em mercadoria e essa expropriação é condição para a permanência do capitalismo, conforme debateu-se anteriormente com as proposições de Alves (2007). Essa realidade pode ser vista claramente no recorte empírico deste trabalho. Na área rural de Belo Campo, as propriedades são pequenas, normalmente, os pais que possuem um pedaço de terra a divide com os seus filhos que constituíram família e o espaço não é suficiente para que a família toda trabalhe.

Os jovens não possuem terra para trabalhar, quando têm a terra falta a água, pois a região enfrenta longos períodos de estiagem durante o ano. Ademais, as famílias não têm recursos suficientes para investirem em suas produções e os jovens não têm como dar prosseguimento nos seus estudos fora da comunidade. No modo como é produzido, pautado em investimentos prioritários para os grandes latifundiários e a existência de poucas políticas públicas que beneficiem os camponeses, o espaço do campo não oferece perspectiva para esses jovens, nem condições de reprodução das suas condições de vida. Logo, deslocar-se da sua

³⁹ André. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

comunidade é a única alternativa para se reproduzir enquanto ser, de garantir sua sobrevivência.

O campo é marcado pelo discurso da modernização que acentua a expulsão do povo camponês, como afirma Conceição (2007). Nos relatos, observa-se que para as famílias de Belo Campo que são ou foram beneficiadas com alguma política pública, as ações financiadas pelo Estado contribuem para a melhoria da renda da família, principalmente, para as famílias da área rural. O jovem Marcos relatou que:

Teve muita mudança depois de algumas políticas. Com o PRONAF pudemos melhorar a infraestrutura da propriedade, adquirir criações para criar. Ajuda. A pessoa tem como investir. Você pega um empréstimo no Banco e tem como investir na propriedade. A gente não poderia investir se não fosse esse programa. Se a gente perdesse esse benefício seria muito difícil porque a gente aqui não tem um salário fixo pra cobrir os gastos e faria muita falta. Sem essas ajudas não tem como ficar aqui na comunidade. Ai a gente teria que sair daqui de vez⁴⁰.

Foram observados, também, relatos de famílias que encontram dificuldades para pagar esses financiamentos e acabam se endividando, porque não conseguem obter retorno, conforme propõe programas como o PRONAF.

Programas como o Água Para Todos também são citados pelas famílias como uma importante ação para o acesso à água. No período da seca não há como produzir pra comercializar. As cisternas ajudam com a alimentação e com as hortas. “A cisterna é um benefício que ajudou a melhorar a renda da família” relatou a camponesa Maria. Entretanto, apesar de sua importância, ações como essas com implementações de tecnologias para produção de alimentos ainda se restringem a um quantitativo reduzido de famílias atendidas e que nem sempre estão articuladas com outras ações para fortalecer a produção local.

Apesar das ações ajudarem na permanência dos trabalhadores, não são suficientes para que as famílias se mantenham sem precisar sair do município. Aos camponeses que se veem expulsos do campo diante da conjuntura social e econômica que lhes é imposta pelo mercado não resta outra opção senão se deslocarem temporariamente para outros espaços com a finalidade de vender sua

⁴⁰Marcos. Entrevistado 2. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

força de trabalho enquanto mercadoria e exercer a sua dupla liberdade enquanto trabalhador. Conforme Gaudemar (1977) afirma que para o capital o trabalhador precisa ser livre para dispor de sua força de trabalho, mas com a irrestrita necessidade de vendê-la.

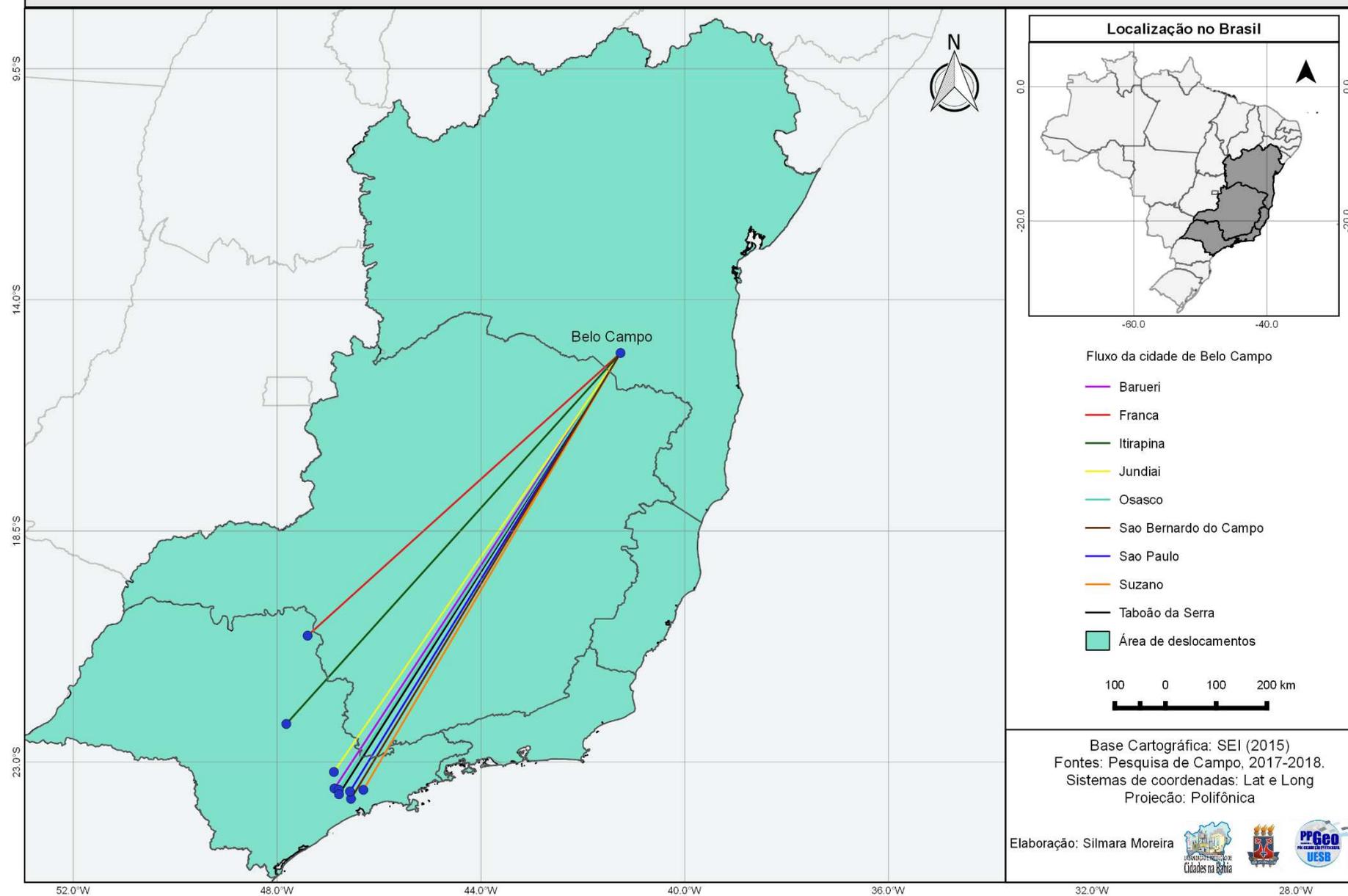
Verificou-se que os trabalhadores tanto da área rural como da área urbana de Belo Campo, embora tenham estabelecido no decorrer dos últimos anos relações de trabalho com outros municípios, ainda têm o estado de São Paulo como principal destino de trabalho (Mapas 8, 9 e 10).

Pode-se dizer que ainda permanece a lógica do capital tratada por Alves (2007), na qual a superpopulação relativa possibilita aos capitalistas o consumo da mercadoria força de trabalho por um valor baixo. Esse fato está relacionado com o histórico de mobilidade das famílias do município, pois ao chegar em São Paulo o trabalhador conta com apoio de familiares para conseguir um trabalho e moradia, mas ocorre, também, porque ainda é muito forte a ideia propagada da cidade (nesse caso, a cidade grande) como sinônimo de “desenvolvimento”.

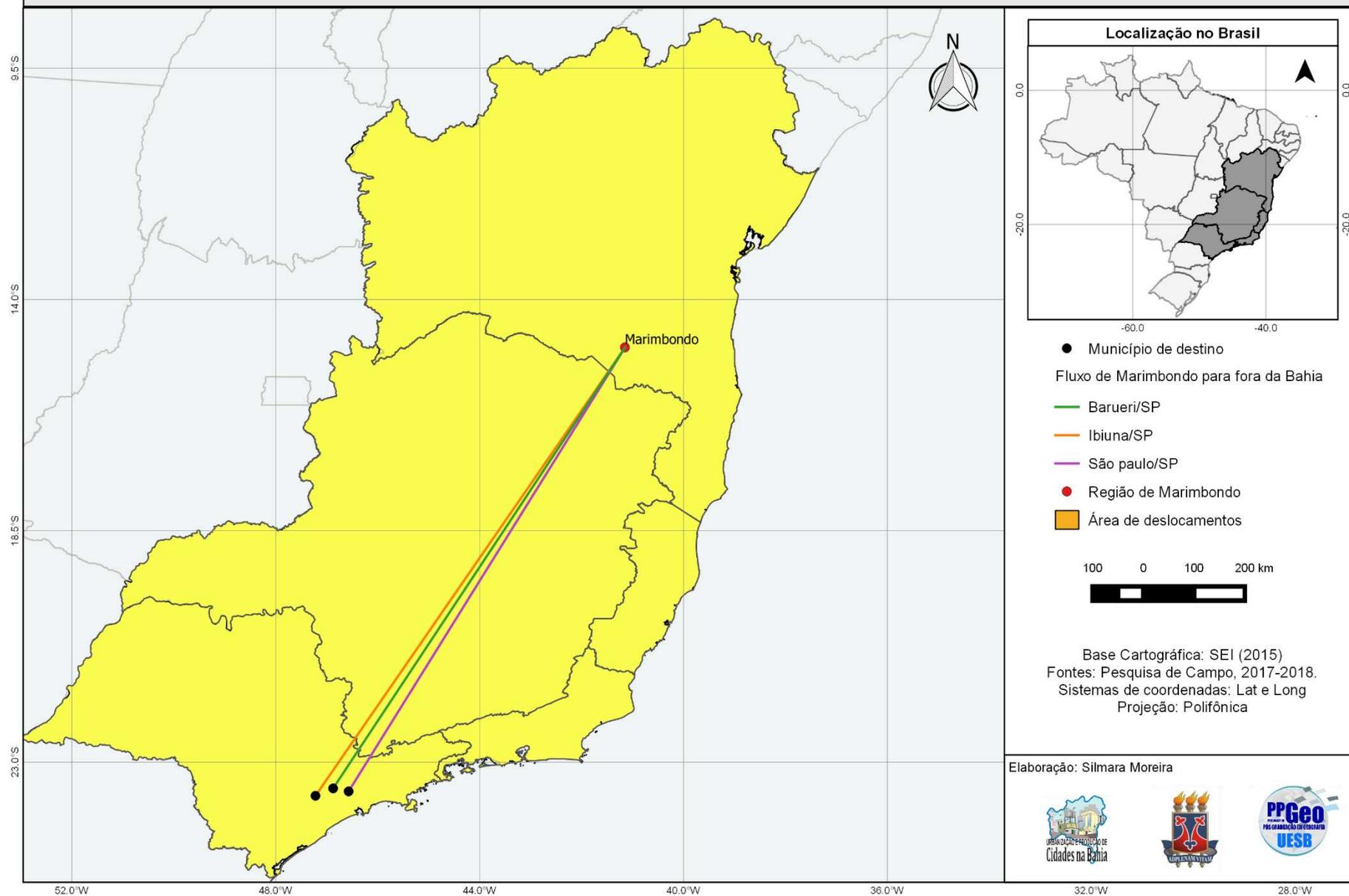
Esse movimento se constitui de ações do capital dentro do rearranjo das forças produtivas para garantir força de trabalho disponível no mercado. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores dos pequenos municípios são expulsos para as grandes cidades, também, constata-se o movimento no sentido inverso, ou seja, trabalhadores que não conseguem se manter fora do seu município, se tornam “mercadores ambulantes” a oferecer a única mercadoria que possuem num movimento contínuo de idas e vindas que atravessa anos a fio.

A concentração de deslocamentos de municípios como Belo Campo para a Região Sudeste é contraditória quando já é observado no país como um todo um movimento inverso de retorno de trabalhadores desde a década de 1990 para as cidades médias da região Nordeste, processo esse o qual M. Santos (1994) chama de desmetropolização.

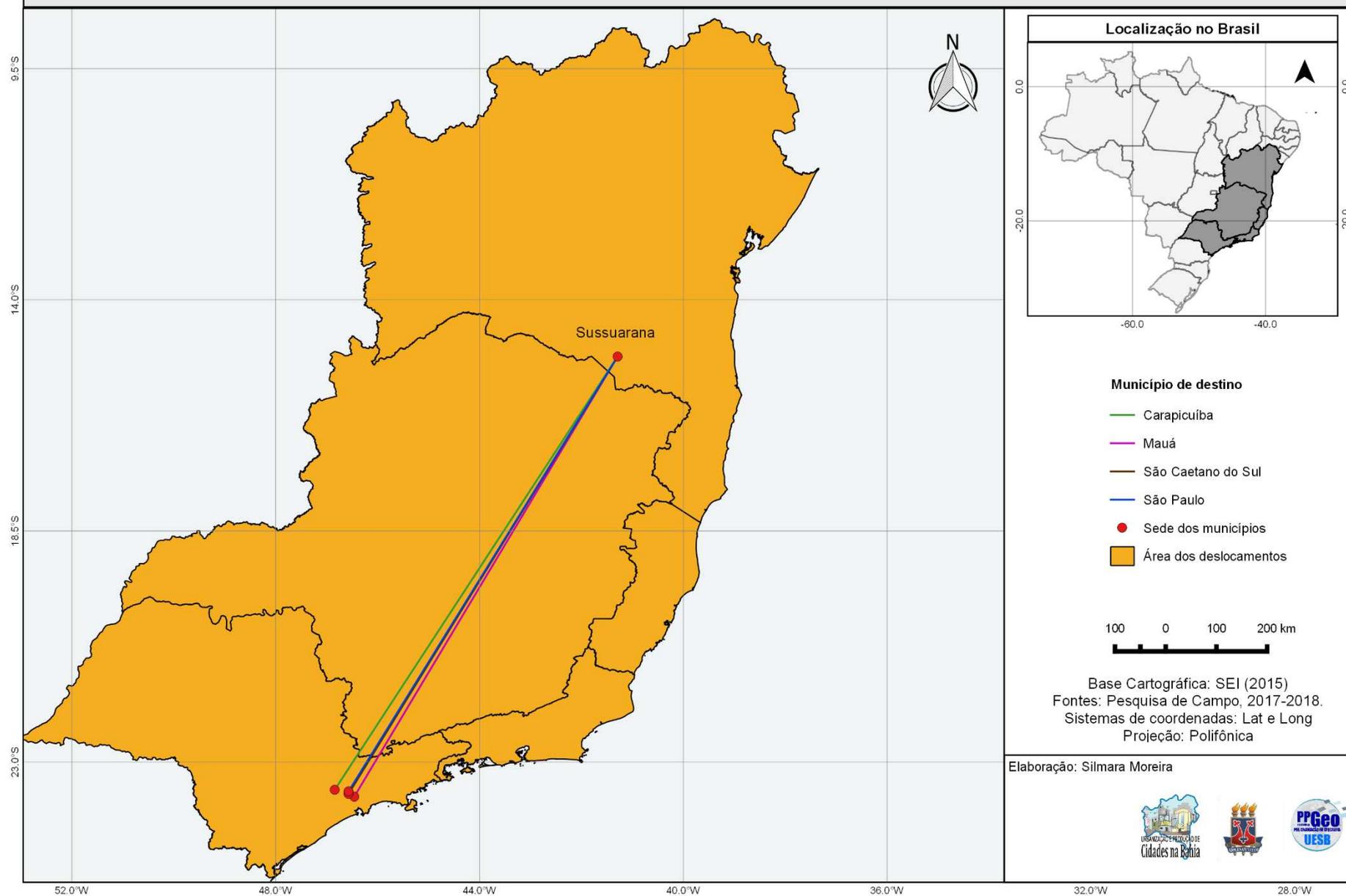
MAPA 8: FLUXO DOS DESLOCAMENTOS TEMPORÁRIOS PARA FORA DO ESTADO NA CIDADE DE BELO CAMPO, BAHIA, 2018



MAPA 9: FLUXO DOS DESLOCAMENTOS TEMPORÁRIOS PARA FORA DO ESTADO NA REGIÃO DE MARIMBONDO, BELO CAMPO, BAHIA, 2018



MAPA 10: FLUXO DOS DESLOCAMENTOS TEMPORÁRIOS PARA FORA DO ESTADO NA COMUNIDADE DE SUSSUARANA, BELO CAMPO, BAHIA, 2018



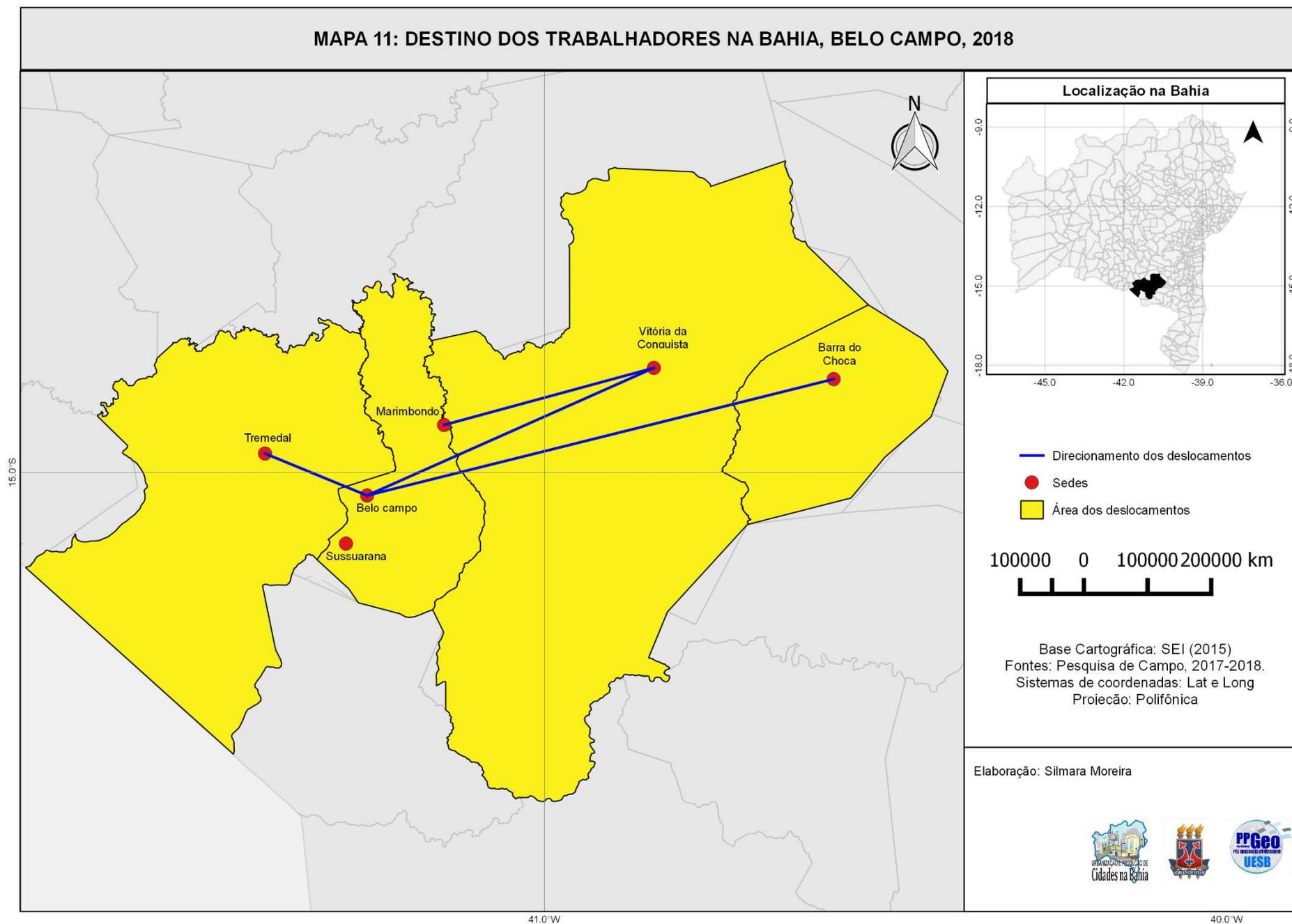
Não obstante, mesmo que Belo Campo esteja próximo de uma dessas cidades médias, Vitória da Conquista e que a mobilidade para esse destino seja observada diariamente em caráter pendular e até mesmo para fixar moradia, o estado de São Paulo ainda é o destino que oferece maior “atrativo” para os trabalhadores devido à oferta de trabalho.

A mobilidade de trabalhadores de Belo Campo dentro do estado da Bahia é mais forte no próprio Território Sudoeste Baiano. Os deslocamentos ocorrem, principalmente, para a área rural dos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista para trabalhar nas fazendas no período que compreende os meses de maio a agosto quando há a colheita do café e para a área urbana de Vitória da Conquista durante todo o ano onde os trabalhadores se ocupam no comércio, nos setores de prestação de serviços e na construção civil. (Mapa 11).

Observou-se o componente de gênero muito forte na área rural de Belo Campo no que concerne aos deslocamentos, pois há a predominância na saída de trabalhadores do sexo masculino para trabalhar fora do município, enquanto na área urbana é comum, também, a saída de mulheres. Esse fato demonstra claramente a divisão do trabalho na perspectiva de gênero demarcada no campo. Nas comunidades de Sussuarana e Marimbondo, normalmente, os homens saem para trabalhar temporariamente fora do município, enquanto as mulheres ficam para tomar conta da família e da propriedade. Já na cidade é mais comum a saída, também, de mulheres para trabalhar como empregada doméstica, com a prestação de serviços, ou no comércio.

Os deslocamentos possuem características específicas, de acordo com as atividades. Por um lado, aqueles trabalhadores que se ocupam de atividades na construção civil, como empregada doméstica e na prestação de outros serviços ou no comércio, se deslocam tanto dentro do Território para a cidade de Vitória da Conquista, como para municípios no estado de São Paulo e, por outro lado, os trabalhadores que se deslocam para trabalhar em atividades agrícolas, mormente, vão para a mesma região todos os anos dentro do próprio Território, conforme apresenta-se nos mapas 8, 9, 10 e 11.

MAPA 11: DESTINO DOS TRABALHADORES NA BAHIA, BELO CAMPO, 2018



Outro aspecto que deve ser ressaltado é que a maioria dos trabalhadores se desloca para o estado de São Paulo e há o espraiamento dos sujeitos dentro desse estado, pois esses trabalhadores não vendem a sua força de trabalho em um único município apenas (quadro 1).

Quadro 1: Trajetória do camponês Carlos entre 2012 e 2014, Belo Campo/BA.		
Ano de saída	Destino	Tempo de permanência
2012	São Paulo/SP	4 meses
2013	Jundiaí/SP	6 meses
2013	São Paulo/SP	3 meses
2014	Franca/SP	5 meses
2014	Suzano/SP	3 meses

Fonte: Pesquisa de campo

Elaboração: Silmara Moreira

Muitas trajetórias, em São Paulo, são marcadas pela permanência de períodos curtos em cada município, como pode ser observado no quadro acima, que mostra a trajetória do trabalhador Carlos entre os anos de 2012 e 2014 quando trabalhou em cinco cidades diferentes do estado de São Paulo, por períodos que variavam de 3 a 6 meses.

Esses deslocamentos revelam a demanda apresentada pelo mercado por trabalhadores versáteis que ocupem postos de trabalho temporários e parciais. De acordo com relatos dos trabalhadores entrevistados, os postos de trabalho que encontram, principalmente, na construção civil são provisórios, duram entre três e seis meses. Quando acaba a construção, esse trabalhador logo precisa ir em busca de outro serviço.

No quadro 2 é possível analisar o movimento de outro trabalhador entre 2012 e 2016 que, inicialmente, começou sua trajetória para o município de Vitória da Conquista e, posteriormente foi para a Região Sudeste. Nesse caso, o período de permanência é diferente, mas mesmo ao se deslocar para o município de Vitória da Conquista, não permanece por longo período no trabalho.

Quadro 2: Trajetória do Jovem Pedro entre 2012 e 2016, Belo Campo/BA.		
Ano de saída	Destino	Tempo de permanência
2012	Vitória da Conquista	12 meses
2014	Vitória da Conquista	12 meses
2015	Vitória da Conquista	12 meses
2016	Barueri/SP	18 meses

Fonte: Pesquisa de campo

Elaboração: Silmara Moreira

Como afirmam Sene (2005) e Antunes (2005), há uma transformação latente no mundo do trabalho no início do século XXI. A mobilidade do trabalho acontece, portanto, no enlace com novas formas de assalariamento. Os deslocamentos se adequam também à flexibilidade dos mercados e reconfiguram, rearranjam o movimento de trabalhadores no território.

O camponês Manoel de 20 anos, também relatou que desde os 13 anos de idade sai para trabalhar fora de sua comunidade. Já trabalhou tanto na construção civil quanto em fazendas, nos estados de São Paulo e Piauí, além de municípios próximo de Belo Campo como Itapetinga e Vitória da Conquista.

Há uma mobilidade não só de trabalhadores, mas também de capital que espraia pelo território. Nas regiões de maior concentração de capital, no caso do Brasil, a Região Sudeste, é muito mais latente a captura do trabalho precário, temporário, terceirizado, o *part-time*. Contudo, as metamorfoses do mundo do trabalho não se prendem e, assim como o capital se difundem pelo território e adentram os espaços tanto urbanos quanto rurais.

Ao avaliarem seus deslocamentos, os entrevistados afirmaram que não vale a pena ir para longe procurar trabalho, mas mesmo assim a necessidade os obriga a ir. De acordo com o morador da cidade, “Financeiramente foi muito ruim, pois não consegui o que esperava. São Paulo é uma ilusão”.⁴¹ Como afirma Gaudemar (1977), a condição de trabalhador livre o obriga a vender a única mercadoria que dispõe, a força de trabalho.

⁴¹ Antônio. Entrevistado 11. Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2018 Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

No ir e vir de suas comunidades sejam elas rurais ou urbanas para outros municípios, os trabalhadores relataram enfrentar diversas dificuldades, tomam chuva, sereno, dormem mal, comem mal. A vida longe da comunidade é muito difícil, pois precisam deixar a família e, para aqueles que moram na área rural, muitos têm que deixar sua propriedade sem ninguém para cuidar e, às vezes, precisam vender as criações para comprar novamente quando retornarem.

Assim, a mobilidade da força de trabalho no contexto da reestruturação produtiva está entrelaçada a um conjunto de outros processos que engloba elementos do trabalho precário, temporário, flexível. Nesse contexto, a desregulamentação das leis trabalhistas em pleno vigor endossa essas transformações e os trabalhadores, desarticulados, sofrem o desmonte da sua organização enquanto classe.

4.2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RELAÇÕES DE TRABALHO EM BELO CAMPO

A reestruturação produtiva do capital, que se iniciou a partir da década de 1970, é uma estratégia adotada pelo capitalismo perante a sua crise estrutural para aumentar ao grau máximo a extração do mais valor da exploração do trabalho. Esse aumento se tornou possível através da diversificação das atividades desempenhadas pela classe trabalhadora, ou seja, cada trabalhador passou a desempenhar múltiplas atividades no chão da fábrica e, posteriormente, essa realidade se difundiu para os demais espaços de trabalho, bem como das relações estabelecidas na sociedade.

Como afirma Harvey (2013), o trabalho regular começou a perder espaço para o trabalho em tempo parcial e subcontratado. Os postos de trabalho não oferecem estabilidade, pelo contrário, o mercado se tornou flexível e cresce gradualmente a demanda de trabalhadores também flexíveis que sejam capazes de ofertar sua mercadoria força de trabalho em espaços diferentes e de executar diversas funções.

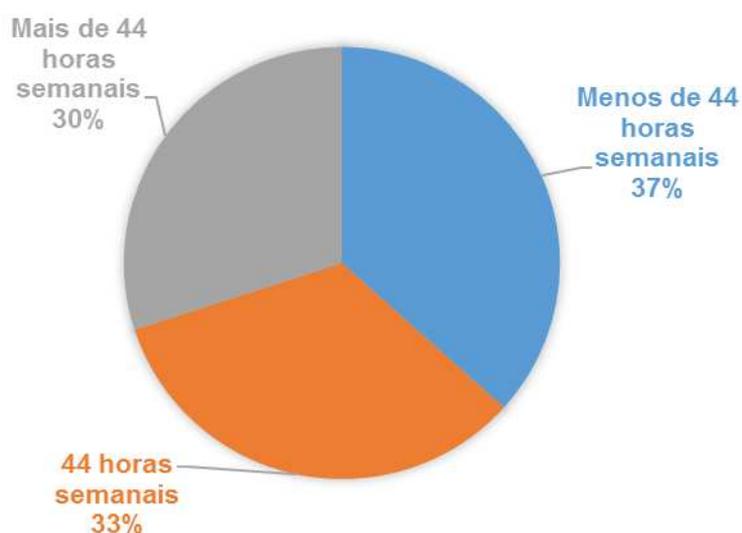
Nesse interim os trabalhadores se adequam às mais diversas relações de trabalho em atividades cada vez mais precarizadas. Nos destinos de trabalho dos sujeitos desta pesquisa, são diversas as formas de precarização encontradas. Seja

pela renda obtida, pela extensa carga horária de trabalho, a não garantia de direitos ou pelas condições de trabalho.

Os trabalhadores com vínculo celetista nos destinos de trabalho⁴² recebem um salário fixo. Entretanto, há trabalhadores que mesmo tendo a carteira assinada recebem por produção, pois o salário é composto por comissões de acordo com a função desempenhada. Esse é o caso, por exemplo, dos vendedores. Há também os que trabalham por diária ou aqueles que não têm nenhum vínculo e recebem apenas pela produção.

De acordo com os dados levantados em campo, a carga horária de trabalho desses sujeitos varia entre 40 e 60 horas semanais (gráfico 5). Aqueles que são contratados com vínculo celetista, normalmente, recebem uma folga por semana, enquanto os que trabalham na construção civil ou na colheita do café não têm folga e trabalham de domingo a domingo, pois recebem por produção de acordo com o trabalho realizado.

Gráfico 5: Carga horária semanal dos sujeitos da pesquisa fora do domicílio, Belo Campo/BA, 2018



Fonte: Pesquisa de Campo
Elaboração: Silmara Moreira

⁴² Trabalhadores com carteira assinada conforme legislação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As extensas e exaustivas jornadas de trabalho relatadas por trabalhadores que desempenham funções na construção civil, em fazendas de café, no comércio, ou na prestação de serviços apontam indicativos de elementos do trabalho escravo diante de expedientes desgastantes que colocam em risco a saúde dos trabalhadores.

A rotina desses sujeitos quando estão em suas comunidades é bem diferente daquela de quando estão fora, pois além de estarem perto da família, a carga horária de trabalho é menor. Os moradores da área rural, quando estão em casa, trabalham na própria roça e relatam que, apesar do trabalho ser pesado, é compensatório, pois se sentem realizados com a atividade que desempenham, e apesar de não receberem ganho suficiente com o que produzem para manter a família, a atividade desempenhada faz com que se sintam realizados enquanto sujeito, ou seja, o trabalho com a terra se revela, para esses trabalhadores, na sua dimensão ontológica.

Luiz, da comunidade de Sussuarana, comentou:

Quando a gente pega o ônibus pra viajar já vai pensando na vida que vai deixando pra trás, né! As coisas da gente fica aqui, a terrinha, a família. A gente só vai mesmo porque não tem outro jeito e não vê a hora de voltar (grifo nosso).⁴³

No depoimento do camponês fica clara a necessidade em sair e, ao mesmo tempo a vontade de permanecer em sua terra. O trabalhador se vê no dilema constante em que as condições objetivas de sua sobrevivência o obriga a se deslocar. Nessa condição, mede forças com o capital e se subjugua aos desmandos do sistema. Para Alves e Antunes (2004), é nesse passo de constante medição de forças com o capital que o trabalho delinea uma relação dialética entre a sua dimensão ontológica e a dimensão lucrativa⁴⁴.

Ao descrever as condições de trabalho um dos entrevistados relata o

⁴³ Luiz. Entrevistado 1. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

⁴⁴ Alves e Antunes (2004) referem-se ao trabalho na sua condição ontológica ao tratar da mediação do homem com a natureza, do trabalho concreto. A dimensão lucrativa refere-se ao trabalho que produz objetos para serem disponibilizados no mercado na forma de mercadoria.

seguinte:

Na colheita de café o esforço é da pessoa. Tem dias que acorda as quatro e as cinco já está na roça, porque ganha por produção. Às vezes chega as seis e trabalha até as 18hs. Enquanto dá pra enxergar dá pra trabalhar. Antigamente o alojamento era ruim, mas hoje melhorou muito por causa das leis trabalhistas. Hoje o chão tem piso, tem beliche, colchão, cozinha separada. Quando termina a temporada de colheita alguns recebem o seguro desemprego, mas outros não. Eu só já peguei o FGTS e o PIS.⁴⁵

As condições de trabalho são marcadas pela negação de direitos expressas pela degradação das condições de reprodução da vida dos sujeitos. Os locais de moradia para os trabalhadores que ficam em alojamentos oferecidos pelo empregador, nem sempre são adequados. Ana relatou que quando começou a ir para as fazendas de café a moradia era muito precária, mas nos últimos anos após a intervenção do Ministério do Trabalho, houve melhorias significativas. Enquanto José, que trabalha na construção civil, disse o seguinte: “A moradia era na obra. Era perigoso e violento. Não tinha piso, não tinha cama, não tinha fogão nem colchão. O banheiro era muito ruim, não havia alimentação por parte do empregador. Eram condições sub-humanas”.⁴⁶

Viana (1997) ressalta que trabalhos pagos por produção ou comissão, deterioração das condições de trabalho, degradação das condições de higiene e segurança no trabalho integram o novo modelo econômico a qual o trabalho temporário faz parte e que “dentro o *material descartável* inclui-se o trabalho humano” (p. 162, grifo do autor). Essas condições deterioram a condição humana, retiram do trabalhador a sua condição de existência, a sua dignidade.

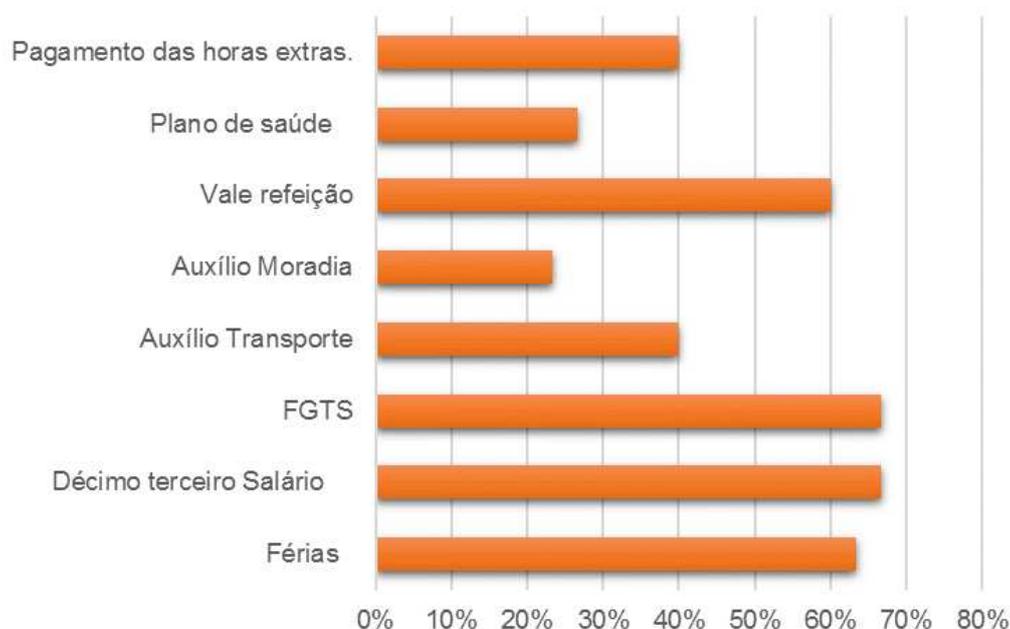
Nem todos os trabalhadores que se deslocam usufruem dos direitos previstos pela legislação trabalhista⁴⁷ (gráfico 6). Tanto para os trabalhadores da área urbana, como para aqueles das comunidades rurais, direitos básicos como décimo terceiro, FGTS e férias não atingem a todos.

⁴⁵ André. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

⁴⁶ José. Entrevistado 7. Entrevista realizada em 08 de junho de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

⁴⁷ Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis Trabalhistas

Gráfico 6: Benefícios obtidos pelos trabalhadores fora do domicílio, Belo Campo/BA, 2018



Fonte: Pesquisa de Campo

Elaboração: Silmara Moreira

Os camponeses ainda enfrentam problemas relacionados à posterior aposentadoria, pois, de acordo com a legislação vigente⁴⁸, quando o camponês apresenta registros em carteira nos últimos 15 anos que antecedem a sua aposentadoria, esse perde o direito de aposentar-se.

Esses trabalhadores são impelidos a se deslocar para trabalhar fora das suas terras porque delas não há como garantir o sustento, mas nem ao menos podem valer-se dos poucos direitos que lhes são assegurados enquanto trabalhador, porque, uma vez que utilizem do registro em carteira, perderão o “benefício” da aposentadoria futura como trabalhador rural. Dessa maneira, há contradições latentes expressas em legislações que tornam ainda mais precária a vida dos camponeses.

Quando saem de suas comunidades, os trabalhadores de Belo Campo, mormente, vão para destinos onde já têm algum familiar residindo, pois dessa

⁴⁸ Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971

maneira fica mais fácil conseguir um trabalho e local para morar. Em entrevista, 86% dos trabalhadores disseram que ao chegar no destino, normalmente, conseguem um emprego por indicação, com a ajuda de familiares e/ou amigos. Observa-se que há uma rede de solidariedade entre esses trabalhadores, que são oriundos do mesmo município, que expressa nessa relação de ajuda mútua.

É importante ressaltar que muitos desses sujeitos começaram a trabalhar ainda na sua infância. Nas entrevistas, há relatos de trabalhadores jovens que tiveram sua primeira experiência de trabalho fora do município com idades entre 10 e 13 anos, seja na colheita do café ou na construção civil. Adolescentes impelidos pela necessidade de garantir a reprodução de suas vidas e da sua família foram levados para o estado de São Paulo ou para as roças de café da Barra do Choça para trabalhar.

A reestruturação produtiva se utiliza sim de instrumentos como o trabalho infantil para garantir o pagamento de baixos salários a negação de direitos trabalhistas tornando as relações de trabalho cada vez mais precárias. Entretanto, quando não consegue garantir sua atuação às claras, toda essa articulação do mercado flexível acontece de maneira mascarada. Esses adolescentes, quando vão trabalhar na construção civil ou em outras funções, são levados por parentes, conhecidos, para os quais a mobilidade já é uma realidade constante. Seu trabalho é permitido por meio da garantia do “sigilo”, pela necessidade dos trabalhadores ainda adolescentes em ajudar no sustento da família. É nesse momento de profunda transformação nas relações de trabalho e a sua desregulamentação que tais práticas se recrudescem.

Trabalhadores ainda em idade escolar precisam “optar” entre ir à escola ou se dedicar ao trabalho. Em entrevista, o jovem camponês Luiz relatou o seguinte:

Queria muito terminar o ensino médio, mas tive de deixar a escola pra ir trabalhar. A gente viaja pra trabalhar fora ai não dá né! E quando está aqui o cansaço da lida fala mais alto”. E continua: “Eu olho pra trás e me arrependo porque eu tive que parar de estudar. Eu sinto falta é disso. A gente olha pra trás e se arrepende né!” (grifo nosso).⁴⁹

⁴⁹ Luiz. Entrevistado 1. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

Ademais, essa não é uma realidade única nas comunidades em pesquisa. Quando perguntado ao jovem se seus colegas também precisaram sair da escola para trabalhar, o mesmo respondeu: “Sai sim. Alguns saíram junto comigo. Tem até um que conseguiu voltar a estudar este ano, mas outros não. É muito difícil”.⁵⁰ A saída da escola para ir trabalhar fora é uma prática constante, principalmente, nas famílias com um número grande de filhos.

A reestruturação subjuga não só o trabalhador adulto, mas também adolescentes em idade escolar, pois para o capital não há distinção da condição dos sujeitos, mas a possibilidade da compra da força de trabalho capaz de gerar riqueza.

Se o acesso ao ensino básico é negado a esses jovens diante das condições impostas, o acesso à universidade, portanto, ainda é uma realidade muito distante e inacessível para os trabalhadores do campo que queiram cursar o nível superior. Não há transportes que saiam das comunidades para as universidades localizadas próximas ao município (Vitória da Conquista), as famílias não possuem renda suficiente para custear os estudos dos seus filhos fora da comunidade e o Estado não garante esse subsídio. O fato dos jovens que terminam o ensino médio não terem condição nem meios que os possibilitem a dar continuidade aos estudos, caso residam na sua comunidade, é um outro fator que influencia diretamente na saída para outros municípios e/ou estados.

É oportuno, portanto, lembrar que a realidade encontrada nas comunidades em estudo são expressões de um movimento muito mais amplo, mas que deve ser analisado na sua devida intensidade para demonstrar empiricamente os elementos que caracterizam o trabalho em seu contexto de flexibilidade e de ampla desregulamentação.

A precarização, entretanto, não se restringe à realidade enfrentada pelos trabalhadores fora do município, mas também em Belo Campo, pois, de acordo com os relatos obtidos, muitos dos sujeitos que vivem atualmente na área urbana do município trabalham 12 horas diárias e os empregadores descumprem constantemente as leis trabalhistas. Já os trabalhadores do campo não conseguem

⁵⁰ Luiz. Entrevistado 1. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

viver da sua produção. Para o camponês Marcos, há dificuldade de trabalho, não há emprego na comunidade e a produção da agricultura não é suficiente. E acrescenta: “É difícil. Se a pessoa não souber administrar o que ganha não dá certo. A principal dificuldade é a renda mesmo. A gente tem que pagar a conta de energia, o alimento para comer”.⁵¹

Esse fato demonstra como o capital age territorialmente no campo e na cidade ao capturar os espaços de realização e de reprodução da vida dos trabalhadores, subjugando-os à sua necessidade independente dos espaços em que os sujeitos estão inseridos. Com a reestruturação produtiva as investidas do capital se tornaram mais agudas na vida dos trabalhadores.

Ao refletirem sobre a sua realidade, os trabalhadores relataram que, embora o município de Belo Campo tenha um custo de vida relativamente baixo, não tem boas condições para viver, pois não há trabalho suficiente e os postos de trabalho que existem são precarizados. Esses sujeitos conseguem enxergar as relações de trabalho que lhes são impostas, mas são acuados. Nessa relação capital x trabalho, os trabalhadores, além de estarem separados dos meios de produção, também não se reconhecem enquanto classe, ou seja, não possuem a consciência de classe. Portanto, a classe trabalhadora complexa e fragmentada pode até perceber a exploração, mas não têm a compreensão adequada do processo em que estão inseridos, conforme pode ser observado nos depoimentos acima elencados.

Assim, as relações de trabalho em Belo Campo, reflexo da atual fase de acumulação do capital, são delineadas por ocupações temporárias tanto no próprio município, como naquelas ocupações desempenhadas fora do município. A precarização é uma realidade pujante desse trabalho temporário que subjugou os trabalhadores e os condiciona à necessidade do mercado.

4.3 TRABALHADORES DE BELO CAMPO FRENTE A PLASTICIDADE DO

⁵¹Marcos. Entrevistado 2. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

Com o conjunto de transformações no mundo do trabalho após a década de 1990, o trabalho flexibilizado se fortaleceu e o fortalecimento do trabalho temporário abre precedente para a existência de outras formas de trabalho. A mobilidade e a plasticidade se entrelaçam nesse emaranhado de processos cada vez mais complexos. Para Thomaz Jr. (2011), há a necessidade em compreender as expressões da plasticidade do trabalho e como ela se expressa no conteúdo da vida social e nas especificidades que se revelam na classe trabalhadora. Dessa maneira, é preciso aprofundar a leitura deste processo através do espaço concreto de vida dos trabalhadores.

Como elucidado anteriormente, a reprodução da vida dos trabalhadores de Belo Campo é marcada pela mobilidade do trabalho. Durante o tempo que permanecem fora de suas comunidades, os trabalhadores conseguem ganhar algum dinheiro para investir na compra da casa própria ou pequenas propriedades, na manutenção de suas famílias, mas nem sempre conseguem esse retorno, pois muitos vão e não conseguem se manter com o que recebem, devido ao alto custo de vida. Para Joana, “Não vale apenas trabalhar fora, pois o custo de vida na cidade grande é alto. Trabalha-se muito, mas ganha-se pouco. Não vale apenas”.⁵²

Entretanto, esses trabalhadores alegam que precisam sair para conseguir uma ocupação na qual possam se manter. A maioria dos trabalhadores da área urbana não consegue trabalho na cidade e utiliza o recurso obtido durante os deslocamentos para se manter no período em que estão em Belo Campo, pois ao retornarem para o município enfrentam dificuldades para encontrar trabalho. Outros, aproveitam o recurso para abrir pequenos comércios como autônomos na cidade. Essa realidade os leva a viver nesse movimento constante.

Os camponeses, ao retornarem para as comunidades, se dedicam a cuidar de suas propriedades e da produção agrícola e também economizam o valor auferido para se manter nos meses que estão no município. De acordo com o entrevistado: “A produção e a criação nos últimos anos têm diminuído muito. De

⁵² Joana. Entrevistado 8. Entrevista realizada em 08 de junho de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

qualquer jeito tem que sair pra trabalhar. Não tem terra o suficiente pra criar nem pra produzir”.⁵³

Eu fui pra fora porque né..! O trabalho tava difícil. O local de moradia lá era bom, mas nunca tive direito a nada não. Só o dinheiro do trabalho mesmo, porque nem carteira assinada eu tinha. Quando acabava o serviço era só dinheiro do trabalho mesmo aí a gente vinha embora.⁵⁴

Assim, a plasticidade, enquanto resultado das mudanças na forma de organização do trabalho frente à reestruturação produtiva, está intrinsicamente ligada à mobilidade. Ao se revelar, demonstra as faces da precariedade nas condições de vida dos trabalhadores, bem como as relações de trabalho que se estabelecem. Os sujeitos inseridos na mobilidade e plasticidade do trabalho têm como condicionantes a negação da reprodução da vida que os impele a se colocarem nesse movimento constante.

Fazer a leitura da realidade desses sujeitos requer um olhar aguçado para compreender as especificidades de um processo dentro do sistema de exploração que se reproduz continuamente. A plasticidade se revela nesse movimento. Esses sujeitos e os espaços de realização de suas vidas são ao mesmo tempo condição e resultado da relação intrínseca entre mobilidade e plasticidade do trabalho.

Conforme pode ser observado no quadro 3, que apresenta dados sobre as ocupações de alguns trabalhadores entrevistados em Belo Campo, há mudança no tempo de permanência nos postos de trabalho. Segundo Alves e Antunes (2004), a nova estrutura do mundo do trabalho diante do atual desemprego estrutural e a desregulamentação do trabalho é marcada por empregos temporários, *part-time*, subcontratados.

Uma análise dos trabalhos desempenhados pelos sujeitos permite elencar duas características essenciais desse processo: a primeira diz respeito aos períodos de permanência variáveis. Pode-se observar que a permanência dos trabalhadores varia entre dias, meses e anos. Esse período depende de

⁵³ André. Entrevistado 3. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C.

⁵⁴ Luiz. Entrevistado 1. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C.

condicionantes estabelecidos pelo mercado e, também, das condições objetivas dos sujeitos. Trabalhadores que deixam suas famílias tendem a retornar com menor tempo do que os que são mais jovens e não constituíram família.

Quadro 3: Dados sobre os trabalhos desempenhados pelos sujeitos, Belo Campo/BA, 2018.			
	Ano de deslocamento	Função desempenhada	Tempo de Permanência
Entrevistado 1	2012	Designer gráfico	12 meses
	2014	Pintor	12 meses
	2015	Designer gráfico	12 meses
	2016	Encarregado de obra	18 meses
Entrevistado 2	2012	Colheita do café	3 meses
	2013	Colheita do café	3 meses
	2014	Colheita do café	3 meses
	2015	Colheita do café	3 meses
	2016	Ajudante de pedreiro	14 dias
	2016	Ajudante de pedreiro	3 meses
Entrevistado 3	2008	Babá	6 meses
	2010	Empregada doméstica	12 meses
	2013	Atendente de telemarketing	08 meses
	2015	Diarista	24 meses
Entrevistado 4	2012	Pedreiro	4 meses
	2013	Pedreiro	6 meses
	2013	Pedreiro	3 meses
	2014	Pedreiro	5 meses
	2014	Pedreiro	3 meses

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017 – 2018

Elaboração: Silmara Moreira

Outro fator que influencia nesse tempo de deslocamento é a duração do trabalho, como as empreitas da construção civil citadas no capítulo anterior, pois muitos trabalhadores quando terminam a obra não conseguem outro trabalho imediatamente e retornam para casa. Aqueles que permanecem por mais tempo, o fazem até juntar algum dinheiro para se manter no período em que estiver em Belo Campo.

A segunda característica que pode ser mencionada é a mudança constante de atividades desempenhadas. Essa característica é fundamental para

compreender o período atual de reestruturação produtiva, pois demonstra a versatilidade e a maleabilidade que é imposta aos trabalhadores com as devidas adequações, de acordo com a demanda do mercado. Babá, empregada doméstica, atendente de telemarketing, diarista, ou qualquer função que necessite, conforme o entrevistado 3, apresentado pelo quadro que retrata uma realidade de adequação a funções variadas. O trabalhador flexível precisa ser um sujeito capaz de desempenhar um grupo de atividades, pois essa é a marca dos rearranjos da acumulação flexível no que concerne à flexibilidade dos trabalhadores.

Por um lado, é a condição em que estão inseridos de negação do direito de reprodução de suas vidas e a não efetivação de políticas que transformem estruturalmente a vida da classe trabalhadora que qualificam trabalhadores do campo e da cidade pelo mercado enquanto sujeitos moldáveis, maleáveis, capazes de se adaptarem a qualquer demanda apresentada pelo mercado capitalista ao qual estão subjugados. Por outro lado, a vida desses sujeitos, suas comunidades, também, é resultado das transformações ocorridas ao longo do tempo diante dos longos anos de imersão nesse processo.

Analisar a plasticidade do trabalho remonta, portanto, ir ao âmago das relações de exploração do trabalho. Ela se revela em várias dimensões, nas condições enfrentadas por famílias das comunidades rurais das quais adolescentes em idade escolar precisam sair para encontrar trabalho para ajudar a manter a família; na exploração da classe trabalhadora de pequenos municípios que, sejam no campo ou na cidade, são colocados ao subjugo do capital, tendo de vender sua força de trabalho longe de suas famílias em condições de deterioração de suas vidas enfrentando jornadas de trabalho de mais de 12 horas e que, quando retornam para o seu município, não conseguem ao menos vender essa força de trabalho ou quando isso é possível, a vendem por salários baixíssimos enfrentando condições de trabalho com nível de precariedade tão altos quanto aqueles que enfrentaram nas grandes cidades.

A declaração do entrevistado da área urbana de Belo Campo atesta:

Fui trabalhar em São Paulo e lá a vida era muito difícil. Trabalhava muito, você sabe como é! Ai eu vim embora e arranjei trabalho num mercado aqui pensando que ia ser melhor, mas aqui as coisas a depender, são até piores. A gente trabalha doze horas direto e o salário é muito baixo. Patrão não tá nem ai porque tem muita gente

precisando. Se a gente sai tem mais gente precisando.⁵⁵

É importante ressaltar que o aumento dos postos de trabalho temporário, juntamente com a investida de governos neoliberais para flexibilizar as leis trabalhistas, intensificam a precariedade do trabalho. O trabalho temporário, terceirizado, *part-time* se consolida na contramão da reprodução da vida dos trabalhadores, desconstrói conquistas de direitos e, em parte, desarticula a classe trabalhadora.

Conforme argumenta Gonçalves (2001), as mudanças que decorrem nos últimos anos no sistema produtivo repercutem em transformações na sociedade e no território, o que amplia as mazelas da classe trabalhadora. Entende-se a partir das reflexões do autor que a aprovação recente do Estado brasileiro de leis como a terceirização e a Reforma Trabalhista partem de uma ideologia neoliberal que coaduna com a flexibilização do trabalho.

A plasticidade do trabalho não concerne somente à adaptabilidade, às mudanças nas funções e no modo polivalente dos trabalhadores. Apesar de ter esse caráter de adequação, é também resultado do processo de volubilidade no mundo do trabalho, que se revela na face da precarização, através da exploração da força de trabalho, seja ela adulta, infantil, ou até mesmo como em muitos casos, em condições análogas à escravidão. O mundo do trabalho é marcado por relações que têm por finalidade subtrair dos sujeitos todas as formas de agregar mais valor do trabalho realizado.

Verifica-se, portanto que a plasticidade do trabalho pode ser entendida como um processo em que a classe trabalhadora é obrigada a se adaptar às condições impostas pelo mercado (leia-se os capitalistas), não só com relação a ocupação de diferentes postos de trabalho, mas a condições e relações de trabalho que degradam suas vidas, coisificam a sua humanidade e elevam ao mais alto grau a exploração da sua força de trabalho.

⁵⁵ João. Entrevistado 12. Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira. Perfil do entrevistado em apêndice C

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que, no contexto da sociedade contemporânea, o trabalho, enquanto elemento de intercambio material entre sociedade-natureza, reafirma sua centralidade. Todavia, vive-se um momento em que as mudanças do sistema produtivo são vorazes e há constantemente profundas alterações nas quais o trabalho vivo, único elemento capaz de gerar valor se torna cada vez mais precarizado frente às transformações no mundo do trabalho.

A flexibilização das relações de trabalho emergiu no Brasil a partir da década de 1990 e, desde então, tem apresentado novas formas de trabalho caracterizadas pelo trabalho temporário, terceirizado e *part-time* que, dentro do sistema de acumulação capitalista têm por objetivo baratear o custo da força de trabalho e atenuar ao máximo a sua exploração. A flexibilização atrelada ao toyotismo e à crescente ideologia neoliberal são elementos que levam à intensa mobilidade e plasticidade do trabalho marcada pela precarização e deterioração da classe trabalhadora.

A dissertação apresentada teve como ponto de partida a necessidade em compreender quais as implicações que a mobilidade e a plasticidade do trabalho tem na vida dos trabalhadores urbanos e rurais tendo como recorte empírico o município de Belo Campo. O estudo se realiza em um período que requer maior atenção por parte da classe trabalhadora no Brasil, pois vive-se um momento de forte investida do capital no qual está em curso leis que desregulam ainda mais o trabalho e levam a perda de direitos da classe trabalhadora. A retomada do governo claramente neoliberal e ilegítimo que garantiu a aprovação das leis da terceirização, da reforma trabalhista e coloca em iminência a reforma previdenciária, o que coaduna com os interesses do capital mundial e acarreta em aumento da precariedade no país.

O maior desafio encontrado no decorrer do estudo, indubitavelmente, foi o de analisar dados e realidades empíricas da classe trabalhadora de um pequeno município e, com base nas análises empíricas, debater sobre a realidade concreta da plasticidade do trabalho. Portanto, foram construídos elementos que ajudam a melhor compreender a plasticidade bem como, são apresentados nessa dissertação componentes que servirão de apoio para os estudos do mundo do

trabalho, particularizados nas pesquisas sobre os pequenos municípios.

Ademais, apresenta-se outro limite o acesso aos sujeitos envolvidos nesse processo, pois percorrer as comunidades rurais e urbanas e ter informações sobre trabalhadores que estão no movimento de deslocar-se para outros municípios foi um caminho sinuoso e cheio de limitações. Entretanto, não foram obstáculos suficientes para inviabilizar a realização de uma pesquisa qualificada e das análises propostas.

A metodologia escolhida ancorada no método dialético de base materialista teve como recursos metodológicos entrevistas semiestruturadas, questionários, pesquisa documental e observações de campo, foi fundamental para atingir os objetivos propostos, na medida em que por meio desses instrumentos se obteve acesso às informações tão caras a este estudo, como, por exemplo, a trajetória de vida dos trabalhadores entrevistados.

Considera-se que o duplo processo de urbanização/industrialização pelo qual o Brasil passou após meados do século XX trouxe amplas transformações para os pequenos municípios baianos. A primeira mudança foi a intensificação da mobilidade do trabalho com a saída de trabalhadores, não só para outras regiões do país, como para as áreas urbanas dentro dos próprios municípios, o que ocasionou, conseqüentemente, no aumento ao longo dos anos da taxa de urbanização e na intensificação das relações cidade-campo.

Observa-se como reflexo dessa mobilidade o esvaziamento do campo com a transferência de contingentes populacionais para as cidades, o que está intrinsecamente ligado com o modelo de desenvolvimento urbano industrial adotado pelo Estado brasileiro. Com isso, o município de Belo Campo apresenta um processo latente que também é observado nos pequenos municípios baianos de envelhecimento da população camponesa com a saída dos jovens do campo. De maneira complementar, permanece ideologicamente a premissa da cidade como sinônimo de desenvolvimento.

A economia de pequenos municípios como Belo Campo sofreu no decorrer dos anos aumento do PIB em valores absolutos no setor terciário, enquanto o setor primário decaiu. Contraditoriamente, em Belo Campo, entre os trabalhadores do campo e da cidade, o setor primário é expressivo no que concerne à ocupação. Constata-se que há uma intensa relação de trabalho de moradores da cidade com

a área rural do município e é muito expressivo o percentual de moradores que vivem no campo e na cidade que não possuem renda ou que vivem com menos de meio salário mínimo.

As famílias das comunidades rurais de Marimbondo e Sussuarana têm como principal atividade a agricultura de subsistência. A renda familiar na comunidade é baixa, sendo que 40% das famílias vivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Devido à diminuição na produção, que é a principal fonte de renda, os trabalhadores têm suas trajetórias marcadas pelos deslocamentos temporários para outros estados e para municípios do entorno de Belo Campo.

A baixa ou a inexistência da renda para famílias do campo e da cidade é condicionante para a situação de mobilidade em que vivem os trabalhadores no município. As condições que levam ao aprofundamento da mobilidade dos trabalhadores nas comunidades rurais são expressas pela negação do direito à propriedade da terra, pelo não acesso à água para produção e pela falta de recursos para investir nas propriedades.

Há reprodução contínua da condição de força de trabalho mobilizada. A trajetória de vida de trabalhadores camponeses e urbanos é marcada pela mobilidade do trabalho que se revela, também, enquanto resultado da expropriação dos trabalhadores. Os deslocamentos, geralmente de períodos curtos, se direcionam para lugares com grande concentração de capital e, portanto, de maior possibilidade de postos de trabalho temporários. Nesse sentido, a mobilidade do trabalho se entrelaça com as novas formas de trabalho flexível.

Compreende-se que o Estado permanece ausente e são poucas as ações com a finalidade de garantir os direitos das famílias do campo e da cidade. A execução de políticas públicas adequadas são importantes ferramentas para garantir o direito à permanência desses trabalhadores em suas comunidades. As políticas implementadas até o momento em Marimbondo e Sussuarana, como os programas de acesso à água, bolsa família, garantia safra e PRONAF, são as poucas intervenções para apoiar essas famílias pois, como bem retratam os trabalhadores, sem essas ações não teriam como continuarem nas suas terras. Entretanto, é preciso pensar em modificações estruturantes que transformem a condição dos sujeitos.

É importante lembrar que as poucas ações do Estado nessas comunidades

rurais são resultado da luta organizada dos movimentos de camponeses. Os benefícios recebidos por essas comunidades resultam tanto da organização das mesmas em associações, quanto de uma articulação nacional de trabalhadores que lutam pela conquista de direitos, que se amalgamam em diferentes escalas e que, devido à esse enlace têm conseguido do Estado ações ainda insuficientes, mas de grande importância para a permanência dessas comunidades.

Todavia, sabe-se que as transformações latentes no mundo do trabalho, no contexto atual, com base na flexibilidade é uma realidade que enfraquece as lutas dos trabalhadores e desarticula os movimentos. A atual conjuntura após a retomada do poder no Brasil de um governo neoliberal faz recuar as poucas ações existentes para os camponeses.

As relações de trabalho na área urbana de Belo Campo são marcadas pela precarização do trabalho e é reflexo do emaranhado de amplas transformações no contexto de reestruturação produtiva. São trabalhadores que estão ao subjugo do capital e em constante mobilidade à procura de trabalhos flexíveis, temporários, *part-time*. Estão a mercê de trabalhos incertos, autônomos que revelam a face do que se procura definir enquanto plasticidade do trabalho.

Há uma clara e demarcada divisão do trabalho na perspectiva de gênero nas relações de trabalho observadas nas áreas de estudo e que, por ora, não pôde ser melhor explorada devido ao fato da pesquisa não abarcar tal análise. Convém ressaltar que foi possível observar a predominância de deslocamentos temporários de trabalhadores do sexo masculino no campo, enquanto na cidade há uma presença maior no número de deslocamentos de mulheres. Essa temática apresenta-se como uma das possibilidades de avanço da pesquisa.

As características das relações de trabalho no recorte da pesquisa são marcadas por jornadas extensivas de trabalho, pagamentos de salários por produção e/ou comissão, condições de trabalho degradantes e sem direitos trabalhista, utilização de força de trabalho de crianças e adolescentes revelam o quanto a flexibilização precariza a vida dos trabalhadores e essa é uma realidade latente dentro e fora dos pequenos municípios.

Plasticidade e mobilidade do trabalho estão intimamente ligadas. A plasticidade se caracteriza pela variação do tempo de permanência dos trabalhadores nos postos de trabalho em constante remodelação, que revela

sujeitos maleáveis, moldáveis diante da demanda do mercado. A plasticidade se revela também na precarização do trabalho que degrada os sujeitos na dimensão de realização concreta da vida. Ela se expressa na vida dos sujeitos e reflete na configuração do espaço social das comunidades rurais e urbanas de Belo Campo como forma de disponibilizar ao sujeitos para o mercado de trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ABELHA, M. C. F.; AGOSTINHO, A. A.; GOULART, E. Plasticidade trófica em peixes de água doce. In: **Acta Scientiarum**. Biological Sciences (Impresso), Maringá, v. 23, n.2, p. 425-434, 2001.

ALVES. G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **O novo e precário mundo do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. **Na escravidão o trabalhador era vendido, na terceirização é alugado**. mai/2017. Entrevistadora: Dimalice Nunes. Editora Confiança: Carta Capital. 17 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d>>. Acesso em 17 de maio de 2017.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 83, p. 19-34, 2008.

_____. **O Caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho, São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 1994.

AURÉLIO, O minidicionário da língua portuguesa. 4ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª impressão, Rio de Janeiro, 2002.

BARCELLOS, T. M. de. Migrações no Brasil: considerações sobre o período recente. In: **Ensaio FEE**, porto alegre, v.23, n.4, p.251-256. 1996. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1024>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BECKER, Bertha, K. EGGLE, Claudio A. G. R. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de

Janeiro: Zahar, 1970.

BRASIL. Secretaria especial de agricultura familiar e desenvolvimento agrário. **Sobre o PRONAF**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. Secretaria especial de agricultura familiar e desenvolvimento agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%Aancia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. Secretaria especial de agricultura familiar e desenvolvimento agrário. **Sobre o programa Garantia safra** - Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. Caixa Econômica Federal. **Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Conheça o Programa Bolsa família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Decreto 5.542 de 20 de setembro de 2005. Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5542.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

_____. Lei complementar 11 de 25 de maio de 1971. **Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-11-25-maio-1971-365204-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Programa Água para todos:**

Objetivos. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/objetivos>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

CARDOSO, L. P. **A estruturação urbana de Belo Campo/BA: processos, forma e conteúdo**, 2011, 116f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2011.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação na vida cotidiana**. São Paulo: Contexto. 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/1247> Acesso em: 10 fev. 2018.

CONQUISTA NEWS. **Fundação Banco do Brasil e parceiros inauguram Fecularia em Vitoria da Conquista** Disponível em: <<http://www.conquistanews.com.br/fundacao-banco-do-brasil-e-parceiros-inauguram-fecularia-em-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

DAMIANI, A. L. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana. In: **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 51-70, 2009.

_____. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, A. M. Reserva cognitiva: o novo conceito de plasticidade neural associada às funções superiores. In: **Neurociências** (Rio de Janeiro), v. 6, p. 14-15, 2010.

DIAS, E. A. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso do Pró-Gavião nas localidades de Timbó e Peri-peri no município de Belo Campo / BA**. 2004. 20f. Projeto de monografia (Licenciatura em Geografia), Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2004.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significados**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/plasticidade>. Acesso em: 05 de fev. 2018.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIZZO, M. R.; ROCHA, M. M. Contextualização dos estudos de mobilidade nas Ciências humanas. In: **Espaço plural** (Unioeste), v. 01, p. 101-110, 2008.

GONÇALVES, M. A. Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho. In: **Revista Pegada**, v. 2, n, 1, 2001.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 384.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. 24 ed. Loyola. São Paulo. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). ÍNDICES BÁSICOS. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**: população e habitação, 1940. Parte XII, tomo I, série regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Demográfico**: Estado da Bahia, 1950. V. XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**: Brasil. 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo Demográfico Bahia**: recenseamento geral, 1970, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980**: dados distritais-Bahia, v. 1, tomo 3, n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

_____. **Censo Demográfico 1991**: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n.17-Bahia Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Sidra**: Bando de dados sobre Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em 05 de maio de 2012.

_____. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso em 05 de maio de 2012.

_____. **Sidra**: Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de maio de 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Banco de dados Ipeadata**. Produto Interno Bruto: 1920 a 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: 05 mai. 2012.

_____. **Projetos da cadeia da mandioca**. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/13Cap06_projetoscadeiasMandioc.pdf. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 1 ed. Moraes. São Paulo. 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

_____. **Espaço e Política**. 2 ed. UFMG. Belo Horizonte. 2008.

LESSA, S. História e Ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista** (Roma), CEMARX/Unicamp, v. 20, p. 70-89, 2005.

LETTIÈRE, Roberto. **Belo Campo: minha terra, minha gente**. 1. ed. São Paulo: HR Gráfica e Editora, 2008.

LIMA, M. E. C. de C. **Aprender ciências: um mundo de materiais: livro do professor**. Editora UFMG; 2004.

LISBOA, Josefa Bispo de. **Trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007, 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) -Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

LOPES, R. de A. **A cidade Belo Campo e a água subterrânea: escassez, gestão, crescimento, desafios do futuro**. 2008. 62f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2006.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo; 2013.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.11, n.1, p.41-60, 1994.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**. [online]. maio/ago. 2004, vol.30, no.2, p.289-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>> acesso em: 11 de junho de 2017.

MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização do capitalismo**. 1998. 351f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280779>>. Acesso em: 27 de abril de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTE MÓR, R. L. M. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. **Revista**

Paranaense de Desenvolvimento, v. 111, p. 09-18, 2007.

MORAES, A. C. R.; COSTA, V. M da. **A valorização do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, S. O. SANTOS, J. Mobilidade temporária do trabalho nos pequenos municípios, frente à reestruturação produtiva do capital. In: **Revista Pegada** – vol. 17 n.1 173. jul/2016.

MOREIRA, S. O. **Mobilidade temporária e pequenas cidades: uma leitura sobre a cidade de Belo Campo**. 2014, 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização), Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014.

MOREIRA, S. O. **O processo de urbanização e a mobilidade do campo para a cidade em Belo Campo/BA**. 2011, 77f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013 p. 384.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PERPETUA, G.M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada Eletrônica** (online), .14, p.58-80,2013.

PORTAL AMM. **Programas do Governo Federal: Tecnologia e Inclusão digital**. Disponível em: <<http://portalamm.org.br/programas-governo-federal-tecnologia-da-informacao-e-inclusao-digital/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

ROCHA, M. M. Mobilidade forçada, a economia política dos deslocamentos humanos. In: **Acta Scientiarum** (UEM), Maringá - PR, v. 21, n. 1, 1999.

ROCHA, I. dos S. **Produção e valorização do espaço urbano de Vitória da Conquista: uma análise das estratégias e transformações no bairro Boa Vista**. 2012, 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA.

SAMPAIO, Andrecksia Viana Oliveira. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista - Bahia**. 2013. 241f. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGeo - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 07-25, 2006.

SANTOS, Janio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: FERLIN, Diva; HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso** ISBN: 9788585976842. 1ed.Salvador: SEI, 2010, v. 1, p. 59-76.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS NETO, A. B. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. v. 1.000. 168p.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. In: **Geografares**. Revista do Departamento de Geografia UFES, Vitória - ES, v. 1, n. 1, p. 73-78, 2000.

SENE, T.S. Desemprego e precarização, duas dimensões da crise do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Revista Pegada** – vol. 06 n.2 101. Nov/2005.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**, 2004. 504f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira**. DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin. (Org.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014, v. 1, p. 23-35.95ed.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **SIDE: Sistema de Dados Estatísticos. Produto Interno Bruto: 1999 a 2009**. Disponível em:< <http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

TESOURO NACIONAL. **Transferências constitucionais: dados sobre repasse**. Disponível em:< [http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::: >](http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1:::) . Acesso em: 05 de maio de 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São

Paulo, **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, 2011. p. 307-329. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/176/RAE25>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2018.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 997 p. Tese (livre-docente) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente 2009.

_____. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil. In: **Revista Pegada**, v 07, n. 1, p. 07-40, 2006. Disponível em: < <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf900/classe-trabalhadora-brasil/classe-trabalhadora-brasil.pdf>>, acesso em 11 de jun. 2017.

_____. Por uma Geografia do Trabalho. In: **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (5), 2002. [ISSN: 1138-9788] Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

VIANA, Márcio Túlio. Velhos e novos enfoques sobre o trabalho temporário. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, n. 57, p. 151-162, jul./dez. 1997.

VOLOCHKO, D. Sociedade urbana e urbanização da sociedade: elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea. In: **Revista Cidades**, A urbanização da sociedade, Presidente Prudente, v. 5, p. 215-242, 2008.

7. APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de Entrevistas aos trabalhadores

- **Caracterização do/a entrevistado/a**

Bairro/Comunidade: _____ Data da entrevista: ___/___/___

1. Naturalidade do entrevistado (ano em chegou na comunidade, caso natural de outro município ou comunidade);

2. Identificação do entrevistado

a. Idade: () <=20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51-60 () >60

b. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Caracterização da situação familiar

a. A propriedade em que mora é:

() Própria () Arrendada () Herança () Alugada

b. Para as famílias das comunidades rurais, qual o tamanho da propriedade (ha)? _____

c. A família é composta por quantos membros (considerar o núcleo familiar)? _____

d. Quantas pessoas residem na casa? _____

Desses, quantas pessoas são crianças? _____

Desses, quantas pessoas são adolescentes? _____

Desses, quantas pessoas são adultas? _____

Desses, quantas pessoas são idosas? _____

e. Desses, quantos são:

Sexo Feminino: _____ Sexo Masculino _____

f. Quantas?

Não estudaram _____

Estudaram Até a 4ª Série _____

Possuem ensino fundamental completo (até a oitava série) _____

Possuem ensino fundamental incompleto _____

Possuem ensino médio incompleto _____

Possuem ensino médio completo _____

Possuem ensino superior incompleto _____

Possuem ensino Superior Completo _____

4. Dados sobre o trabalho familiar

a. Quantos membros da família trabalham? _____

b. Quais as atividades principais de trabalho da família? (Especificar por sexo)

Mulheres: _____

Homens _____

c. Além da renda obtida do trabalho, a família possui outra fonte de renda? Qual?

() Programas do governo () Doação de filhos, parentes, amigos ()
Aposentadoria () Auxílio doença

d. Qual a renda média da família: (SM = Salário Mínimo)

() Até ½ SM (R\$ 468,50)

() De ½ até 1 SM (Entre R\$469,00 e R\$ 937,00?)

() Entre 1 e 2 SM (Entre R\$ 937,00 e R\$ 1.874,00)

() Entre 3 SM e 4 SM (R\$ 2.811,00 e R\$ 3.748,00)

() Acima de 4 SM (Acima de 3.748,00)

• **Comunidade do/da entrevistado/a**

5. Como era a comunidade/bairro há uns vinte anos? (Produção, renda, infraestrutura, tradições);

6. Como eram as condições de vida na comunidade/bairro há uns vinte anos (as pessoas trabalhavam em que)?

7. Você considera que houveram transformações na comunidade/bairro desde então? Quais?

8. Há diferença na condição de vida das famílias que vivem aqui até hoje? Porque?

• **Sobre as condições de vida do entrevistado e seu histórico de mobilidade**

9. Com que idade você começou a viajar para trabalhar em outros municípios?

10. Porque começou a viajar para trabalhar em outros municípios?

11. Ao longo da sua vida, consegue dizer quantas vezes precisou sair para trabalhar em outros municípios?

12. Quais os trabalhos que desempenhou ao longo de sua vida?
 13. Nos últimos cinco anos, onde e em que função você tem trabalhado?
 14. Hoje, porque viaja para trabalhar em outros municípios?
 15. Você pode descrever as condições de trabalho dos últimos locais que trabalhou? (Carga horária, moradia, direitos trabalhistas, etc.)
 16. (Para as comunidades rurais) quando está na comunidade você trabalha só na sua propriedade, ou faz diárias?
 17. (Para as comunidades urbanas) quando está na comunidade/bairro você trabalha em que?
 18. Falar um pouco sobre a sua rotina diária quando vai para outro município.
 19. Falar um pouco sobre a sua rotina diária quando está aqui na comunidade.
 20. Você enfrenta dificuldade quando vai trabalhar em outro município? Quais?
 21. Você enfrenta dificuldade para se manter na sua comunidade? Quais?
 22. Como você avalia esse ir e vir da sua comunidade para outros municípios em busca de trabalho (sair de casa, deixar a família, ficar muito tempo longe da sua comunidade, o deslocamento, etc.)?
- **Sobre as políticas públicas**
23. Você e sua família recebem algum benefício do governo? (Bolsa família, garantia safra, PRONAF, etc.).
 24. Esse benefício tem ajudado na permanência na comunidade? De que forma?
 25. Você vê alguma mudança nas suas condições de vida antes de receber esse benefício?
 26. Na situação atual de sua família, como seria se vocês perdessem esse benefício?
 27. Algo mais que queira falar.

Apêndice B: Questionário

Bairro/Comunidade: _____ Data da aplicação do questionário: ____/____/____

1. Identificação do entrevistado

1.1 Nome (Opcional): _____ Apelido: _____

1.2 Idade: () <=20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51-60 () >60

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

2. Caracterização da situação familiar

2.1 A propriedade em que mora é: () Própria () Arrendada () Herança () Alugada

2.2 Para as famílias das comunidades rurais, qual o tamanho da propriedade (ha)? _____

2.3 A família é composta por quantos membros (considerar o núcleo familiar)?

2.4 Quantas pessoas residem na casa? _____

Desses, quantas pessoas são crianças? _____

Desses, quantas pessoas são adolescentes? _____

Desses, quantas pessoas são adultas? _____

Desses, quantas pessoas são idosas? _____

2.5 Desses, quantos são:

Sexo Feminino: _____ Sexo Masculino _____

2.6 Quantas?

Não estudaram _____

Estudaram Até a 4ª Série _____

Possuem ensino fundamental completo (até a oitava série) _____

Possuem ensino fundamental incompleto _____

Possuem ensino médio incompleto _____

Possuem ensino médio completo _____

Possuem ensino superior incompleto _____

Possuem ensino Superior Completo _____

3. Dados sobre o trabalho familiar

3.1 Quantos membros da família trabalham? _____

3.2 Quais as atividades principais de trabalho da família? (Especificar por sexo)

3.2.1 Mulheres: _____

3.2.2 Homens _____

3.3 Além da renda obtida do trabalho, a família possui outra fonte de renda? Qual? _____

() Programas do governo () Doação de filhos, parentes, amigos () Aposentadoria () Auxílio doença

3.4 Qual a renda média da família: (SM = Salário Mínimo)

() Até ½ SM (R\$ 468,50)

() De ½ até 1 SM (Entre R\$469,00 e R\$ 937,00?)

() Entre 1 e 2 SM (Entre R\$ 937,00 e R\$ 1.874,00)

() Entre 3 SM e 4 SM (R\$ 2.811,00 e R\$ 3.748,00)

() Acima de 4 SM (Acima de 3.748,00)

4. Dados sobre o deslocamento dos trabalhadores para outras regiões

4.1 Atualmente, há algum membro da família residindo em outro estado, município? Onde? Quantas pessoas?

4.2 Quais os meses do ano de saída do trabalhador para outras regiões em busca de trabalho?

4.3 Sobre os trabalhos que o Sujeito entrevistado vem desempenhando nos últimos cinco anos (Listar em ordem tentando fazer o trajeto dos últimos cinco anos).

4.3.1 Ano	4.3.2 Atividade desempenhada	4.3.3 Local (Estado/município)	4.3.4 Tempo de permanência no Trabalho	4.3.5 Renda média mensal (R\$) obtida no trabalho
2012				
2012				
2012				
2013				
2013				
2013				
2014				
2014				
2014				
2015				
2015				
2015				

2016				
2016				
2016				
2017				
2017				
2017				

4.4 Qual a razão de ter saído trabalhar em outro município?

4.5 Como conseguiu o trabalho no município de destino?

4.6 Normalmente, onde reside quando vai trabalhar fora?

- () Casa de parentes
 () Casa alugada dividida com amigos
 () Alojamento oferecido pelo empregador
 () Outros (especificar) _____

4.7 Quais as condições dessas moradias?

4.8 Normalmente, qual a carga horária de serviço?

- () Menos de 44 horas semanais () 44 horas semanais () Mais de 44 horas semanais (especificar) _____

4.9 Quais os direitos o trabalhador esteve assegurado no trabalho desenvolvido?

- () Férias () Décimo terceiro Salário () FGTS () Auxílio Transporte () Auxílio Moradia () Vale refeição () Plano de saúde () Pagamento das horas extras, feriados e finais de semana
 () Outros (especificar) _____

4.10 O salário pago pelo trabalho realizado é um valor fixo ou de acordo com a produção? Explique!

4.11 Como o trabalhador avalia o tempo que permanece fora trabalhando? Quais os ganhos e percas que obtém indo trabalhar fora?

5. Dados sobre o acesso às políticas públicas

5.1 A família do entrevistado foi, ou é beneficiada por alguma política pública e/ou programa de governo? _____. Se sim, qual/quais?

5.1.1 Para moradores das comunidades rurais:

- () Água para todos (Cisternas, barreiros ou estruturas para captação e/ou armazenamento de água)
- () Garantia Safra
- () PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- () PNHR – Programa Nacional de habitação rural
- () Pnater – Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- () Bolsa família
- () PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar
- () PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- () Outros – especificar _____

5.1.2 Para moradores das comunidades urbanas:

- () Programa Minha Casa Minha Vida
- () Bolsa família
- () Outros – especificar _____

6. As políticas públicas e/ou programas de governo tem contribuído para permanência do trabalhador no município? Porque?

Apêndice C: Perfil dos entrevistados

QUADRO DE PERFIS DOS ENTREVISTADOS ⁵⁶								
Número do entrevistado	Perfil (nome fictício)	Faixa etária (anos)	Sexo	Escolaridade	Local de residência	Renda familiar	Membros da família	Situação da casa/Propriedade
1	Luiz	20 anos	Masculino	Ensino Médio Incompleto	Sussuarana	1-2 salário mínimo	7	Herança
2	Marcos	25 anos	Masculino	Fundamental Incompleto	Poço do Abílio	1 salário mínimo	4	Herança
3	André	49 anos	Masculino	Até a 4ª série	Três Lagoas	1 salário mínimo	4	Própria
4	Maria	Entre 41 e 50 anos	Feminino	Até a 4ª série	Sussuarana	Até ½ salário mínimo	3	Própria
5	Carlos	Entre 51 e 60	Masculino	Não estudou	Alvorada	3-4 salários mínimos	6	Própria
6	Ana	Entre 51 e 60	Feminino	Fundamental Incompleto	Alvorada	1-2 salário mínimo	2	Própria
7	José	Entre 41 e 50 anos	Masculino	Até a 4ª série	Sussuarana	Até ½ salário mínimo	4	Herança
8	Joana	Entre 21 e 30	Feminino	Ensino Médio Completo	Alvorada	1-2 salário mínimo	3	Própria
9	Pedro	Entre 21 e 30	Masculino	Superior Incompleto	Cidade Nova	1-2 salário mínimo	3	Própria
10	Manoel	Entre 21 e 30	Masculino	Fundamental Incompleto	Sussuarana	1 salário mínimo	2	Herança
11	Antônio	Entre 51 e 60	Masculino	Até a 4ª série	Alvorada	3-4 salários mínimos	6	Própria

⁵⁶Nota: Os perfis aqui apresentados referem-se somente àquelas nas quais os depoimentos que foram citados de forma direta no texto.